

ISSN18078834



Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2006

Obra publicada pelo

**Banco do
Nordeste**



Presidente

— Roberto Smith

Diretores

- Augusto Bezerra Cavalcanti Neto
- Francisco de Assis Germano Arruda
- João Emílio Gazzana
- Luis Ethewaldo de Albuquerque Guimarães
- Pedro Rafael Lapa
- Victor Samuel Cavalcante da Ponte

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste — Etene

José Sydrião de Alencar Júnior
(Superintendente)

Biágio de Oliveira Mendes Júnior
(Coordenadoria de Estudos de Indústria e
Serviços — CEIS)

Maria Odete Alves
(Coordenadoria de Estudos Rurais e
Agroindustriais — COERG)

Equipe responsável

Autores: Assuéro Ferreira, Ádila Maria Barbosa
Pinto, Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Carlos
Américo Leite Moreira, Francisco Raimundo
Evangelista, Geraldo Magela Lima Barbosa, Osias
Pereira da Silva e Wendell Márcio Araújo Carneiro.

Estagiários: Bruno Alencar Firmo Barreira,
Jociany Monteiro Luz e Roberto Alves Gomes

Ambiente de Comunicação Social

José Maurício de Lima da Silva

Editor

Jornalista Ademir da Silva Costa (Reg. 461/03/66-CE)

Revisão vernacular

Hermano José Pinho (Bibliotecário)

Normalização Bibliográfica

Rodrigo Leite Rebouças

Diagramação

Gigliola Senna

BNB/Etene

Av. Paranjana, 5700, Passaré - CEP 60.740-000
Fortaleza, Ceará - Brasil
conjuntura@bnb.gov.br

*Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem
necessariamente o ponto de vista do BNB*

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. – N. 8 (jan.-mar. 2006)- . – Fortaleza : Banco do
Nordeste do Brasil, 2005- .

n. il.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

SUMÁRIO

05	1 - AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS
05	1.1 - Perspectivas para a Indústria de Calçados
08	1.2 - Perspectivas do Setor Sucroalcooleiro Nordestino
13	2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS
19	3 - NÍVEL DE ATIVIDADE
19	3.1 - Produto Interno Bruto
27	3.2 - Produção Industrial
32	3.2.1 - Produção Industrial no Nordeste
34	3.3 - Nível de Utilização da Capacidade Instalada
36	3.4 - Produtividade da Indústria
39	3.5 - Comércio
43	3.6 - Produção Agropecuária
43	3.6.1 - Agricultura
50	3.6.2 - Pecuária
53	3.6.3 - Agronegócio
59	4 - EMPREGO E RENDIMENTO
59	4.1 - Emprego
62	4.2 - Renda
65	4.3 - Considerações Adicionais sobre a Criação de Emprego Formal

71	5 - SETOR EXTERNO
71	5.1 - Balança Comercial Brasileira
71	5.1.1 - Exportações
73	5.1.2 - Importações
74	5.2 - Balança Comercial Nordestina
85	5.3 - Balanço de Pagamentos
89	6 - FINANÇAS PÚBLICAS
89	6.1 - Governo Federal
91	6.2 - Necessidades de Financiamento do Setor Público
92	6.3 - Estados e Municípios Nordestinos
92	6.3.1 - Arrecadação de ICMS
94	6.3.2 - Transferências voluntárias
94	6.3.3 - Transferências constitucionais

1 - AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS

1.1 - Perspectivas para a Indústria de Calçados

Fernando Luiz Emerenciano Viana

Mestre em Engenharia de Produção e Pesquisador do BNB/ETENE

Roberto Ednísio Vasconcelos Rocha

Especialista em Engenharia de Produção e Técnico do BNB/Área de Políticas de Desenvolvimento

A cadeia coureiro-calçadista (CCC) é formada por quatro segmentos principais:

- a) o das indústrias de calçados (de couros ou de materiais sintéticos);
- b) o de artefatos de couro (bolsas, pastas etc.);
- c) o das indústrias de curtume;
- d) o de componentes para couros e calçados.

Além desses, há outros três segmentos:

- a) o da indústria de máquinas para o complexo;
- b) os frigoríficos;
- c) e o setor pecuarista.

A indústria de calçados brasileira possui papel relevante em termos de produção mundial, ocupando atualmente o terceiro lugar no *ranking* dos países produtores, totalizando 725 milhões de pares em 2005, estando atrás apenas da China e da Índia em termos de produção. No mesmo ano, o total exportado pelas empresas brasileiras foi de 189 milhões de pares. Estima-se que a produção mundial de calçados supere o patamar de 12 bilhões de pares/ano.

Os segmentos produtivos mais relevantes são o processamento do couro e a própria confecção

do calçado, destacando-se, nesse caso, o crescimento da utilização de plástico nesse setor. As indústrias ligadas ao setor calçadista são as de máquinas industriais, insumos químicos, automóveis, móveis e vestuário.

Existe uma certa heterogeneidade nas empresas do setor, o que decorre do próprio processo de concorrência, fragmentando o processo produtivo e estimulando a geração de empregos com o surgimento de empresas especializadas em determinadas etapas do processo produtivo como modelagem, corte, costura, montagem e acabamento. O elevado potencial de criação de empregos é uma das características principais da indústria devido à simplicidade e ao caráter artesanal do processo produtivo, salientando-se que estes são caracterizados em grande parte pela baixa qualificação e pela baixa remuneração de mão-de-obra (GARCIA, 2003)¹.

De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados – Abicalçados (2006)², a produção brasileira de calçados, apesar da forte

¹ GARCIA, R. *Relatório setorial preliminar: calçados e insumos*. FINEP, 2003. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/portaldpp/index.asp>>. Acesso em: 07 nov. 2005.

² ABICALÇADOS. *Resenha estatística 2006*. Disponível em <www.abicalcados.org.br>. Acesso em: 18 abr. 2006.

concentração de empresas de grande porte no Rio Grande do Sul, vem gradativamente sendo distribuída em outros pólos, localizados nas regiões Sudeste e Nordeste do País, com destaque para o interior de São Paulo (Birigui, Franca e Jaú) e estados emergentes, como Ceará e Bahia. Verifica-se, também, crescimento na produção de calçados nos estados de Santa Catarina (São João Batista) e Minas Gerais (Nova Serrana).

O parque calçadista brasileiro apresentava, ao final de 2005, mais de 8.400 indústrias, que produziram aproximadamente 725 milhões de pares/ano. O setor possui bastante relevância na geração de empregos, já que, em 2004, de acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, que contempla apenas empresas formais, cerca de 313 mil trabalhadores atuavam diretamente nessa indústria. Destacam-se como maiores empregadores os estados do Rio Grande do Sul (143 mil empregos), São Paulo (57 mil empregos), Ceará (46 mil empregos), Minas Gerais (23 mil empregos) e Bahia (20 mil empregos). No Nordeste, há de se ressaltar ainda a importância da Paraíba, que, em 2004, possuía cerca de 7.000 empregos formais no setor de calçados.

Pode-se afirmar que a indústria de calçados nordestina é uma indústria de formação recente, com grande inserção, a partir da década de 1990, de empresas provenientes das regiões Sul e Sudeste, atraídas pela mão-de-obra barata e pelos incentivos fiscais. Apenas no Estado da Paraíba, há um maior enraizamento histórico do setor, especialmente na cidade de Campina Grande.

Nos principais estados produtores do Nordeste, o perfil da produção é heterogêneo, o que é normal em regiões que se encontram em fase inicial de formação, especialmente devido

às políticas traçadas objetivarem o desenvolvimento regional, e não a especialização. Os principais pólos produtores de calçados do Nordeste são os pólos de Itapetinga e Jequié, na Bahia, Região Metropolitana de Fortaleza, Sobral e Cariri, no Ceará, e Grande João Pessoa, Campina Grande e Patos, na Paraíba.

No contexto mundial, várias tendências apontadas pela Tecnicouro (1998 apud COSTA, 2002)³, que servem para entender a dinâmica dos fatores competitivos de maior impacto no setor, estão se consolidando, destacando-se:

- a) o sudeste asiático continuará sendo a principal região de produção de calçados no mundo;
- b) a marca do calçado ganhará cada vez maior relevância como fator de competitividade;
- c) em âmbito mundial, se observará uma influência na produção de calçados por parte de empresas ligadas à pesquisa e à distribuição;
- d) aumentará a fração de vendas de calçados realizadas em lojas de vestuário e em supermercados;
- e) os consumidores darão maior atenção ao conforto e à qualidade dos calçados;
- f) haverá influência das restrições ambientais no desenvolvimento tecnológico das atividades ligadas ao setor;
- g) serão desenvolvidos novos materiais que apresentem alta performance e qualidade;
- h) haverá difusão do uso de tecnologias de informação entre os segmentos que compõem o setor.

Sobre a indústria calçadista brasileira, Costa (2002)⁴ afirma que a manufatura de calçados no Brasil gerou, ao longo do tempo, uma estrutura produtiva capaz de atender seu mercado doméstico e realizar uma inserção bem-sucedida no mercado internacional. A base da competitividade das exportações brasileiras de calça-

³ COSTA, A. B. da. *Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: cadeia couro-calçados: impactos das zonas de livre comércio*. Campinas: Unicamp, 2002.

⁴ Id.

dos residiu na disponibilidade da mão-de-obra e no custo dessa força de trabalho.

No cenário atual, observa-se que a competitividade com base em menores custos de produção não tem sido suficiente para manter a sua sustentabilidade no mercado internacional, principalmente devido à valorização do real com relação ao dólar e à forte competitividade dos calçados chineses, especialmente aqueles de menor valor agregado. De acordo com a Abicalçados (2006)⁵, as exportações brasileiras de calçados foram de 189 milhões de pares em 2005, o que representou uma diminuição de cerca de 11%, em quantidade, em relação a 2004. Outro fator que contribuiu para a diminuição do volume exportado em 2005 foi a adoção de medidas protecionistas por parte da Argentina, terceiro maior importador de calçados brasileiros. Nos últimos anos, os empresários do Brasil e da Argentina acordaram, por pedido da Argentina, um teto de quanto poderia ser importado do Brasil e, em agosto de 2005, o país vizinho determinou que os importadores precisam pedir autorização do governo para comprar o produto, o que burocratiza e deixa mais lento o processo. Por conta dessa mudança de regras, no final do mês de setembro, vários caminhões com calçados brasileiros ficaram parados na fronteira. Esse cenário já faz algumas empresas pensarem em abrir fábricas na Argentina, devido, entre outros fatores, à desvalorização da moeda argentina em relação ao dólar (câmbio favorável às exportações), juros menores, pressão tributária similar ou menor que a do Brasil, crescimento acelerado e mão-de-obra qualificada, bem como devido às restrições da Argentina aos produtos brasileiros.

Apesar da diminuição do volume exportado, o valor das exportações de 2005 (US\$ 1,886

bilhão) foi aproximadamente 4% maior do que 2004. Esse fato ocorreu devido a um aumento do preço médio do calçado brasileiro exportado, que passou de US\$ 8,53, em 2004, para US\$ 9,97 em 2005. No primeiro trimestre de 2006, o volume de pares exportado caiu 4% em relação ao mesmo período de 2005, enquanto o faturamento apresentou um acréscimo de 3%.

As perspectivas para o setor com relação ao mercado externo, caso o real continue valorizado, são de que o volume exportado manterá a trajetória atual de diminuição, apesar das receitas com as exportações tenderem a continuar superiores, devido ao aumento do preço médio dos calçados vendidos. Segundo a Serasa (2006)⁶, a mudança no padrão de atuação comercial externa, com ênfase na exportação de produtos de maior valor agregado, em detrimento da competição via preço e quantidade, tem resultado na diversificação dos mercados de atuação do produto nacional, hoje exportado para mais de cem países. Apesar das condições desfavoráveis enfrentadas pela indústria nacional, no que diz respeito ao câmbio, carga tributária, juros, invasão de produtos chineses e aumento da pirataria e contrabando, essa estratégia comercial tem possibilitado, pelo menos às grandes empresas, a manutenção e ampliação de suas margens operacionais. Já para as pequenas empresas, cujo foco é a fabricação de produtos de baixo valor agregado, o cenário externo tem se apresentado bastante desfavorável, inclusive com o enfrentamento da concorrência chinesa no mercado interno, o que tem ocasionado o fechamento de várias empresas nos pólos do Vale dos Sinos e de Franca. Caso algumas medidas não sejam tomadas, como diminuição da carga tributária e adoção de salvaguardas para os produtos chineses, esse cenário tende a continuar.

⁵ ABICALÇADOS, op. cit.

⁶ SERASA. *Setorise analítico setor de calçados*. Disponível em: <<http://d001www06/cenetene/projconjecon/Docs/Setorise/Calçados.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2006. Acesso restrito.

No mercado interno, observou-se em 2005 um pequeno aumento das vendas, possibilitado pela melhoria das condições de emprego e renda do trabalhador brasileiro, em consonância com a diminuição da competitividade do calçado brasileiro no mercado internacional, face aos problemas já expostos, o que fez as empresas direcionarem mais suas vendas ao mercado nacional.

O cenário recente fez com que as empresas iniciassem um movimento em busca de maior diminuição dos custos de produção, na tentativa de manterem níveis mínimos de competitividade no mercado internacional. Com isso, algumas empresas (Alpargatas, Agabê, Pé de Ferro, Azaléia) anunciaram, nos últimos meses, planos de expansão no Nordeste, em detrimento de suas operações no Sul e Sudeste. Assim sendo, acredita-se que há a tendência de expansão do parque calçadista nordestino nos próximos anos.

Tendo em vista as diversas considerações supracitadas, percebe-se a necessidade de se suplantar diversos desafios inerentes às indústrias de calçados brasileira e nordestina, destacando-se os seguintes:

- a) buscar maior integração ao longo da cadeia produtiva, principalmente nas relações entre os produtores de couros e de calçados;
- b) tentar acordos preferenciais de acesso aos mercados dos Estados Unidos e União Européia, desde que em condições vantajosas, no caso deste último;
- c) aumentar investimentos em desenvolvimento tecnológico, *design* e marca própria no mercado internacional;
- d) prover um maior adensamento da cadeia produtiva nos estados nordestinos;
- e) buscar alternativas para a minimização dos impactos do cenário macroeconômico na competitividade da indústria brasileira de calçados.

A superação dos desafios torna-se fundamental para que a indústria de calçados brasileira, em geral, e nordestina, em particular, cada vez mais sujeitas à concorrência internacional, possam consolidar sua competitividade e sua sobrevivência no cenário que se configura, tendo em vista a importância que a indústria calçadista assume para as economias nacional e regional.

1.2 - Perspectivas do Setor Sucroalcooleiro Nordestino⁷

José Ailton Nogueira dos Santos

Engenheiro agrônomo, Consultor técnico, Especialista em cana-de-açúcar, em administração rural e em planejamento rural integrado.

Francisco Raimundo Evangelista

Engenheiro agrônomo, Mestre em economia aplicada, Pesquisador do BNB-Etene.

Como decorrência das preocupações com as emissões de gás carbônico para a atmosfera, disciplinadas pelo Protocolo de Kyoto, e das expectativas de exaustão dos combustíveis fósseis (petró-

leo – especialmente – e carvão mineral), desenhasse hoje um cenário extremamente favorável à produção de energias alternativas, especialmente aquelas caracterizadas como renováveis e limpas.

⁷ Artigo elaborado com base em: SANTOS, J. A. N. *Sumário executivo: setor sucroalcooleiro*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. 33 p. Disponível em: <<http://d001www06/cenetene/projconjecon/default.asp?cdSis=2>>. Acesso em: 15 abr. 2006.

O aumento no preço do petróleo e da participação de carros “flex”⁸ na frota brasileira, conjuntamente, sinalizam um incremento no consumo de álcool combustível no Brasil. De igual modo, o cenário mundial até 2010 é de crescimento expressivo no volume de consumo e exportação do álcool etanol para diversos usos, notadamente o combustível, com as seguintes previsões: Estados Unidos: 18-20 bilhões de litros, Brasil: 15-18 bilhões de litros, Japão: 6-12 bilhões de litros, União Européia: 9-14 bilhões de litros, Leste Europeu e Canadá: 1-2 bilhões de litros cada um, o que totalizaria de 50 a 68 bilhões de litros adicionais.

Por outro lado, estudos da Câmara Setorial do Açúcar e do Álcool do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento revelam que o processamento de cana-de-açúcar no Brasil deverá crescer de 419,7 para 567,5 milhões de toneladas no período 2005/2010 (73% desse incremento destinar-se-ão à produção de álcool)⁹. Nesse mesmo horizonte, estima-se que a oferta brasileira de açúcar passará de 26 para 32 milhões de toneladas, com um incremento médio de 4,2% a.a. e um crescimento médio anual nos consumos interno e externo de 1,9% e 5,6%, respectivamente. Essas taxas poderão elevar-se ainda mais, quando do cumprimento das recomendações da OMC para as exportações de açúcar da União Européia (diminuição de subsídios). Relativamente à expansão do álcool, a oferta terá que crescer em torno de 8% anualmente.

Além das boas perspectivas de mercado para os produtos convencionais do setor sucroalcooleiro (açúcar e álcool) acima listadas, espera-se que ocorra a consolidação do mercado de créditos de carbono, no qual o setor sucroalcooleiro (da cana-de-açúcar) pode

se inserir de diversas formas (seqüestro de carbono, geração de energia a partir do bagaço da cana-de-açúcar, redução no uso de fertilizantes químicos etc) com os aspectos ambientais da atividade canavieira transformando-se em *commodities* negociáveis nas bolsas de valores, ou apoiando-se em negociações de contratos futuros.

Por tudo isso é que o BNB-Etene está produzindo um estudo sobre o setor sucroalcooleiro – em que o Nordeste tem participação significativa – do qual apresentamos antecipadamente neste artigo algumas considerações e conclusões.

O processo de desregulamentação da economia brasileira, iniciado em 1990, resultou na extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) e do Programa de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (Planalsucar). A implantação desse novo modelo econômico contribuiu para que as usinas e destilarias vivenciassem a realidade do mercado globalizado, no qual importam muito mais as vantagens competitivas (dinâmicas) do que as vantagens comparativas (estáticas).

O setor sucroalcooleiro nacional experimentou um profundo processo de reestruturação, que incluiu aspectos de gestão da produção, reorganização das relações de trabalho e formação de parcerias, além da implementação de inovações tecnológicas nas atividades agrícola e industrial, o que lhe deu condições básicas na busca da competitividade no mercado globalizado.

A saída do governo brasileiro do papel de agente regulador do setor sucroalcooleiro implicou ainda: a liberação do volume de produção e preços para cana-de-açúcar, açúcar e álcool; a abolição do limite máximo de 40% de produção própria de cana-de-açúcar pelas agroin-

⁸ Veículos que podem ser abastecidos com gasolina, álcool hidratado ou com uma mistura desses dois combustíveis em qualquer percentagem (também chamados bicombustíveis ou flex fuel).

⁹ PÁGINA RURAL. *Produção de álcool puxa aumento da safra de cana*. Disponível em: <http://www.paginarural.com.br/noticias_detalhes.asp?subcategoriaid=4&id=21370>. Acesso em: 15 abr. 2006.

dústrias¹⁰; criação das condições para a implementação de uma nova forma de pagamento aos fornecedores das usinas e destilarias autônomas baseada na quantidade de açúcar total recuperável (ATR)¹¹.

Em função dessas mudanças, o setor sucroalcooleiro do Brasil tornou-se o mais competitivo do mundo: apresenta maiores níveis de produtividades e de rendimento industrial comparativamente aos seus principais concorrentes; e menores custos de produção, por força da adoção de tecnologias modernas (genuinamente brasileiras) na produção agrícola, processamento, gestão, automatização e informatização.

O custo médio de produção de açúcar está em torno de US\$ 180/tonelada no Centro-Sul, US\$ 210/t no Nordeste, e US\$ 268 a 334/t nos maiores exportadores mundiais (alcança de US\$ 565 a 713/t quando proveniente do processamento da beterraba). O setor sucroalcooleiro nordestino, portanto, é competitivo no mercado externo, na medida em que o seu custo de produção fica acima, apenas, dos estados do Centro-Sul.

A flexibilidade para produzir açúcar ou álcool constitui outra vantagem comparativa (além dos custos), pois possibilita às usinas redirecionarem suas atividades conforme os sinais favoráveis de preços, resultando em possíveis ganhos com o produto mais atrativo. Na média, 55% da cana-de-açúcar nacional destinam-se à produção de álcool e 45% para a obtenção de açúcar.

Ressalte-se, finalmente, que o setor sucroalcooleiro brasileiro detém as melhores

condições para se apropriar de ganhos ambientais, sem prejuízo da sua integração com as componentes social e econômica, condições básicas para proporcionar à produção de álcool mais uma vantagem competitiva, na medida em que os países do Hemisfério Norte estão concentrando seus esforços na biomassa da beterraba (União Européia) e no milho (Estados Unidos). Acrescente-se a diversificação de fornecedores de produtos energéticos, confiando, sobretudo, em um mercado mundial em expansão.

O rendimento agrícola da cana-de-açúcar no Brasil experimentou um incremento de 8,5% entre 1999 e 2005, com a região Centro-Oeste figurando como a única que não apresentou ganhos de produtividade. No Nordeste, houve um incremento de produtividade de 16%, inferior apenas ao da região Norte.

Entre os principais produtores mundiais, o Brasil situa-se na terceira colocação em produtividade da cana-de-açúcar, mas vale ressaltar que a média nacional de 74 t/ha poderá melhorar porque é influenciada pelo baixo valor do Nordeste, para o qual deverá ocorrer um incremento, com a ampliação das áreas irrigadas e a implementação de um manejo de variedades.

Todos os estados nordestinos apresentaram incremento na produtividade agrícola no período 1999/2005, contudo destacaram-se o Rio Grande do Norte, a Paraíba e Pernambuco. A produtividade regional é influenciada negativamente por Pernambuco (superior, em 2005, apenas à do Ceará), que é um dos principais produtores regionais.

Historicamente, a vocação mais açucareira do setor sucroalcooleiro do Nordeste é, possi-

¹⁰ Apurou-se, na pesquisa de campo, que as agroindústrias nordestinas trabalham atualmente com 80% de produção própria, adquirindo os demais 20% de alguns grandes e médios produtores e, em maior escala, de pequenos produtores (com produção de até 1.000 t de cana-de-açúcar).

¹¹ Antes, o fornecedor era pago pelas toneladas de cana-de-açúcar entregues e pelo teor de sacarose.

velmente, influenciada pelo atendimento da cota estabelecida pelos Estados Unidos para a importação do produto. Hoje, entretanto, há uma tendência ao equilíbrio nas produções de açúcar e álcool.

O cultivo da cana-de-açúcar no Brasil concentra-se em duas regiões distintas: o Centro-Sul, com a safra ocorrendo nos meses de setembro a fevereiro e o Norte/Nordeste, cuja safra se dá durante os meses de março a agosto. Em virtude disso, o Brasil é o único país do mundo que produz açúcar e álcool ao longo de todo o ano.

Essas duas áreas apresentam diferenças edafoclimáticas, tecnológicas, culturais e econômicas. O Norte/Nordeste apresenta produtividade agrícola menor e custos de produção mais elevados em comparação com o Centro-Sul. O Centro-Sul apresenta vantagens comparativas mercê das suas condições edafoclimáticas favoráveis (solos mais férteis e topografia adequada à mecanização, inclusive à colheita da cana crua, e regularidade das precipitações pluviométricas). A vantagem comparativa do Nordeste é a proximidade das usinas e destilarias dos centros consumidores e terminais de embarque, com distância média de 100km, contra 500km das agroindústrias instaladas no Centro/Sul.

Com base na época de maturação da cana-de-açúcar, o canavial nordestino compõe-se de um *mix* de variedades:

- a) precoces (maturação aos 12-14 meses de idade, com o corte no início da safra);
- b) médias (maturação entre 15-16 meses e com o corte no meio da safra) e;
- c) tardias (maturação aos 17-18 meses de idade, para corte no final da safra).

O ciclo produtivo econômico médio da cana-de-açúcar no Nordeste é de cinco safras. Entretanto, em canaviais bem tratados, adubados adequadamente e irrigados ou implantados em solos férteis, o ciclo econômico da cultura pode chegar até ao oitavo corte.

Dentro do Nordeste, a Zona da Mata (presente nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe e Bahia) caracteriza-se por apresentar melhores condições para o cultivo da cana-de-açúcar (alta intensidade luminosa, elevada temperatura e precipitação pluviométrica entre 1.800 a 2.000mm/ano regular e bem distribuída). Entretanto, na Zona da Mata, somente o Estado de Sergipe ainda tem condições de ampliar a área cultivada com cana, reativando áreas que forneciam cana-de-açúcar para duas agroindústrias fechadas em Capela-SE, hoje ocupadas por pastagem. A fronteira da cana-de-açúcar no Nordeste encontra-se no Maranhão, no Piauí, no Oeste Bahiano e nos vales do Semi-Árido que contam com rios perenizados, possibilitando a irrigação plena.

Vale destacar, entretanto, que o crescimento do setor sucroalcooleiro na Zona da Mata nordestina dependerá da superação das vulnerabilidades abaixo relacionadas, dentre outras:

a) vulnerabilidade edafoclimática: a Zona da Mata é afetada, em um intervalo de 3 a 5 anos, por um processo de estiagem, resultando na redução da produtividade agrícola e do rendimento industrial. Essa vulnerabilidade está sendo atenuada com a irrigação, praticada pelas usinas/destilarias, grandes e médios produtores (acredita-se que nos próximos cinco anos 50% da área será irrigada) mas a prática deveria ser também extensiva aos pequenos produtores. A baixa fertilidade dos solos comparativamente com os da região Centro-Sul implica custos de produção mais elevados. A equalização dos custos de produção no Nordeste deixou de ser honrada pelo Governo Federal a partir de 1998, sendo motivo de pendência judicial, cujos primeiros resultados têm sido favoráveis aos produtores;

b) pesquisa e desenvolvimento: a atividade canavieira não conta com um zoneamento (manejo varietal) que indique as variedades adequadas às condições peculiares de cada sub-região,

dentro dos estados. Ademais, os ganhos de produtividade agrícola e de rendimento industrial resultantes da irrigação dependerão, ainda, da identificação pela pesquisa das variedades cultivadas no Nordeste que respondam melhor a essa prática agrícola. A expansão da atividade canavieira no Maranhão e no Piauí necessita igualmente do teste e validação de variedades adequadas para aqueles estados, os quais apresentam condições de solo e clima bastante diferentes da Zona da Mata;

c) organização e gestão: o poder de pressão dos usineiros sobre os fornecedores elevou-se com a extinção do IAA. A determinação do preço da cana-de-açúcar com base na quantidade e teor da ATR é questionada pelos fornecedores e suas organizações, seja pela falta de transparência na determinação, seja porque a fórmula usada não leva em consideração as outras receitas (provenientes dos subprodutos) apropriadas pelos usineiros. A continuidade dessa situação tende a acirrar os conflitos entre as partes (aumento dos custos de transação);

d) logística: os terminais marítimos do Nordeste, em face da tradição de produzir mais açú-

car, apresentam limitações para embarcar maiores volumes de álcool combustível. Já a calagem do maior terminal de exportação de açúcar – em Maceió – limita a entrada para navios com mais 35 mil toneladas de carga. O custo da logística e “fobização” (frete e despachante) acima dos padrões internacionais é a vulnerabilidade mais questionada pelo setor sucroalcooleiro nordestino;

e) ambiental: a maior participação nordestina no mercado internacional do álcool combustível dependerá da certificação socioambiental da produção de cana-de-açúcar, atendendo às exigências cada vez mais fortes dos grupos ligados à questão ambiental. A restrição topográfica de grande parte dos solos nordestinos à adoção da colheita mecânica da cana-de-açúcar crua configura uma limitação ambiental e social, e poderá ser objeto de futuros questionamentos. Finalmente, a incorporação de áreas dos cerrados nordestinos é motivo de argumentação por parte dos movimentos ambientalistas, sugerindo a necessidade de definição de pacotes tecnológicos que levem em conta a componente ambiental. ●

2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS¹²

As expectativas de mercado, apresentadas no último Relatório de Mercado divulgado pelo Bacen¹³, sinalizam para 2006 um quadro de maior crescimento econômico, conjugado com a manutenção na estabilidade de preços. Na realidade, apesar das incertezas no cenário político, espera-se que o seu desfecho não contamine o ambiente econômico, principalmente no que diz respeito à confiança dos investidores (internos e externos) quanto à manutenção do atual modelo de política macroeconômica. Assim é que as projeções do Relatório de Mercado do Bacen¹⁴ para 2006, quanto à inflação, PIB, câmbio e juros básicos são as seguintes: IPCA de 4,36% (4,50 há 4 semanas); crescimento do PIB de 3,5% (mesma taxa há 4 semanas); Selic média de 15,25% (15,28% há quatro semanas); e câmbio a R\$ 2,20 por dólar (R\$ 2,20 há quatro semanas).

O desempenho dessas variáveis, ao lado de algumas medidas que foram tomadas pelo Poder Central, como a recompra da dívida externa com recursos das reservas cambiais do Bacen e a desoneração tributária dos investimentos estrangeiros na aquisição de títulos da dívida interna, são elementos que estimulam essas expectativas otimistas do mercado, cujos agentes manifestam confiança quanto aos fundamentos da economia brasileira.

As perspectivas com relação à inflação medida pelo IPCA antecipam uma variação em torno de 4,36%, segundo o Relatório de Mercado do Bacen¹⁵, abaixo da média prevista há quatro semanas (4,50%), o que vai garantir uma flexibilidade maior do Copom para manutenção da trajetória de redução da taxa de juros, tendo em vista a inexistência de pressão inflacionária. Uma vez que as perspectivas de uma desvalorização cambial neste ano ainda são baixas, a tendência é que a política monetária continue sendo compatível com essa trajetória inflacionária, o que vai possibilitar novas reduções na taxa Selic. Conforme o Relatório de Mercado do Bacen¹⁶, a taxa média Selic deverá ficar em torno de 15,26% neste ano.

Essa queda da taxa de juros Selic, combinada com o excesso de liquidez no sistema, possibilitando maior disponibilidade de crédito para pessoa física, a expansão da massa salarial (por conta, principalmente, do aumento do salário mínimo), a política fiscal expansionista do Governo Federal e a visão otimista com relação ao cenário econômico, deverão contribuir para o bom desempenho esperado da atividade econômica em 2006. De fato, as estimativas de mercado apontam para uma taxa de crescimento do PIB em tor-

¹² Os dados da Síntese de Expectativas extrapolam o período de análise da Revista, dada a necessidade de utilizar informações mais recentes sobre as expectativas de mercado para o ano de 2006.

¹³ BACEN. *Relatório de mercado*. 2006. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2006.

¹⁴ Id.

¹⁵ Id.

¹⁶ Id.

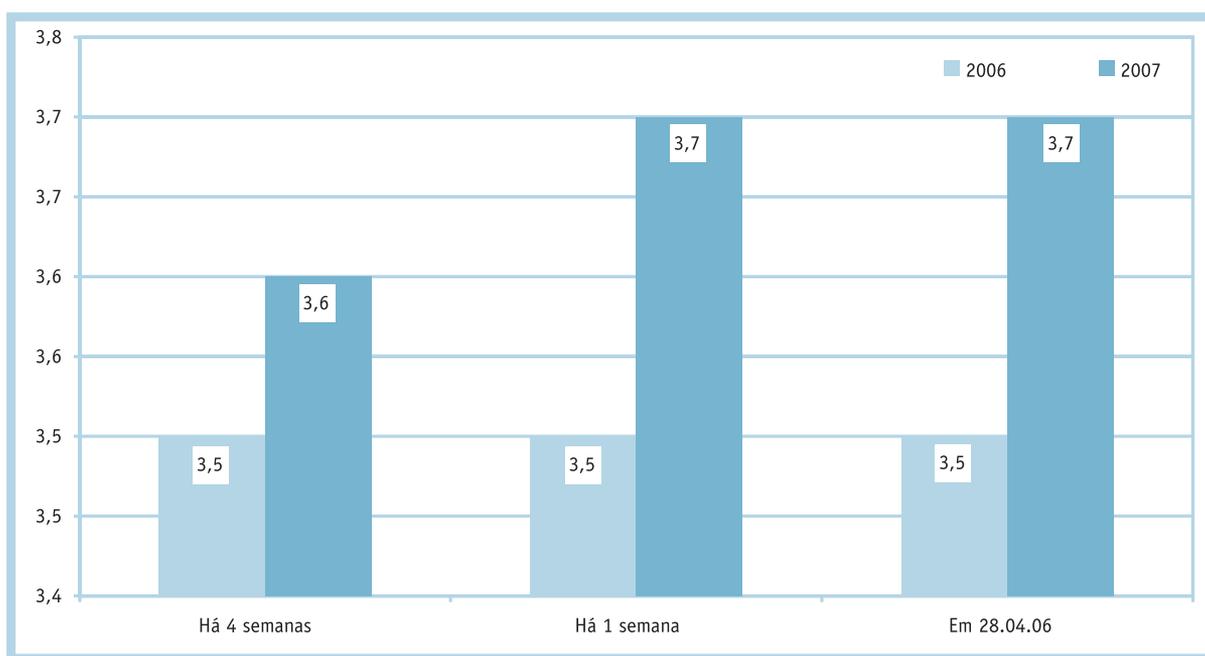


Gráfico 1 – Brasil: expectativas de mercado com relação às taxas de crescimento anual do PIB para 2006 e 2007. Mediana do agregado. Percentagem

Fonte: BACEN. *Relatório de mercado*. 2006. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2006.

no de 3,5%, bem acima, portanto, da experimentada em 2005 (2,3%) (Gráfico 1).

A razão para esse cenário positivo com relação à atividade econômica se deve à expansão que vem sendo observada desde o final do ano passado nos setores industrial e de vendas do comércio varejista.

Com relação à indústria, a comparação com as perspectivas de um mês atrás revela um quadro mais otimista (crescimento de 4,5%, superior ao 4,3% de quatro semanas atrás). Essa melhora nas expectativas de mercado reflete o bom desempenho da indústria nos primeiros meses do ano (Gráfico 2).

A produção industrial cresceu 1,2% em fevereiro frente a janeiro, segundo dados dessazonalizados do IBGE¹⁷. Na comparação com igual mês do ano anterior, o crescimento atingiu 5,4%. Finalmente, na série de médias móveis trimestrais, fevereiro assinalou o tercei-

ro mês seguido de crescimento (0,8%). A retomada do crescimento da produção industrial sinaliza um movimento de normalização dos estoques, especialmente porque o descompasso entre a produção industrial e o consumo, um dos fatores responsáveis pela queda do Produto Interno Bruto no terceiro trimestre de 2005, foi superado. O processo de ajustamento de estoques é um indicador de que a economia vai acelerar seu ritmo de crescimento em 2006, com grandes possibilidades de expansão da oferta de bens e serviços.

Entretanto, a manutenção dessa trajetória de crescimento dependerá, de forma inequívoca, da disposição da indústria manufatureira de aumentar os investimentos na ampliação da capacidade instalada. Baseado no planejamento ou em decisões de investimentos já aprovadas pelas empresas entrevistadas, o quesito sobre intenções de investimento da Sondagem Conjuntural da FGV¹⁸ mostra que o aumento médio da capaci-

¹⁷ IBGE. *Pesquisa industrial mensal: produção física (fev./06)*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2006.

¹⁸ FGV. *Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação*, n. 159. Disponível em: <www.ibre.fgv.br>. Acesso em: 12 abr. 2006.

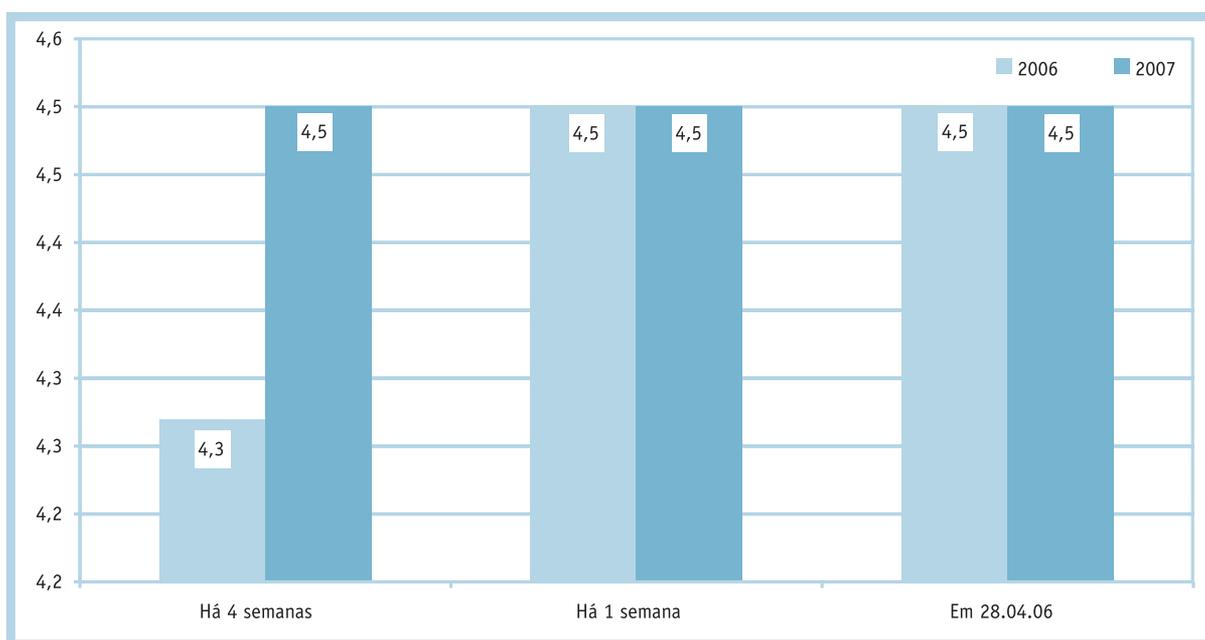


Gráfico 2 – Brasil: expectativas de mercado com relação às taxas de crescimento anual da produção industrial para 2006 e 2007. Mediana do agregado. Percentagem

Fonte: BACEN. *Relatório de mercado*. 2006. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2006.

dade instalada previsto para 2006 está acima daquele observado no início de 2005.

O setor de bens de capital assinalou a maior previsão de investimento em ampliação da capacidade instalada (11,0%). Os números do primeiro bimestre de 2006 já mostram uma expansão substancial de 24,0% no investimento de máquinas e equipamentos, em especial os chamados bens de capital “sem rodas” que reúnem máquinas e equipamentos relacionadas diretamente com o aumento da eficiência da produção¹⁹.

Já o setor de bens de consumo tem estimativa de expandir sua capacidade em 9,0%, acima dos 7,0% registrados em 2005. Nos dois primeiros meses do ano de 2006, o segmento de bens duráveis de consumo foi o destaque, com variação de 5,8%. Registra-se ainda o crescimento mais moderado de bens de consumo não duráveis e semiduráveis nesse período (3,0%), cuja deman-

da depende mais fortemente dos fluxos de renda disponível real. O dinamismo da indústria de bens de consumo foi impulsionado por melhores condições de crédito e do mercado de trabalho.

O crescimento das operações de crédito para o setor privado em fevereiro decorreu principalmente dos financiamentos para pessoas físicas e para o comércio. A ampliação da ocupação e da renda estimulou a demanda por crédito tanto pelas famílias como pelo comércio. A expectativa para 2006 é de continuidade da trajetória de crescimento dessas formas de financiamento em função do processo de flexibilização monetária em andamento, bem como das perspectivas de retomada do crescimento econômico em patamares elevados.

Com relação ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego de 8,3% em dezembro de 2005²⁰ foi a menor taxa verificada desde o início da publicação

¹⁹ Esse segmento é composto pelas categorias bens de capital para o setor industrial, para a infra-estrutura (bens de capital para os setores elétrico e de construção) e outros bens de capital. BNDES. *Sinopse de Investimento*, Brasília, n. 3, abr. 2006. Disponível em: <www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/sinopse_inv.asp>. Acesso em: 25 abr. 2006.

²⁰ IBGE. *Pesquisa mensal do emprego (dez./05)*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2006.

da nova série pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) em outubro de 2001²¹. Já as taxas de desemprego em janeiro²² (9,2%) e fevereiro²³ (10,1%) são inferiores as observadas no mesmo período do ano passado. Ademais, o número de ocupados aumentou 2,7% nos últimos doze meses e o percentual de desocupados entre 7 e 11 meses caiu 3,6% em doze meses. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego²⁴ revelam que permanece a trajetória de criação de empregos formais em 2006, após a geração de mais de 1,2 milhão de vagas no ano anterior. Essa expansão do emprego associada à evolução do rendimento real médio permitiram um crescimento importante da massa salarial em 2005.

A manutenção da expansão do nível de emprego e renda será decisiva para impulsionar a atividade econômica nos próximos meses. A esse crescimento devem ser somados os efeitos das transferências em função do novo valor do salá-

rio mínimo e da correção da tabela do imposto de renda da pessoa física, elevando o limite de isenção de imposto de renda e dos gastos fiscais esperados para o primeiro semestre de 2006.

Adicionalmente, a continuidade do processo de flexibilização da política monetária certamente contribuirá para a expansão do PIB e da produção industrial. A decisão do Copom de reduzir os juros básicos da economia para 15,75% resultou principalmente do comportamento favorável da inflação doméstica ao longo desse ano (Gráfico 3).

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 1,44% no primeiro trimestre de 2006, frente a 1,79% registrado em igual período do ano anterior. Já o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) registrou deflações em feve-

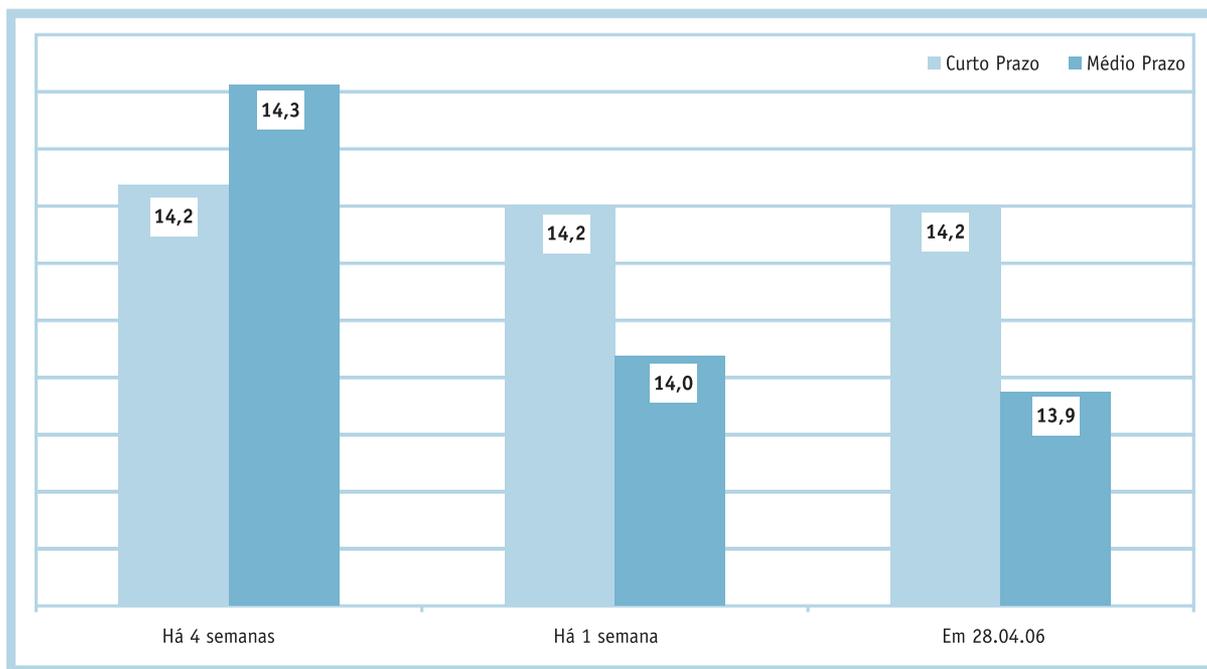


Gráfico 3 – Brasil: expectativas de mercado de curto e médio prazos, com relação à taxa Selic para fim de período. Média Top 5. Percentagem

Fonte: BACEN. *Relatório de mercado*. 2006. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2006.

²¹ IBGE. *Pesquisa mensal do emprego (out./01)*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2006.

²² IBGE. *Pesquisa mensal do emprego (jan./06)*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2006.

²³ IBGE. *Pesquisa mensal do emprego (fev./06)*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2006.

²⁴ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *CAGED*. Disponível em: <www.caged.com.br>. Acesso em: 21 mar. 2006.

reio de 0,06% e de 0,45% em março, após variação positiva de 0,72% em janeiro. Diante disso, o IGP-DI apresentou crescimento de 0,21% no acumulado dos três primeiros meses, abaixo do 1,75% observado no primeiro trimestre de 2005.

A expectativa é de consolidação dos valores de IPCA, IGP-DI e IGP-M menores de que há quatro semanas, sendo o declínio na estimativa do IGP-DI o mais significativo, passando de 3,58%, há quatro semanas, para 2,64%, em 28.04.2006.

Essa tendência de queda tem alinhado as expectativas de inflação com a meta de 4,50% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) como referência para administração da política monetária. De fato, as expectativas coletadas pela Gerin para a taxa de inflação (IPCA) caíram de 4,50%, há quatro semanas, para 4,36% em 28 de abril de 2006. Já para 2007, as expectativas de inflação permanecem estabilizadas em 4,50% há 36 semanas (Gráfico 4).

Outro fator que contribuiu para a continuidade do movimento de queda da taxa Selic foram os últimos dados revelando o controle da

taxa de inflação nos Estados Unidos, sinalizando para um arrefecimento da política de elevação da taxa de juros pelo Fed.

No cenário externo, a conjuntura continua extremamente positiva, ancorada tanto na manutenção dos superávits recordes da balança comercial como nos elevados ingressos de investimentos externos. A expansão da balança comercial no primeiro bimestre foi sustentada pelo dinamismo das exportações que repetiu o excepcional desempenho de 2005, a despeito do crescimento das importações. O superávit acumulado nos dois primeiros meses alcançou US\$ 5,7 bilhões, acima dos US\$ 5,0 bilhões verificados em igual período do ano passado. Somente as exportações somaram US\$ 18,0 bilhões, 18,6% acima do total observado no mesmo período do ano anterior.

Já o saldo de transações correntes atingiu US\$ 273 milhões no primeiro bimestre, comprovando que o incremento das remessas líquidas referentes a viagens internacionais, lucros e dividendos em função, sobretudo, da apreciação cambial, e está sendo compensado pelo excepcional desempenho do setor exportador.

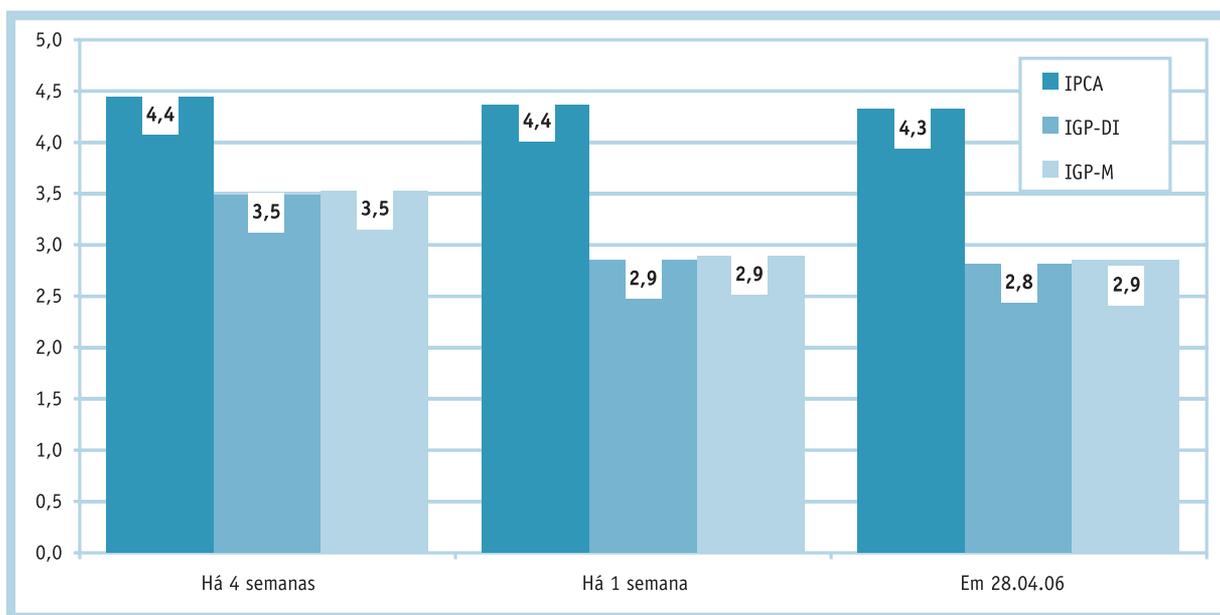


Gráfico 4 – Brasil: expectativas de mercado de curto prazo, para 2006, de variações de índices de preços. Média Top 5. Percentagem

Fonte: BACEN. *Relatório de mercado*. 2006. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2006.

Esses resultados positivos têm mantido estável, há onze meses, as expectativas do mercado de um superávit de US\$ 40 bilhões na balança comercial em 2006. Na formação dessas expectativas, estão sendo também consideradas as projeções para 2006 que apontam crescimento da economia mundial²⁵.

O cenário externo favorável resulta também da decisão do governo de exercer a opção de resgate antecipado dos *bradies*. No total, o governo pagou US\$ 6,634 bilhões, sendo US\$ 6,458 bilhões de principal e US\$ 175,6 milhões de juros. Essa operação garantiu o resgate de mais da metade dos US\$ 20 bilhões de papéis em mercado. O resgate dos *bradies* permitirá uma melhora dos indicadores de solvência ex-

terna, representando um grande passo para a elevação da nota de crédito brasileira.

A geração de saldos comerciais positivos, a redução do estoque de endividamento externo, o crescimento dos fluxos líquidos de investimento estrangeiros diretos e de portfólio e a permanência das reservas internacionais em níveis elevados estão mantendo a moeda nacional apreciada. A expectativa do mercado para a taxa de câmbio para o fim de período é de R\$ 2,20/US\$. Essa perspectiva de valorização cambial já começa a gerar impactos importantes no desempenho físico de nossas exportações, e constituem um componente de incerteza na economia muito forte que precisa ser eliminado, pois pode alimentar expectativas de maxidesvalorização cambial (Gráfico 5). ●

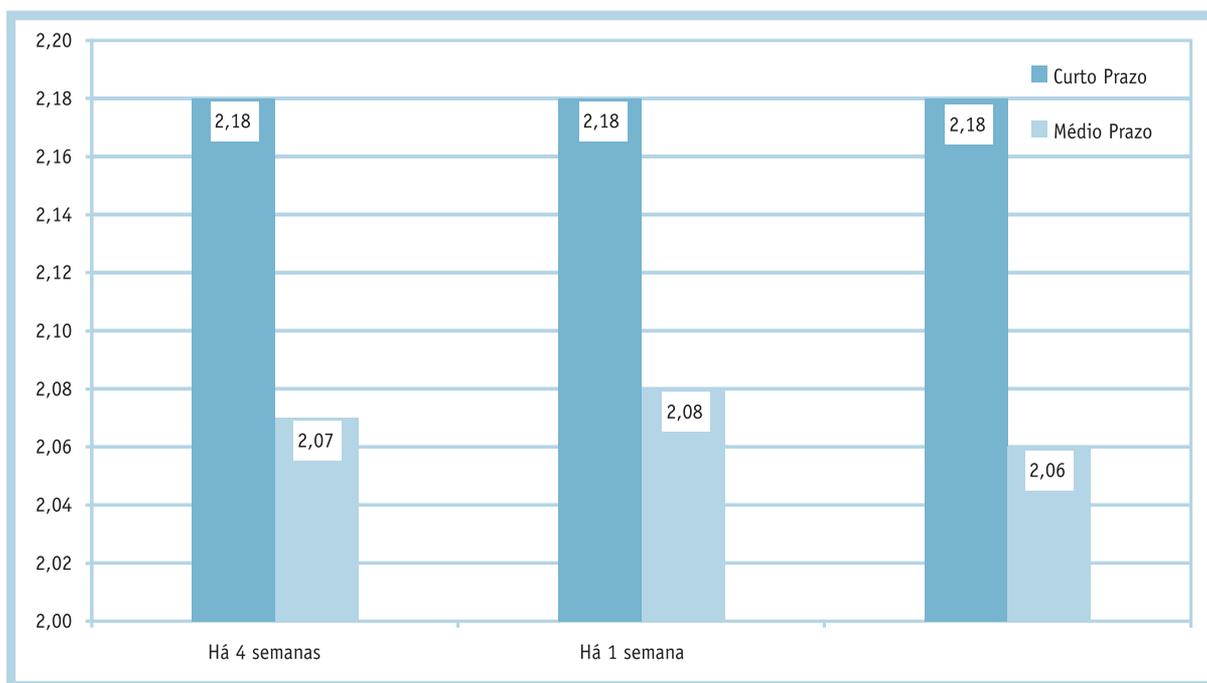


Gráfico 5 – Brasil: expectativa de mercado de curto e médio prazos, com relação à taxa de câmbio para fim de período. Média Top 5. R\$/ US\$

Fonte: BACEN. *Relatório de mercado*. 2006. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2006.

²⁵ Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia internacional crescerá 4,3% em 2006. IMF. *World Economic Outlook (WEO): building institutions* (set./05). Disponível em: <www.imf.org>. Acesso em: 15 abr. 2006.

3 - NÍVEL DE ATIVIDADE

3.1 - Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado, de acordo com as contas nacionais do IBGE (2006)²⁶, registrou crescimento de 2,3%, em 2005. A expectativa de uma expansão mais forte não se concretizou em função, sobretudo, do baixo desempenho da economia no terceiro trimestre²⁷.

Essa expansão resultou do incremento de 2,1% do valor adicionado a preços básicos e do

aumento de 3,9% nos impostos sobre produtos. Em 2005, observou-se também um crescimento de 0,8% do PIB *per capita* em relação a 2004²⁸ (Gráfico 6).

No que se refere aos valores para o quarto trimestre de 2005, constata-se uma razoável recuperação da atividade econômica. A expansão no último trimestre, com relação ao anterior, foi

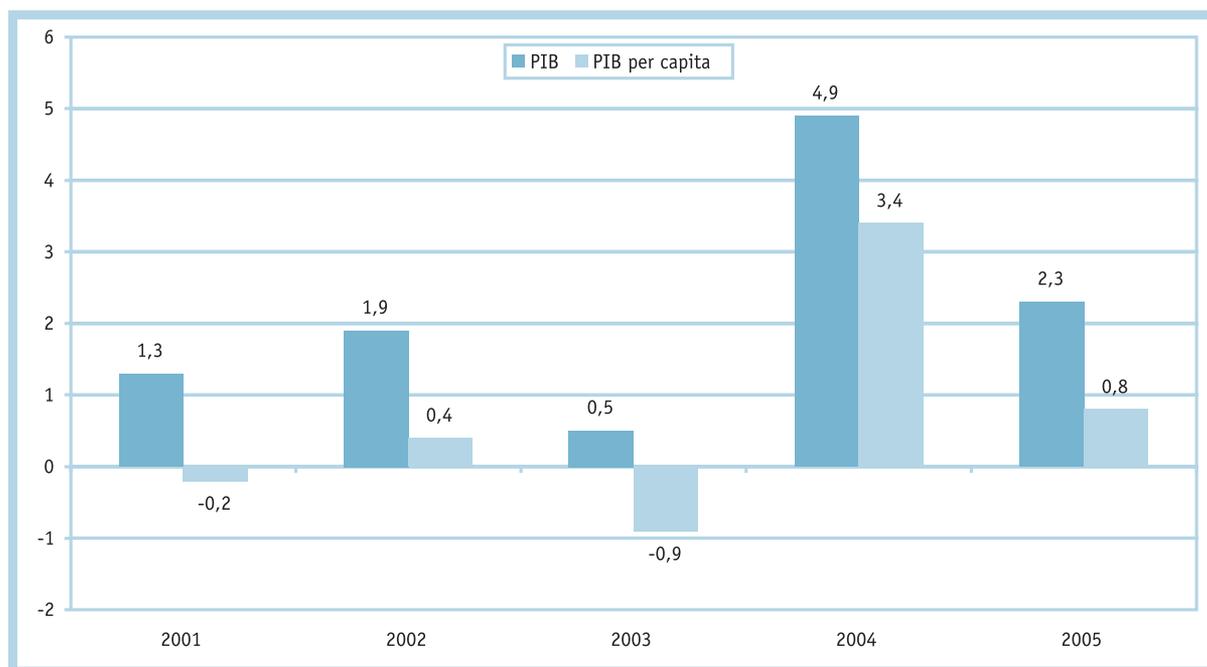


Gráfico 6 – Variação anual PIB e PIB per capita (2001-2005)

Fonte: IBGE. *Contas nacionais trimestrais*: (out.-dez./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 19 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

²⁶ IBGE. *Contas nacionais trimestrais*: (out.-dez./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 19 abr. 2006.

²⁷ As ações de política monetária implementadas no sentido de evitar o recrudescimento da inflação a partir de setembro de 2004 e o descompasso entre a trajetória da produção industrial e o consumo das famílias foram os grandes responsáveis pela taxa de crescimento negativa do terceiro trimestre.

²⁸ O PIB *per capita* é definido como a divisão total do PIB pela população residente.

de 0,8%, equivalente a 3,2% anualizados. Contribuiu para essa performance o ajuste dos estoques que estavam acima dos níveis desejados no terceiro trimestre de 2005.

De uma perspectiva setorial, o crescimento do PIB está vinculado, sobretudo, ao desempenho da atividade industrial, cuja expansão superou a Agropecuária e o setor Serviços. Em relação a 2004, a Indústria apresentou incremento positivo de 2,5%, os Serviços de 2,0% e a Agropecuária de 0,8% (Gráfico 7).

Na atividade industrial, os destaques ficaram por conta da Indústria Extrativa (10,9%) e dos Serviços Industriais de Utilidade Pública (3,6%). Já a Indústria de Transformação e a Construção Civil registraram incrementos de apenas 1,3%²⁹.

Contribuiu para a boa performance da Indústria Extrativa o crescimento significativo na produção de petróleo e gás e de minério de ferro. Esses setores foram beneficiados pela forte demanda externa e preços extremamente favoráveis de exportação.

Segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP)³⁰, a produção de petróleo e gás natural teve um incremento de 10,2% e 28,8%, respectivamente, no ano de 2005. Essa trajetória de crescimento permanece em janeiro de 2006, com a produção de petróleo crescendo 12,7% e a de gás natural 26,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. O incremento da produção da Petrobrás visando a auto-suficiência em petróleo em 2006 foi decisivo para esse desempenho (Gráfico 8).

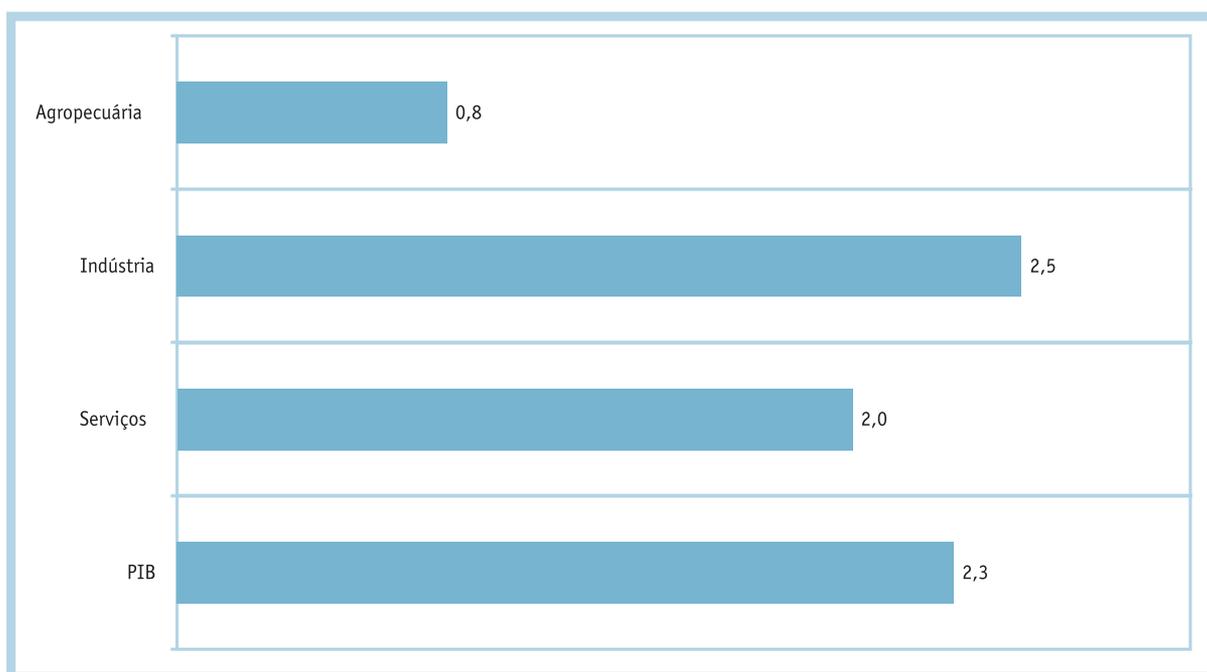


Gráfico 7 – Variação do PIB em volume, por setores econômicos. Taxa acumulada (2005/2004)

Fonte: IBGE. *Contas nacionais trimestrais*: (out.-dez./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 19 abr. 2006.
Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

²⁹ Vale destacar as divergências entre os resultados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) do IBGE (Dez./05), que registrou um crescimento de 3,1% da indústria de transformação, e das Contas Nacionais do IBGE (4º Trimestre 2005), que apresentou um incremento de 1,3%. Esse fato resulta, principalmente, do peso importante que alguns grupos da indústria de bens intermediários (siderurgia, outros metalúrgicos) passaram a ter no cálculo das contas nacionais a partir de 2004. IBGE. *Pesquisa industrial mensal: produção física* (dez./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2006.

IBGE. *Contas nacionais trimestrais* (out.-dez./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2006.

³⁰ ANP. Disponível em: <www.anp.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2006.

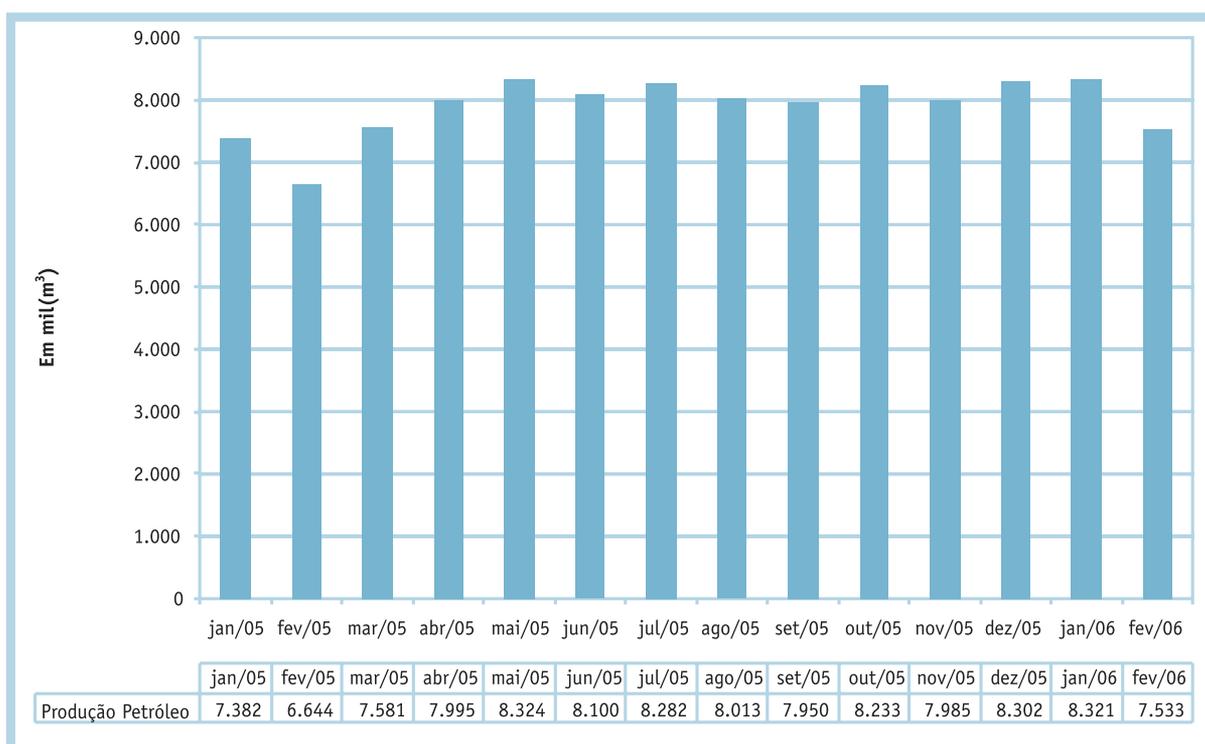


Gráfico 8 – Produção Nacional de Petróleo

Fonte: ANP. Disponível em: <www.anp.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

A Petrobrás elaborou um plano de investimentos de US\$ 56,4 bilhões até 2010, sendo US\$ 49,3 bilhões no Brasil. Do total destinado ao País, US\$ 34,1 bilhões serão utilizados na exploração e produção e US\$ 11,4 bilhões na área de abastecimento, que engloba as 11 refinarias da estatal.

Os investimentos programados pela Petrobrás e o crescimento de 56,0% em 2005 das compras diretas de materiais pela estatal têm estimulado os fornecedores de equipamentos, componentes e serviços para a indústria de petróleo e gás a investir na ampliação de capacidade, conforme levantamento realizado pelo jornal Valor Econômico³¹.

Com base nos dados da Secretaria de Energia, Petróleo e Indústria Naval do Estado do Rio de Janeiro, o levantamento do jornal constatou que oito empresas do setor estão em processo de implantação de fábricas, com investimentos acima de US\$ 130 milhões. Essas empresas são atraídas, sobretudo, pela política de incentivos fiscais e

pelo fato de o Estado de o Rio ter a maior concentração da indústria de petróleo e gás do País.

A empresa alemã Schultz, por exemplo, está instalando no norte do Estado uma fábrica de conexões de aço industrial e de ligas especiais e uma unidade de produção de tubos visando à área de exploração de petróleo. Os investimentos nesses dois projetos totalizam US\$ 96,5 milhões.

Outros investimentos estão em fase de implementação no Estado do Rio de Janeiro. A brasileira Morganite investiu US\$ 5 milhões em uma fábrica de fibras isolantes e a estatal Nuclep vai investir US\$ 20 milhões para produzir motores marítimos da finlandesa Wärtsilä.

O Estado do Espírito Santo também tem se beneficiado do crescimento da capacidade de investimento da Petrobrás. Em 2006, o Estado se tornará o segundo produtor de petróleo do País, com produção de 200 mil barris por dia, ante 40 mil em 2005. Esse crescimento tem

³¹ EXPANSÃO da Petrobrás puxa investimentos de seus fornecedores. *Valor Econômico*, São Paulo, n. 1472, 20 mar. 2006.

atraído para o Estado investimentos de fornecedores de equipamentos, componentes e serviços. Para os próximos anos, o Estado conta com a implantação da base da Petrobrás em Anchieta (sul do Estado) e no desenvolvimento do bloco BC-10 pelo consórcio Shell/Exxon/Petrobrás para atrair novos investimentos.

O desempenho da Indústria de Transformação só não foi mais significativo em 2005 em razão do crescimento modesto do setor de Bens Intermediários (1,0%)³². Por outro lado, observou-se um desempenho anual da produção de Bens Duráveis de Consumo (11,4%), decorrente, sobretudo, do incremento da produção de automóveis (13,1%), telefones celulares (43,9%) e televisores (23,1%). Além do dinamismo das vendas externas, o crescimento das vendas internas em função da expansão na oferta de crédito e uma estabilidade maior do mercado de trabalho foram determinantes para o crescimento desse setor.

Vale destacar também o bom desempenho do segmento de Bens Semiduráveis e não Duráveis em 2005 (4,7%), com destaque para Alimentos e Bebidas elaborados para consumo doméstico (2,7%) e Combustíveis (7,1%). A expansão desse setor foi fortemente influenciada pela trajetória ascendente da massa salarial nesse período.

Finalmente, o setor de Bens de Capital teve um crescimento de 3,6%, superior à média nacional. Os subsetores ligados à infra-estrutura assinalaram as maiores elevações, com ênfase na produção de Máquinas e Equipamentos para construção (32,1%) e Máquinas e Equipamentos para energia elétrica (28,5%). Os destaques negativos ficaram por conta da produção dos Bens de Capital agrícolas (-37,8%) e Bens de Capital para fins industriais (-0,4%).

Diante do baixo desempenho da Construção Civil em 2005, o governo elaborou um conjunto de medidas visando facilitar a compra de imóveis por meio da redução de impostos e o aumento da oferta de crédito para os compradores. Com essas iniciativas, espera-se aumentar o número de empregos no setor e reduzir os preços por imóveis novos.

Na avaliação da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT)³³, os estímulos ao setor da Construção Civil permitirão o início de um círculo virtuoso para a Indústria, já que influenciará positivamente desde a Indústria de Materiais até o financiamento das famílias de baixa renda e de classe média. Ademais, a desoneração fiscal da produção reduzirá consideravelmente as vantagens dos fabricantes informais.

- a liberação por bancos públicos e privados de um total de R\$ 18,7 bilhões para habitação e construção civil neste ano. Deste total, R\$ 8,7 bilhões virão de recursos da caderneta de poupança (R\$ 2 bilhões da Caixa Econômica Federal e R\$ 6,7 bilhões dos bancos privados), FGTS (R\$ 7,7 bilhões), Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (R\$ 1 bilhão) e recursos do Orçamento (R\$ 1,27 bilhão).
- redução a zero das alíquotas do IPI incidentes sobre treze produtos da construção civil e diminuição para 5% o IPI de outros vinte e oito itens.
- direcionar R\$ 1 bilhão para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social voltado para a população de baixa renda. Essas iniciativas permitirão uma queda importante no custo de construção de moradias populares.

Quadro 1 – Principais medidas de apoio à construção civil

Fonte: GOVERNO reduz impostos e eleva crédito para compra e construção de imóveis. *Folha On-Line*, Brasília. Disponível em: <www.folhaonline.com.br>. Acesso em: 23 mar. 2006.

³² Os dados por categoria de uso foram retirados da PIM-PF do IBGE de dezembro de 2005. IBGE. *Pesquisa industrial mensal: produção física* (dez./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2006.

³³ ABRAMAT. *Desoneração de IPI dos materiais de construção*. Disponível em: <www.abramat.org.br>. Acesso em: 04 abr. 2006.

Além das medidas anunciadas pelo governo, a Construção Civil será também beneficiada pelo crescimento dos investimentos públicos com infra-estrutura e pela continuidade do crescimento da massa salarial, que deve ganhar impulso significativo com o reajuste do salário mínimo de R\$ 300,00 para R\$ 350,00.

O anúncio de medidas para incentivar a Construção Civil ocorre no momento de ampliação da disponibilidade de recursos para financiamento imobiliário. Dados da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP)³⁴ revelam que o crédito imobiliário atingiu R\$ 4,8 bilhões em 2005.

No primeiro bimestre de 2006, o volume de operações contratadas com recursos da poupança alcançou R\$ 948,6 milhões, com aumento de 84,0% em relação aos dois primeiros meses de 2005 (Tabela 1).

O setor Serviços em 2005 apresentou uma taxa de crescimento de 2,0%, com destaque para o Comércio (3,3%), Transporte (3,2%) e Aluguéis (2,5%). O bom desempenho do comércio está relacionado com o crescimento do mercado interno. O crescimento da massa salarial associada à expansão do crédito estimulou, principalmente, as linhas de produtos de consumo duráveis.

De fato, analisando a Pesquisa Mensal de Comércio³⁵, constatou-se uma influência maior dos

itens Equipamentos e Material para escritório, Informática e Comunicação (46,5%) e Móveis e Eletrodomésticos (21,4%) na taxa de crescimento do Comércio Varejista em 2005. Esses segmentos são dependentes do crédito direto ao consumidor, bem como dos empréstimos pessoais consignados em folha. Já os ramos de Tecidos, Vestuário e calçados (14,9 %) e Hipermercados, supermercados, Produtos alimentícios, Bebidas e fumo (5,3%) foram beneficiados pelo crescimento do emprego e do rendimento médio.

As vendas do Comercio Varejista continuam apresentando resultados satisfatórios no início de 2006, com crescimento de 6,5% em janeiro na comparação com o mesmo período do ano anterior. As maiores contribuições permanecem vinculadas aos segmentos mais dependentes do crédito pessoal e crédito para aquisição de bens caso dos móveis e eletrodomésticos, e equipamentos e material para escritório, informática e comunicações³⁶.

A performance da produção agropecuária em 2005 foi prejudicada tanto pelas condições climáticas adversas, como pela deterioração dos preços internacionais em função do excesso de oferta mundial. A valorização cambial também afetou a competitividade da produção nacional, reduzindo os preços recebidos pelos produtores.

Para reverter esse quadro, o governo anunciou um conjunto de medidas de apoio à comercialização e à produção agropecuária, in-

Tabela 01 – Financiamentos imobiliários: número de unidades e valores contratados

Meses	2006					
	Número de Unidades			R\$ Milhões Contratados		
	No Mês	No Ano	12 Meses	No Mês	No Ano	12 Meses
Janeiro	5.953	5.953	62.999	470,44	4.770,44	4.988
Fevereiro	5.949	11.902	65.576	478,19	948,63	5.227

Fonte: BACEN; ABECIP. Disponível em: <www.abecip.org.br>. Acesso em 18 de abr. 2006.

³⁴ ABECIP. *Indicadores do crédito mobiliário*. Disponível em: <www.abecip.org.br>. Acesso em: 18 abr. 2006.

³⁵ IBGE. *Pesquisa mensal de comércio (dez./05)*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006.

³⁶ IBGE. *Pesquisa mensal de comércio (jan./05)*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006.

cluindo a agricultura familiar. As medidas incluem a alocação de R\$ 1,2 bilhão para incentivar a comercialização, sendo R\$ 1 bilhão para sustentação através da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e R\$ 238 milhões para o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Adicionalmente, o governo vai prorrogar R\$ 7,7 bilhões dos empréstimos de custeio e investimentos contraídos pelos produtores para financiar a safra³⁷.

Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, realizado pelo IBGE³⁸, a safra agrícola deverá atingir 123,9 milhões de toneladas de grãos em 2006 – crescimento de 10,2% em relação à safra em 2005.

Pela ótica dos respectivos componentes de demanda, observou-se que o mercado interno exerceu um papel relevante na recuperação do crescimento do PIB no quarto trimestre de 2005. Na comparação com o quarto trimestre de

2004, o consumo das famílias teve um incremento de 3,4%. Já no acumulado do ano, o crescimento de 3,1% do consumo das famílias manteve a trajetória de crescimento pelo segundo ano consecutivo (Gráfico 9).

Essa performance resulta, em grande parte, da expansão de 36,7% em 2005 das operações de crédito com recursos livres para pessoas físicas. Em 2006, observa-se que as operações de crédito continuam mantendo o ritmo elevado. De acordo com o Banco Central³⁹, as operações de empréstimos realizados com recursos livres totalizaram R\$ 412,5 bilhões em fevereiro – expansão de 1,8% no mês e de 24,4% em 12 meses. Somente os empréstimos com recursos livres para pessoas físicas alcançaram R\$ 197,9 bilhões – aumento de 1,6%.

Com relação à distribuição setorial do crédito, constatou-se que as operações de crédito destinadas ao setor privado atingiram R\$ 594,8 bi-

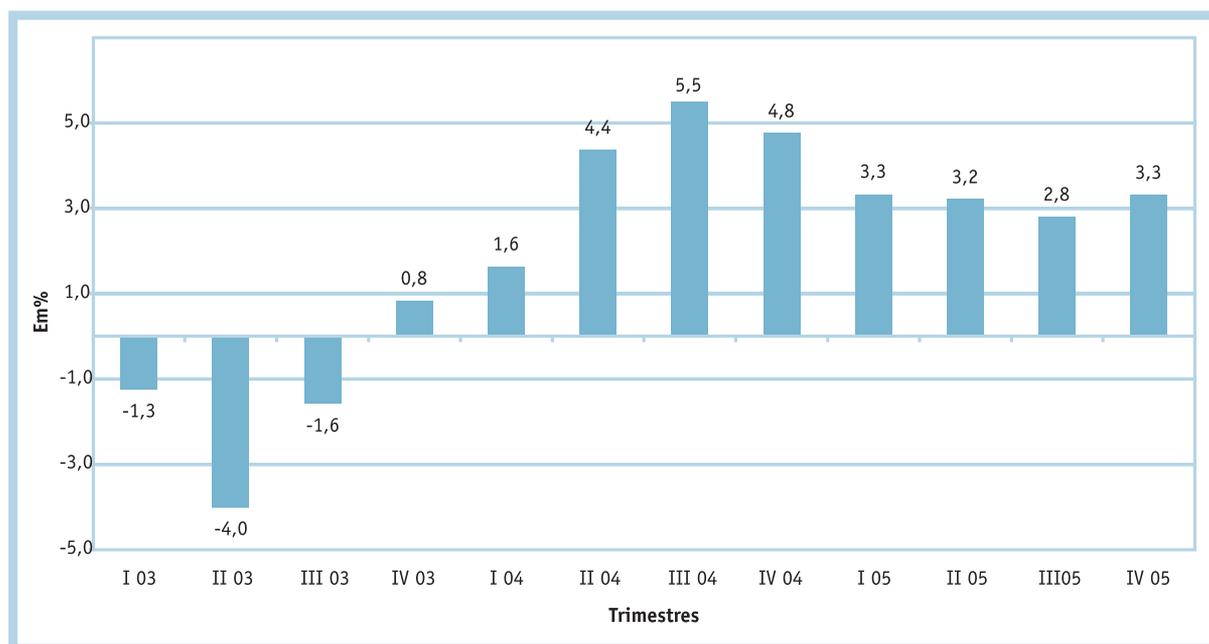


Gráfico 9 – Brasil: desempenho do consumo das famílias

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura econômica.

³⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Rodrigues anuncia crédito para comercialização e prorrogação das dívidas dos produtores*. Disponível em: <www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006.

³⁸ IBGE. *Safra poderá atingir 123,9 milhões de toneladas em 2006*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2006.

³⁹ BACEN. *Nota à imprensa: política monetária e operações de crédito ao sistema financeiro*. Brasília, 2006. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2006.

lhões em fevereiro – crescimento de 1,1%. Esse resultado reflete principalmente o incremento de financiamentos para pessoas físicas (1,7%) e para o comércio (2,3%). A ampliação da ocupação e da renda estimula a demanda por crédito tanto pelas famílias como pelo comércio.

O comportamento favorável do mercado de trabalho foi decisivo para o crescimento do consumo das famílias. Dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME)⁴⁰ revelam uma elevação de 5,3% da massa salarial dos trabalhadores em termos reais em 2005. Contribuíram substancialmente para o crescimento da massa de rendimentos os resultados das negociações salariais no ano de 2005. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio-Econômicos (DIEESE)⁴¹, a proporção de negociações que resultou em aumentos reais de salários alcançou o melhor resultado nos dez anos de existência da pesquisa, com 72% das negociações estabelecendo reajustes salariais superiores ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Os dados da PME⁴² para o mês de fevereiro indicam a continuidade do comportamento favorável na criação líquida de postos de trabalho e do rendimento médio do trabalho efetivamente recebido em 2006. A taxa de desocupação em fevereiro, no total das seis regiões pesquisadas pelo IBGE, assinalou uma elevação de 10,1% – 0,9 ponto percentual acima da taxa de janeiro (9,2%). Vale salientar que esta é a menor taxa estimada para o mês de fevereiro, desde o início da pesquisa em março de 2002. Por outro lado, o rendimento médio teve um acréscimo de 1,1% na comparação com o mês anterior.

Ademais, o reajuste do salário mínimo de R\$ 300,00 para R\$ 350,00 permitirá, segundo estimativa do Dieese⁴³, um poder de compra equivalente 1,99 cesta básica⁴⁴ em abril de 2006. Além dos aumentos reais do salário mínimo nos últimos três anos, esse resultado deve-se à baixa variação dos preços dos alimentos e à redução da carga tributária sobre os alimentos.

Outra medida que possibilitará uma expansão do consumo das famílias está relacionada com a correção da tabela do imposto de renda da pessoa física em 8,0% permitindo o crescimento do limite de isenção de imposto de renda de R\$ 1.164,00 para R\$ 1.257,12. Para quem ganha entre R\$ 1.257,13 e R\$ 2.512,08, a tributação será de 15,0%. A alíquota de 27,5% somente incidirá para quem ganha acima de R\$ 2.512,08. Essa mudança beneficiará 650 mil trabalhadores, dos quais, 400 mil estão isentos e 250 mil vão começar a pagar menos impostos.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) terminou o ano de 2005 com expansão de 1,6% comparativamente a 2004. Esse crescimento resultou, sobretudo, da produção de Bens de Capital (2,3%) e, em menor medida, da Construção Civil (1,2%). A contribuição de máquinas e equipamentos no total do investimento só não foi maior em função do aumento das exportações desses itens no período. O desempenho positivo da Formação Bruta de Capital permitiu um crescimento de 20,0% da taxa de investimento em 2005 – superior à taxa observada em 2004. Para 2006, o comportamento da taxa de investimento tenderá a se beneficiar substancialmente da redução das taxas de juros reais (Tabela 2).

⁴⁰ IBGE. *Pesquisa mensal de emprego* (dez./2005). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006.

⁴¹ DIEESE. *Balanço das negociações salariais em 2005: estudos e pesquisas*. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: 19 abr. 2006.

⁴² IBGE, op. cit.

⁴³ DIEESE. Notas sobre o salário mínimo e imposto de renda. *Nota Técnica*, n. 17. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: 19 abr. 2006.

⁴⁴ Cesta básica calculada pelo Dieese para indicar o valor do Salário Mínimo Necessário.

Tabela 02 – Brasil: formação bruta de capital Fixo (FBCF)^a (em %)

	Trim./ Mesmo Trim. do Ano Anterior				Acumulado em 2004	Trim./ Mesmo Trim. do Ano Anterior				Acumulado em 2005
	2004					2005				
	I	II	III	IV		I	II	III	IV	
FBCF	1,8	13,4	19,3	9,3	10,9	2,3	4,0	-2,1	2,7	1,6
Construção	0,7	7,0	11,3	3,9	5,7	0,7	3,6	-1,8	2,9	1,3
Máquinas e Equipamentos	5,0	14,9	16,3	-17,6	3,7	-0,8	5,5	0,4	17,8	5,3
Absorção Nacional^b	5,2	11,9	14,1	-24,6	1,1	-8,2	-0,7	-7,2	23,2	0,3
Produção	20,1	24,9	24,5	11,5	19,9	5,9	8,8	2,5	-0,1	4,1
Exportações	63,6	60,2	53,2	98,0	71,1	42,3	32,6	30,3	-8,2	18,5
Importações	2,8	21,5	21,3	-0,6	10,2	22,8	24,2	24,4	15,3	21,4
FBCF - Variação										
Dessazonalizada (Trim./ Trim. Imediatamente Anterior)	3,2	2,8	6,5	-3,4	-	-3,0	4,7	-0,9	1,7	-
Taxa de Investimento										
Nominal	19,1	18,9	20,9	19,4	19,6	20,0	19,9	20,4	19,7	20,0
A preços do Ano Anterior	18,1	18,2	19,7	19,1	18,8	18,8	19,0	19,9	19,9	19,5

Fonte: IPEA. *Boletim de Conjuntura*, n. 72, mar. 06. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006.

Nota: ^a Decomposição da FBCF do IPEA.

^b Produção – exportações.

O consumo do governo terminou o ano de 2005 com um incremento de 1,6%, apesar do superávit fiscal de 4,97% do Produto Interno Bruto. O ajuste fiscal maior do que esperado foi justificado pela equipe econômica em razão da interrupção da queda na relação entre a dívida pública e o PIB entre o fim de 2004 e o início de 2005. O esforço do governo para aumentar os investimentos em 2006 fica claro na edição de duas medidas provisórias⁴⁵ em publicação extra do Diário Oficial de 12 e 13 de abril, no valor total de R\$ 26,2 bilhões, referentes a investimentos das empresas estatais e dotações do orçamento fiscal e da seguridade social de 2006.

O governo justificou a adoção dessas medidas em função do atraso na aprovação do orçamento da União, inviabilizando ações consideradas imprescindíveis para a sociedade. Nesse sentido, a medida provisória destina-se ao atendimento de áreas sensíveis como reforma agrária, transportes, defesa nacional, agricultura e segurança pública. Os investimentos correspondem a

aproximadamente 25,0% dos investimentos previstos na proposta do Executivo.

No âmbito do setor externo, as exportações aumentaram 11,6% em 2005 na comparação com 2004 e as importações registraram um incremento de 9,5%. Esse desempenho resultou no maior superávit da balança comercial de sua história (R\$ 44,8 bilhões). Contribuiu para esse desempenho o aumento da participação de bens com maior grau de agregação tecnológica e dinamismo no plano internacional.

De fato, avaliando a intensidade tecnológica assim como o dinamismo das exportações, estudo do Instituto para o Desenvolvimento Econômico (IEDI)⁴⁶ constatou que os produtos da indústria intensiva em tecnologia aumentaram sua participação nas vendas externas de 7,9% em 2004 para 10,0% em 2005. Entretanto, o valor do aumento das exportações em 2005 continua vinculado, sobretudo, ao desempenho das exportações dos setores de média e média-baixa intensidades tecnológicas (70,0%).

⁴⁵ MPs liberam recursos de investimento das estatais. Disponível em: <www.planejamento.gov.br>. Acesso em: 14 abr. 2006.

⁴⁶ IEDI. Os avanços brasileiros no comércio exterior. Carta IEDI, n. 196. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 19 abr. 2006.

No que tange ao dinamismo dos produtos de exportação, constatou-se uma elevação de 22,3% da contribuição dos setores de alto crescimento no comércio mundial entre 1996 e 2001⁴⁷. Em 2004, esses setores participavam com somente 9,4%⁴⁸.

Finalmente, é importante mencionar que o excelente desempenho da balança comercial brasileira permitiu que o País conseguisse elevar seu *market-share* em 2005, apesar da valorização da moeda nacional nos últimos três anos. Na avaliação da Funcex⁴⁹, esse fenômeno estaria indicando uma mudança estrutural no comércio exterior brasileiro, ou seja, a exposição das empresas ao mercado externo estaria ocorrendo independentemente de fatores conjunturais relativos à rentabilidade das exportações.

Os resultados para o primeiro bimestre de 2006 indicam que a apreciação cambial está afetando o desempenho da balança comercial. O *quantum* importado apresenta aumento de 12,1% nesse período, superior à mesma variação das exportações (5,9%).

O crescimento do *quantum* importado continua sendo mais expressivo entre os bens de capital e os bens duráveis, porém os bens intermediários já apresentam uma aceleração, com alta de 14,5% ao ano. O salto na importação de insumos sinaliza que a produção industrial brasileira deve crescer com mais vigor nos próximos meses e aponta um processo de substituição de insumos nacionais por importados em função da valorização cambial.

3.2 - Produção Industrial

Na série com ajuste sazonal, a produção física industrial⁵⁰ de fevereiro de 2006 registrou incremento de 1,2% em relação ao mês anterior, após ter apresentado variação negativa de 1,3% em janeiro. Vale salientar que em dezembro a indústria havia assinalado um crescimento de 2,4%.

O resultado do mês de fevereiro teve um impacto positivo nos demais indicadores. Comparativamente ao mesmo mês de 2005, ocorreu um aumento de 5,4% da atividade industrial – a maior taxa de crescimento desde junho de 2005. Nesse indicador, a produção industrial tem registrado índices crescentes desde outubro de 2005 (Gráfico 10).

O indicador acumulado no primeiro bimestre, no confronto com o mesmo período de 2005, alcançou 4,2%. Ao longo dos últimos doze meses, a taxa de crescimento foi de 3,0%, interrompendo a trajetória de queda verificada desde março de 2005.

Essa retomada do crescimento da produção industrial reflete um movimento de normalização dos estoques, especialmente porque o nível de estoques elevados que provocou a queda do Produto Interno Bruto no terceiro trimestre de 2005 foi superado. Considerando que as vendas estão aquecidas desde novembro de 2005, a tendência é de um crescimento sustentado da produção industrial no ano de 2006.

⁴⁷ Setores com crescimento médio superior a 5%.

⁴⁸ IEDI, op. cit.

⁴⁹ FUNCEX. *Boletim de Comércio Exterior*. ano X, n. 3, mar. 2006. Disponível em: <www.funcex.com.br>. Acesso em: 15 abr. 2006.

⁵⁰ IBGE. *Produção industrial mensal (fev./06)*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2006.

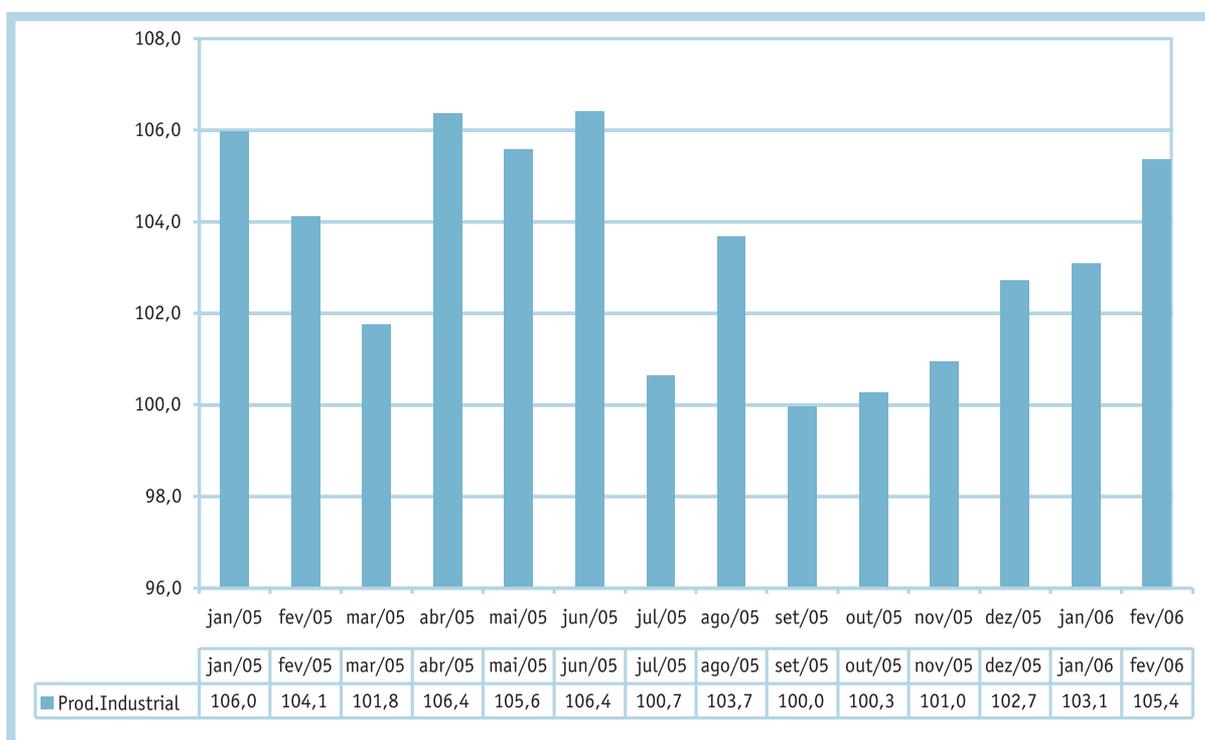


Gráfico 10 – Evolução da produção física industrial (jan.05/fev.06)

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Analisando por categoria de uso, as informações relativas ao primeiro bimestre revelam uma forte expansão da indústria de bens de consumo duráveis (16,6%), impulsionada por condições favoráveis de renda e de crédito. Os subsetores que mais influenciaram essa performance foram

automóveis (15,5%), televisores (64,6%) e telefones celulares (25,2%) (Tabela 3).

De acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA)⁵¹, a produção de autoveículos continua apresen-

Tabela 03 – Produção industrial por categoria de uso (var.%)

	2005			2006	
	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.
No mês*					
Produção Industrial	0,4	0,8	2,4	-1,3	1,2
Bens de Capital	-5,2	4,6	5,4	-3,6	1,5
Bens Intermediários	0,1	0,2	1,2	0,4	-0,6
Bens de Consumo					
Duráveis	3,6	-2,0	17,7	-5,7	6,0
Semi e Não Duráveis	1,2	1,4	3,3	-1,8	1,7
No Ano					
Produção Industrial	3,4	3,1	3,1	3,2	4,2
Bens de Capital	3,1	3,3	3,6	6,8	8,6
Bens Intermediários	1,1	1,0	0,9	2,9	2,7
Bens de Consumo					
Duráveis	12,6	11,2	11,4	18,4	6,6
Semi e Não Duráveis	5,0	4,8	4,6	0,2	3,0

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006.

Nota: (*) Dados Dessazonalizados.

⁵¹ ANFAVEA. *Carta ANFAVEA*, n. 238, mar. 2006. Disponível em: <www.anfavea.com.br>. Acesso em: 19 abr. 2006.

tando o bom desempenho observado em 2005. A taxa de crescimento de 11,6% da produção de autoveículos no primeiro bimestre, frente ao mesmo período do ano anterior, foi o melhor nesse período da história das montadoras. Esse resultado decorreu do incremento de 10,5% das exportações e 17,4% das vendas internas (Tabela 4).

Em 2006 a indústria automobilística já faturou US\$ 1,6 bilhão com exportação e espera chegar a US\$ 11,5 bilhões até o final do ano, superando a receita de US\$ 11,1 bilhões de 2005. Além das vendas externas de veículos, as montadoras estão buscando novas fontes de exportação.

Levantamento realizado pelo jornal Valor Econômico⁵² constatou que, na filial brasileira da General Motors (GM), cresce a venda de projetos de engenharia de manufatura e ferramentas para a produção de peças dos carros para as fábricas da GM de outros países. Em quatro anos, esses contratos já atingiram US\$ 100 milhões. Somente para a filial da companhia na África do Sul, foram vendidas 575 ferramentas

e mais os projetos de 200 peças para veículos produzidos nesse país.

A filial brasileira da Volkswagen também tem realizado vendas de projetos dessa natureza. O levantamento cita o caso da fábrica da montadora alemã localizada no Irã que iniciou a produção do modelo Gol em uma linha de montagem exportada pela subsidiária brasileira.

O excelente desempenho das montadoras estimula a produção das empresas de autopeças. De acordo com o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (SINDIPEÇAS)⁵³, o faturamento da indústria de autopeças em 2005 foi de US\$ 24,2 bilhões e as exportações somaram o equivalente a US\$ 7,5 bilhões. No primeiro bimestre de 2006, o faturamento aumentou 3,5% no confronto com igual período do ano anterior. Já o número de trabalhadores segue crescendo e atingiu 198,3 mil em fevereiro.

Os fabricantes de eletroeletrônicos de consumo também mantiveram, no início de 2006,

Tabela 04 – Indústria automobilística: produção, vendas e exportações

Em Unidades	2006	2005	Variações Percentuais		
	Jan.- Fev.	Jan.- Fev.	Fev.06/ Jan.06	Fev.06/ Fev.05	Jan.- Fev.06/ Jan.- Fev.05
PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS MONTADOS					
Total	370.629	332.009	1,8	5,7	11,6
Veículos Leves	352.637	311.906	0,7	6,2	13,1
Caminhões	13.753	16.268	27,2	-5,8	-15,5
Ônibus	4.239	3.835	23,7	18,7	10,5
LICENCIAMENTO DE AUTOVEÍCULOS NOVOS - NACIONAIS					
Total	248.290	211.517	-2,8	11,3	17,4
Veículos Leves	235.255	197.822	-2,4	12,8	18,9
Caminhões	10.391	11.812	-16,2	-16,8	-12,0
Ônibus	2.644	1.883	17,3	21,3	40,4
EXPORTAÇÕES DE AUTOVEÍCULOS MONTADOS					
Total	100.954	91.399	18,9	8,9	10,5
Veículos Leves	95.601	86.685	17,9	8,5	10,3
Caminhões	3.954	3.363	74,4	30,4	17,6
Ônibus	1.399	1.351	-26,0	-20,7	3,6

Fonte: ANFAVEA. *Carta ANFAVEA*, n. 238, mar. 2006. Disponível em <www.anfavea.com.br>. Acesso em: 19 abr. 2006.
Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

⁵² GM do Brasil transforma engenharia de produção em área de negócios. *Valor Econômico*, São Paulo, n. 1471, 17 mar. 2006.

⁵³ SINDIPEÇAS. *Informativo Sindipeças*. Disponível em <www.sindipeças.org.br>. Acesso em: 19 abr. 2006.

os bons resultados registrados no ano anterior. Dados da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros)⁵⁴ mostram que o crescimento da indústria eletroeletrônica foi de 14,7% em 2005, com destaque para o segmento de imagem e som (32,3%), seguido pelas vendas de eletroportáteis (3,0%) e pela linha branca (2,2%). Foram US\$ 1,4 bilhão de investimentos e 194 mil empregos diretos gerados em 2005. Para 2006, as vendas deverão crescer em torno de 17,0%, em função principalmente da previsão de aumento das vendas de televisores (16,0%) e aparelhos de DVD (65,0%).

Somente a produção de televisores cresceu 64,6% no primeiro bimestre ante o mesmo período de 2005. A manutenção da oferta de crédito, o aumento da massa salarial e o “efeito copa do mundo” têm contribuído para a expansão da demanda desse produto. Ademais, convém ressaltar a queda no preço desses aparelhos e de outros eletroeletrônicos em função do recuo dos preços dos componentes importados. Vale salientar que no ano passado, a comercialização de televisores já tinha superado as expectativas, com 9 milhões

de unidades vendidas frente a uma projeção inicial de 8,8 milhões de aparelhos.

O setor de bens de capital assinalou um acréscimo de 8,6% no acumulado do ano, na comparação com o primeiro bimestre de 2005. Os resultados por subsetores revelam que alguns segmentos registraram incrementos significativos, com ênfase para o segmento de bens de capital para uso misto (16,3%) decorrente do aumento da produção de computadores e de transmissores e receptores da telefonia celular. Em função da magnitude das taxa de crescimento, os ramos de bens de capital para energia elétrica (42,1%) e bens de capital para construção (19,9%) também foram destaques. Por outro lado, constatou-se que os segmentos de bens de capital peças agrícolas (-46,2%) e bens de capital agrícolas (-21,5%) continuam apresentando resultados fortemente negativos (Tabela 5).

A expansão de 3,0% no setor de bens de consumo não duráveis no primeiro bimestre do ano refletiu, sobretudo, acréscimos na produção de alimentos e bebidas elaborados para consumo doméstico (4,1%) e outros bens não duráveis (3,0%).

Tabela 05 – Produção física: Brasil: índices especiais de bens de capital

Segmentos	Variação (%)		
	Mensal	Acumulada	
	Fev.06	No Ano	12 Meses
Bens de Capital para Fins Industriais	2,6	-0,1	-1,4
Bens de Capital para Fins Industriais Seriadados	1,7	-1,7	-3,1
Bens de Capital para Fins Industriais Não-Seriados	8,0	8,8	10,1
Bens de Capital Agrícolas	-21,1	-21,5	-37,6
Bens de Capital Peças Agrícolas	-55,8	-46,2	-68,0
Bens de Capital para Construção	15,3	19,9	29,3
Bens de Capital para o Setor de Energia Elétrica	36,8	42,1	32,4
Bens de Capital Equipamentos de Transporte	4,4	-2,4	4,2
Bens de Capital de Uso Misto	19,1	16,3	5,8

Fonte: IBGE. *Índices Conjunturais da Indústria: Brasil* (fev./06). Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006.

⁵⁴ ELETROS. Disponível em: <www.eletros.org.br/_presse_release.html>. Acesso em: 19 abr. 2006.

Já o setor de bens intermediários teve um crescimento de 2,7%, influenciado pelo bom desempenho dos insumos industriais básicos (18,1%), combustíveis e lubrificantes básicos (14,9%) e insumos industriais elaborados (0,8%).

Constata-se que dezoito das vinte e três atividades que têm séries pesquisadas sazonalmente ajustadas contribuíram positivamente para o acréscimo de 4,2% da produção industrial no primeiro bimestre de 2006, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Assinalaram incrementos importantes a indústria extrativa (13,3%), máquinas para escritório e equipamentos de informática (65,8%) e material elétrico e equipamentos de comunicação (20,2%). Em contrapartida, o segmento de edição e gráfica (-6,5%), vestuário e acessórios (-4,3%) e calçados e artigos de couro (-3,0%) registraram as maiores quedas (Gráfico 11).

Com relação ao setor de calçados e de confecções, o fraco desempenho está relacionado à crescente dificuldade dos produtores brasilei-

ros de competir com produtos chineses diante dos baixos custos de produção vigentes e da política cambial que mantém a cotação do dólar em baixa no país asiático. Esse processo tem estimulado nos últimos meses a importação por parte da indústria brasileira de produtos acabados e componentes fabricados na China. O objetivo é manter a participação no mercado, tornando os produtos mais competitivos.

Recentemente, o processo de valorização da moeda nacional tem também levado as empresas brasileiras a contratarem empresas na China e na Argentina para fabricar seus produtos. Segundo reportagem do jornal Valor Econômico⁵⁵, sapatos e roupas estão sendo produzidas no exterior com as etiquetas das marcas brasileiras e direcionadas para terceiros mercados. O fabricante de sandálias Azaléia, por exemplo, contratou uma empresa chinesa para produzir 60 mil pares de sandálias com o *design* e *know-how* da companhia visando ao mercado americano. A realização de parte da produção na China implica o fechamento de unidades de produção

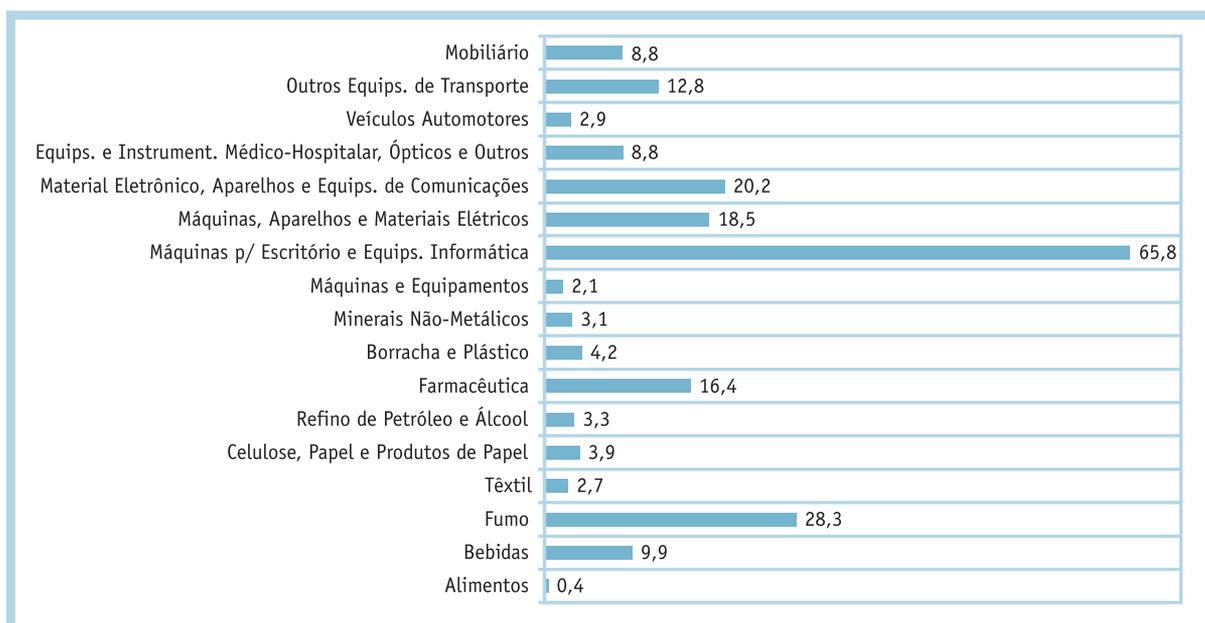


Gráfico 11 – Classes e gêneros selecionados da indústria de transformação. Jan./Fev.06. Variação acumulada no Ano (%)

Fonte: IBGE. *Produção industrial mensal (fev./06)*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

⁵⁵ INDÚSTRIA do Brasil contrata produção da China. *Valor Econômico*, São Paulo, n. 23, fev. 2006.

no Brasil. Recentemente, a Azaléia fechou uma fábrica no Rio Grande do Sul que produzia 10 mil pares de tênis por dia.

A fabricante de calçados femininos e infantis Pampili pretende deslocar parte da produção para a Argentina. A empresa argumenta que o dólar valorizado está elevando o preço do produto, já que os custos de produção são em reais.

Já o fabricante de roupas Hering está abastecendo o mercado interno com bermudas e jaquetas produzidas na China. De acordo com o fabricante, a manutenção do dólar valorizado tenderá a aumentar a participação das importações. Por outro lado, a Hering, que exporta de 20,0% a 25,0% da produção, planeja reduzir esse patamar em 2006 caso o câmbio continue apreciado.

Se, por um lado, as indústrias intensivas em mão-de-obra estão sendo prejudicadas com a

valorização cambial, por outro lado, as empresas exportadoras que têm um alto coeficiente de importação e são pouco intensivas em mão-de-obra são beneficiadas com a apreciação da moeda nacional. Na verdade, o câmbio valorizado diminui os preços dos insumos importados.

Exemplos típicos são as atividades de material elétrico e equipamentos de comunicação e máquinas para escritório e equipamentos de informática, principalmente a produção de telefones celulares e computadores. O coeficiente de importação de insumos desses produtos é bastante elevado, contribuindo para a queda nos custos de produção. Como importam muito, conseguem compensar parte da perda de rentabilidade nas exportações com uma queda nos custos de produção. A valorização cambial também favorece a indústria farmacêutica, já que se trata de um segmento com elevado coeficiente de importação e baixo coeficiente de exportação.

3.2.1 - Produção industrial no Nordeste

A indústria nordestina registrou no mês de fevereiro aumento de 3,6% na comparação com o mesmo período do ano anterior, índice inferior à média nacional. Nesse indicador, a indústria nordestina assinala expansão pelo quarto mês consecutivo. No acumulado do ano, a expansão foi de 2,7% e nos últimos doze meses o crescimento ficou em 1,3% (Tabela 6).

A manutenção de taxas positivas de crescimento da produção industrial do Nordeste no primeiro bimestre, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, resulta do desempenho de sete das onze atividades investigadas. Os segmentos que registraram maior expansão foram celulose e papel (32,0%), metalurgia básica (13,5%) e minerais não-metálicos (9,3%). Por

outro lado, o segmento de vestuário (-23,1%) foi o principal destaque negativo.

Na comparação com fevereiro do ano anterior, os Estados nordestinos pesquisados pelo IBGE⁵⁶ – Bahia, Ceará e Pernambuco – registraram crescimento da produção industrial. Ceará (8,8%) e Bahia (7,5%) assinalaram taxas de crescimento acima da média nacional, enquanto Pernambuco teve um incremento de apenas 1,2%.

No acumulado do ano, o destaque ficou mais uma vez com o Ceará (9,3%) – com expansão superior à média nacional (4,2%) – seguido da Bahia (4,3%) e Pernambuco (2,9%). Já nos últimos doze meses, o Ceará apresentou uma variação negativa de 1,3% devido, sobretudo à retração significativa de 7,6% da

⁵⁶ IBGE. *Produção industrial mensal (fev./06)*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2006.

Tabela 06 – Indicadores conjunturais da indústria: resultados regionais (fev./06)

Locais	Taxa de Variação (%)		
	Fev.2006/ Fev.2005	Acumulado no Ano	Acumulado 12 Meses
Região Nordeste	3,6	2,7	1,3
Ceará	8,8	9,3	-1,3
Pernambuco	1,2	2,9	2,5
Bahia	7,5	7,0	4,3
Brasil	5,4	4,2	3,0

Fonte: IBGE. *Produção industrial mensal (fev./06)*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2006.

produção industrial no segundo semestre de 2005. Bahia e Pernambuco, por outro lado, assinalaram expansão nesse indicador de, respectivamente, 4,3% e 2,5%.

Na indústria baiana, sete das nove atividades investigadas assinalaram taxas positivas de crescimento no primeiro bimestre do ano. Os maiores incrementos foram verificados nos setores de celulose e papel (36,0%), em função do aumento da produção de celulose e refino de petróleo e produção de álcool (12,8%), impulsionado pelo incremento de óleo diesel, óleos combustíveis e óleo lubrificante. As maiores baixas foram observadas em alimentos e bebidas (-5,4%) e veículos automotores (-7,9%).

O bom desempenho da produção de celulose e papel da Bahia⁵⁷ reflete os resultados positivos recentes do setor em nível nacional. Dados da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa)⁵⁸ revelam que a produção de celulose cresceu 4,0% em 2005 em relação ao ano anterior. As exportações em 2005 atingiram um valor total de US\$ 3,5 bilhões — incremento de 18,6% sobre o ano anterior. Em 2006, a produção de pastas celulósicas já cresceu 9,0% no primeiro bimestre em relação ao mesmo período

do do ano anterior. Essa performance resulta, sobretudo, dos investimentos realizados e a entrada em operação de novas capacidades instaladas. Segundo a Bracelpa⁵⁹, os investimentos realizados nos últimos anos foram cruciais para o desenvolvimento tecnológico de processos e produtos de maior valor agregado, a melhoria ambiental e a racionalização das empresas brasileiras do setor.

Segundo informações da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração da Bahia (SICM)⁶⁰, investimentos no montante de US\$ 3,0 bilhões de dólares foram realizados em 2005 em novas plantas e na ampliação de unidades já existentes. Destaque para o investimento de US\$ 1,25 bilhão realizado pela Varecel, empresa originada da associação entre a brasileira Aracruz e a sueco-finlandesa Stora Enso. Investimentos de ampliação estão sendo executados pela Bahia Sul Celulose, e Bahia Pulp no valor de US\$ 1,2 bilhão e US\$ 500 milhões, respectivamente (Tabela 7).

A indústria cearense assinalou variação positiva de 9,3% no primeiro bimestre, com oito dos dez setores industriais pesquisados apresentando incrementos positivos. As maiores contribui-

⁵⁷ Do total da área plantada no País, a Bahia ocupa a 4ª colocação entre os estados brasileiros.

⁵⁸ BRACELPA. *Desempenho do setor em 2005*. ano XI. n. 574, 09 jan. 2005. Disponível em: <www.bracelpa.org.br>. Acesso em: 15 abr. 2006.

⁵⁹ Id.

⁶⁰ BAHIA. Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração. *Análise do segmento de celulose*. Disponível em: <www.sicm.ba.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006.

Tabela 07 – Investimentos na produção de celulose no Estado da Bahia

	Veracel	Bahia Pulp	Bahia Sul
Localização	Euranópolis (Ba)	Camaçari (Ba)	Mucuri (Ba)
Investimento	US\$ 1,2 bilhão	US\$ 500 milhões	US\$ 1,2 bilhão
Empregos	2 mil	800	163
Área Plantada	147 mil toneladas	70 mil hectares	Não informado
Produto	Celulose Branqueada	Celulose Solúvel	Celulose ECF e papel
Produção Atual	900 mil ton/a	115 mil ton/a	1,2 milhão ton/a
Produção Futura	1,8 milhão ton/a	345 mil ton/a	1,6 milhão
Mercado Externo	Europa, Ásia e EUA	EUA e países da Europa e Ásia	EUA, Japão, Europa e Ásia

Fonte: BAHIAINVEST. Disponível em: <www.bahiainvest.com.br>. Acesso em: 19 abr. 2006.

ções foram de produtos químicos (43,3%), aparelhos e materiais elétricos (62,3%), refino de petróleo e produção de álcool (31,5%) e calçados e artigos de couro (11,7%). Os destaques negativos ficaram por conta de vestuário (-18,9%) e minerais não-metálicos (-23,7%).

Os resultados da indústria de calçados nos primeiros dois meses do ano reverteram temporariamente o fraco desempenho constatado no ano anterior. De fato, o segmento de calçados e artigos de couro, com retração de -8,4%, foi o que mais contribuiu negativamente para o desempenho da indústria cearense em 2005.

Diante da dificuldade de competir principalmente com produtos chineses, os fabricantes

nacionais estão importando diretamente produtos finais ou componentes produzidos na China ou mesmo contratando companhias chinesas para fabricar seus produtos, com consequências negativas para a produção de calçados no Estado do Ceará.

Em Pernambuco, seis dos onze setores investigados cresceram positivamente no acumulado do ano, com ênfase para alimentos e bebidas (5,3%), em função do incremento da produção de cachaça e refrigerantes, metalurgia básica (19,7%) e borracha e plástico (26,1%). Em contraposição, os ramos de produtos químicos (-17,5%) e refino de petróleo e álcool (-36,9%) apresentaram as maiores quedas.

3.3 – Nível de Utilização da Capacidade Instalada

Os resultados parciais da Sondagem Conjuntural da Fundação Getúlio Vargas (FGV)⁶¹ sugerem que o setor industrial avalie de forma mais positiva a conjuntura de negócios, acreditando na continuidade do crescimento econômico iniciado no final de 2005.

O levantamento indica que os empresários estão mais otimistas em relação à situação presente da economia. Das empresas entrevistadas, 25,0% consideram o quadro atual bom e 22,0%,

fraco. A diferença de 3 pontos percentuais é superior à média de 1 ponto percentual dos meses de abril nos últimos dez anos.

O nível de estoques foi considerado insuficiente por 5,0% das empresas e excessivo por 19,0%, perfazendo diferença de -6 pontos percentuais. Vale salientar que no mesmo período do ano passado, a diferença era de -10 pontos percentuais. Essa mudança mostra que a acumulação indesejada de estoques verificada em 2005 está se reduzindo.

⁶¹ FGV. *Sondagem conjuntural da indústria de transformação*. Disponível em: <www.ibre.fgv.br>. Acesso em: 12 abr. 2006.

No que se refere à demanda por produtos industriais, 16,0% consideram o nível atual forte e 19,0% fraco, estabelecendo uma diferença de -3 pontos percentuais entre os dois extremos. Esse resultado foi semelhante ao observado no mesmo período de 2005.

Com relação às previsões para os próximos meses, observou-se que os empresários estão confiantes em relação ao desempenho da economia nos próximos meses. De um total de 491 empresas consultadas, 54,0% estão prevendo uma situação dos negócios mais favorável nos próximos meses, enquanto apenas 10,0% estimam que a situação vai piorar. O saldo de 44 pontos percentuais está acima dos 30 pontos percentuais verificados em abril de 2005 (Tabela 8).

A pesquisa também constatou que 56,0% das empresas consultadas acreditam no aumento da produção industrial no segundo semestre e 13,0% prevêem diminuição, perfazendo uma diferença de 43 pontos percentuais, resultado melhor do que o verificado no mesmo período do ano passado, quando o saldo atingiu 41 pontos percentuais.

Baseado no planejamento ou em decisões de investimentos já aprovadas pelas empresas entrevistadas, o quesito sobre intenções de investimento da Sondagem Conjuntural⁶² da FGV constatou que o aumento médio da capacidade instalada previsto para 2006 se situou em 8,0%, superior aos 7,0% observados no início do ano passado⁶³. Já para o período 2006-2008, a média de expansão da capacidade projetada ficou em 17,0%, resultado que é compatível com períodos de crescimento econômico (Tabela 9).

Entre os fatores limitantes apontados pelos empresários para os investimentos, a carga tributária foi considerada o principal obstáculo por 43,0% dos entrevistados. Apesar de elevado, esse percentual representou uma redução de 12 pontos percentuais em relação a 2005. Já as taxas de juros foram apontadas por 33,0% das empresas e a infra-estrutura deficiente por apenas 5,0% dos entrevistados.

Com relação à região Nordeste, o índice médio de utilização da capacidade instalada fornecido pelo Instituto de Desenvolvimento Indus-

Tabela 08 – Previsões em relação ao desempenho da economia (3 meses)

Data	Demanda			Produção			Emprego		
	Aumento	Diminuição	Saldo	Aumento	Diminuição	Saldo	Aumento	Diminuição	Saldo
Abr-Jun/01	57	8	59	51	12	39	26	15	11
Abr-Jun/02	52	12	40	61	9	52	24	14	10
Abr-Jun/03	47	13	34	54	12	42	12	16	-4
Abr-Jun/04	50	10	40	53	13	40	26	12	14
Abr-Jun/05	45	12	33	52	11	41	24	10	14
Abr-Jun/06	46	12	34	56	13	43	25	17	8

Fonte: FGV. Sondagem conjuntural da indústria de transformação. Disponível em: <www.ibre.fgv.br>. Acesso em: 12 abr. 2006.

Tabela 09 – Taxas médias de expansão da capacidade de produção previstas*: em percentuais

Segmentos Industriais	No Ano			No Triênio		
	2004	2005	2006	2004/2006	2005/2007	2006/2008
Bens de Consumo	9	7	9	16	18	20
Bens de Capital	12	8	11	17	17	26
Materiais de Construção	7	7	4	26	20	9
Bens Intermediários	6	7	7	19	20	15
Indústria de Transformação	8	7	8	18	19	17

Fonte: FGV. Sondagem conjuntural da indústria de transformação: quesitos especiais. Disponível em: <www.ibre.fgv.br>. Acesso em: 14 fev. 2006.

⁶² FGV. Sondagem conjuntural da indústria de transformação: quesitos especiais. Disponível em: <www.ibre.fgv.br>. Acesso em: 14 fev. 2006.

⁶³ Foram entrevistados 459 empresas entre os dias 29 de dezembro de 2005 e 3 de fevereiro de 2006.

trial do Ceará⁶⁴ para a indústria nordestina em janeiro de 2006 ficou em 77,3% – incremento de apenas 0,1% em relação a dezembro de 2005. No recorte setorial, vale destacar o crescimento de 10,5% da capacidade instalada da indústria têxtil e de 6,0% de produtos alimentares. Em contrapartida, a indústria química (13,4%) e de vestuário, calçados e artigos de tecidos (12,0%) foram os destaques negativos.

Já em relação a janeiro de 2005, o índice de utilização da capacidade instalada da indústria

nordestina decresceu 3,0%. Dos setores discriminados na tabela, somente o setor têxtil teve um crescimento da capacidade instalada (3,5%). A queda mais acentuada foi observada na indústria de vestuário, calçados e artigos de tecidos (21,8%).

Numa comparação com a indústria de transformação do Brasil, constata-se que o índice de utilização da capacidade instalada do Nordeste (77,2%) é inferior ao agregado nacional (81,1%) (Tabela 10).

Tabela 10 – Nordeste: utilização da capacidade instalada (percentual médio)

Setores	2006		2005
	Janeiro	Dezembro	Janeiro
Minerais não-Metálicos	84,52	80,43	81,91
Metalúrgico	90,01	89,38	82,74
Químico	83,90	89,30	78,68
Têxtil	83,81	78,54	86,82
Vestuário, Calçados e Art. Tecidos	73,00	67,08	59,89
Produtos Alimentares	84,36	73,44	77,90
Total da Indústria Nordeste (1)	79,67	77,24	77,32
Total da Indústria Brasil (1)	79,12	79,76	81,17

Fonte: FIEC. *Nordeste: indicadores industriais (jan./06-mar./06)*. Fortaleza, 2006.

Nota: (1) Os totais da Indústria Nordestina e do Brasil incluem outras indústrias, além das discriminadas na tabela.

3.4 – Produtividade da Indústria

Pesquisa divulgada pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI)⁶⁵ revela que a taxa de crescimento da produtividade⁶⁶ continuou positiva em 2006 (2,3%), embora inferior a obtida em 2005 (6,1%). O aumento da produtividade foi menor em função, principalmente, do baixo dinamismo do crescimento industrial em 2005.

Assim como em 2004, o aumento da produtividade continuou ocorrendo com incremento do emprego industrial (1,1%), horas pagas

(0,8%) e salário médio (2,4%). Ou seja, apesar da desaceleração industrial, não foi observado o quadro que prevaleceu na década de 90 e início da década atual, quando os ganhos de produtividade estavam vinculados, sobretudo, ao desemprego em massa e aos ajustes microeconômicos das empresas (Tabela 11).

Entretanto, os dados do IEDI revelam que a trajetória positiva da produtividade está se dando com uma modesta expansão do emprego

⁶⁴ FIEC. *Nordeste: indicadores industriais (jan./06-mar./06)*. Fortaleza, 2006.

⁶⁵ IEDI. *Produtividade industrial, emprego e salário em 2005: a indústria se desacelera (mar./06)*. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 20 abr. 2006.

⁶⁶ Relação entre expansão da produção e das horas pagas

e das horas pagas. Isto revela que os ganhos de produtividade também são decorrentes de investimentos de substituição. Se, por um lado, o crescimento da produção industrial permite uma expansão do emprego, por outro, a introdução de tecnologias capitais intensivas acaba reduzindo o ritmo de crescimento do emprego e das horas pagas. Ou seja, os fatores estruturais

relacionados com a introdução de tecnologias poupadoras de mão-de-obra acarretam a produção dos impactos positivos da conjuntura favorável de crescimento da indústria.

Dos dezoito setores analisados, a metade registrou incremento da produtividade no ano de 2004 – e em apenas três deles, o crescimento foi acompanhado por um aumento das horas

Tabela 11 – Brasil: indústria geral: principais indicadores acumulados. Produção, horas pagas, pessoal ocupado e produtividade. Variações (%) - (jan.-dez./05)

Variáveis	Variação %			
	2002	2003	2004	2005
Prod.Física (PF)	2,7	0,0	8,3	3,1
Pessoal Ocupado (PO)	-1,0	-0,6	1,8	1,1
Horas Pagas (HP)	-1,3	-0,9	2,1	0,8
Folha Média de Pagamento Real	-1,9	-14,1	7,7	2,4
Produtividade (PF/HP)	4,1	1,0	6,1	2,3

Fonte: IEDI. *Produtividade industrial, emprego e salário em 2005*: a indústria se desacelera (mar./06). Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 20 abr. 2006.

Tabela 12 – Brasil: indicadores acumulados de produção física (PF), horas pagas (HP) e produtividade (PF/PH) por setores de atividade ordenados pela taxa de crescimento da produtividade em 2005

Setores Industriais	Produção Física (PF)		Horas Pagas (HP)		PF/HP	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Indústria Geral	8,3	3,1	2,1	0,8	6,1	2,3
Indústria Extrativa	4,3	10,2	4,4	-1,4	-0,1	11,8
Indústria de Transformação	8,5	2,7	2,0	0,8	6,4	1,9
Crescimento na Produtividade com Expansão nas Horas Pagas						
Máq. Ap. Elétricos, Eletrônicos, de Precisão e de Com. Produtos Químicos	14,6	11,5	6,9	3,2	7,2	8,0
Crescimento na Produtividade com Declínio nas Horas Pagas						
Calçados e Couro	2,3	-3,2	-0,4	-12,0	2,8	9,5
Papel e Gráfica	4,2	6,0	-3,2	-1,3	7,7	7,4
Fab.Outros Produtos. da Ind. de Transformação	8,6	4,1	-1,9	-3,2	10,6	7,4
Madeira	7,7	-4,5	1,1	-9,6	6,5	5,6
Minaerais Não Metálicos	4,9	2,8	-1,8	-0,8	6,7	3,6
Borracha e Plástico	7,8	-1,2	4,6	-3,9	3,0	2,8
Declínio na Produtividade com Expansão nas Horas Pagas						
Máq. Equip. excl. Elétricos, Eletrônicos, de Precisão e de Com. Fab.de Meios de Transporte	16,1	-1,3	14,4	0,7	1,5	-1,9
Têxtil	26,6	6,6	9,7	8,8	15,4	-2,0
Metalúrgica Básica	10,1	-2,1	-0,7	1,1	10,9	-3,2
Alimentos e Bebidas	3,4	-2,0	10,3	2,2	-6,2	-4,1
Prod. de Metal Exclusive Máquinas e Equipamentos	4,5	2,0	2,9	7,1	1,6	-4,8
Coque, Refino de Petróleo, Combustíveis Nucleares e Álcool	10,0	-0,2	-3,7	5,4	14,2	-5,3
2,3	1,5	7,7	12	-5	-9,4	
Declínio na Produtividade com Declínio nas Horas Pagas						
Fumo	18,9	-0,9	23,5	-0,8	-3,7	-0,1
Vestuário	1,6	-4,6	-7,9	-3,1	10,3	-1,5

Fonte: IEDI. *Produtividade industrial, emprego e salário em 2005*: a indústria se desacelera (mar./06). Disponível em: <www.iedi.org.br>. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

pagas, com ênfase para máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos de precisão e de comunicação e produtos químicos (Tabela 12).

Em outros seis setores, os ganhos de produtividade estavam associados à diminuição das horas pagas, com destaque para o segmento de calçados, madeira e outros produtos da indústria de transformação. No caso específico do setor de calçados, a intensificação da concorrência externa está obrigando as empresas nacionais a movimentos de reestruturação produtiva que implicam ganhos de produtividade associados à redução do emprego e das horas pagas. Ou seja, os ganhos de produtividade estão vinculados a ajustes defensivos que acarretam mudanças técnicas e organizacionais poupadoras de mão-de-obra.

Outros sete setores registraram queda na produtividade com incremento das horas pagas. Nesses casos, a retração decorreu do aumento das horas pagas ter sido superior à expansão da produção. Finalmente, os ramos de vestuário e de fumo assinalaram queda da produtividade com redução das horas pagas.

Oito dos dez Estados pesquisados assinalaram expansão da produtividade no ano de 2005. Entre os estados nordestinos, a Bahia foi o destaque com um crescimento de 3,6%, acompanhado por um incremento da produção (4,1%) e das horas pagas (0,5%) — o terceiro melhor resultado entre os Estados investigados. Os segmentos de minerais não metálicos (28,8%) e borracha e plástico (16,4%) foram os principais destaques. Em contrapartida, a produtividade do setor de coque, refino de petróleo e álcool apresentou retração de 6,0%.

Pernambuco registrou uma variação positiva de 3,2%, destacando-se o segmento de alimentos e bebidas (8,4%). Por outro lado, os segmentos têxtil (-20,2%) e coque, refino de petróleo e álcool (-50,4%) apresentaram quedas expressivas.

Já a produtividade da indústria cearense caiu 2,1% – o pior desempenho entre os Estados analisados pela pesquisa do IEDI⁶⁷. As quedas mais expressivas foram identificadas nos segmentos de metalurgia básica (-22,6%) e alimentos e bebidas (-10,4%). Assinalaram ganhos de produtividade os ramos de minerais não metálicos

Tabela 13 – Brasil e Unidades da Federação. Indicador acumulado de produtividade (PF/HP). Variação % - 2002-2005

Locais	2002	2003	2004	2002	2002-2005
Brasil	4,1	0,9	6,1	2,3	14,1
Ceará	-0,9	-2,2	9,2	-2,1	3,7
Pernambuco	-7,9	0,0	3,4	3,2	-1,8
Bahia	1,8	0,3	6,9	3,6	13,1
Minas Gerais	1,1	2,6	0,4	1,6	5,7
Espírito Santo	10,8	11,8	4,9	3,3	34,2
Rio de Janeiro	18,6	3,8	6,0	4	35,9
São Paulo	3,1	0,8	9,9	1,6	16,0
Paraná	-3,2	2,2	6,9	0,5	6,3
Santa Catarina	-10,9	-5,8	8,2	-0,9	-10,0
Rio Grande do Sul	1,3	1,1	7,1	3,7	13,8

Fonte: IBGE, PIM-PF e PIMES. IEDI - *Produtividade industrial, emprego e salário em 2005: a indústria se desacelera* (mar./06)
Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2006.

⁶⁷ IEDI, op cit.

(35,1%) e produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos (24,9%) (Tabela 13).

Finalmente, é importante salientar que para alguns setores exportadores os ganhos de produtividade foram parcialmente neutralizados pelo aumento do custo salarial provocado pela valorização do real. Dados do Banco Central⁶⁸ mostram

que o custo do trabalho por unidade produtiva, medido em dólar, aumentou 27% nos últimos doze meses, atingindo principalmente as empresas que exportam e são intensivas em mão-de-obra. Já nos setores intensivos em tecnologia, mesmo que o salário médio seja mais elevado, constata-se que os ganhos de produtividade tendem a compensar as diferenças salariais.

3.5 - Comércio

De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE⁶⁹, o comércio varejista registrou crescimento de 5,96% no volume de vendas acumuladas nos dois primeiros meses de 2006, relativamente a igual período do ano anterior. Em fevereiro deste ano, as vendas do comércio apresentaram uma variação positiva de 5,35% sobre fevereiro de 2005, cabendo o maior impacto positivo na composição dessa taxa ao setor de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, com variação de 7,27% sobre igual mês do ano anterior, justificada, provavelmente, pela redução dos preços de alimentos nos últimos meses, bem como pela elevação do consumo decorrente da melhora nos níveis de ocupação e rendimento real em relação a fevereiro de 2005, conforme a Pesquisa Mensal de Emprego (PME)⁷⁰.

Outras atividades que compõem o segmento de varejo também apresentaram expansão de atividades em fevereiro de 2006, como foi o caso dos setores de móveis e eletrodomésticos, cujas vendas cresceram 10,45% em relação ao mesmo mês de 2005, por conta da continuidade de condições favoráveis de crédito ao consumo e dos empréstimos consignados em folha. A atividade de *outros artigos de uso pessoal e do-*

méstico, que agrega segmentos como lojas de departamentos, óticas, artigos esportivos, brinquedos etc., cujas vendas também são sensíveis ao crédito, também exerceu impacto positivo no resultado do comércio varejista, com um acréscimo de 8,57% no volume de vendas em fevereiro de 2006, relativamente a fevereiro do ano passado. No acumulado do ano, o setor registrou uma expansão das vendas de 15,89% sobre o primeiro bimestre de 2005.

Outros segmentos com importância para a formação da taxa do comércio varejista, como equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, tecidos, vestuário e calçados e artigos farmacêuticos, médicos e ortopédicos e de perfumaria, também obtiveram desempenho satisfatório de vendas nos dois primeiros meses do ano, com variações respectivas de 74,10%, 6,59% e 6,35%. Credite-se o bom desempenho do segmento de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação ao crédito e empréstimos consignados, bem como a valorização do real frente ao dólar, que vem tornando os produtos de informática e outros importados relativamente mais baratos.

Apenas duas atividades que compõem o comércio varejista apresentaram resultados nega-

⁶⁸ BACEN. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2006.

⁶⁹ IBGE. Pesquisa mensal do comércio (fev./06). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2006.

⁷⁰ IBGE. Pesquisa mensal do emprego (mar./06). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2006.

tivos no volume de vendas no primeiro bimestre de 2006: o segmento de combustíveis e lubrificantes, que apresentou queda de vendas de 8,55% no período, registrando comportamento que vem se repetindo há 14 meses, em função principalmente da elevação dos preços dos combustíveis acima da média geral de preços; e o setor de Livros, jornais, revistas e papelaria, que registrou variação líquida negativa de suas vendas nos dois meses iniciais de 2006 (-3,17), em comparação ao mesmo período de 2005 (Tabela 14).

Por unidades da Federação, a pesquisa do IBGE revela que a grande maioria dos Estados experimentou resultados mensais positivos no volume de vendas no primeiro bimestre de 2006, com destaque para o crescimento das vendas no comércio ocorrido em Roraima. A exceção fica apenas para os segmentos do co-

mércio varejista localizados nos Estados do Mato Grosso (queda de -5,47% no período), Rio Grande do Sul (-4,16) e Paraná (-2,01%). No Nordeste, todos os estados apresentaram bom desempenho, cabendo a maior expansão das vendas varejistas ao Maranhão (21,58%), seguido por Piauí (20,99%), Rio Grande do Norte (19,94%) e Sergipe (18,78%) (Tabela 15).

Quando se considera a variação do volume de vendas por atividade econômica, constata-se que as vendas do comércio varejista na Região Metropolitana de Fortaleza registraram uma expansão de 15,14% nos dois primeiros meses do ano. Praticamente todos os segmentos localizados nessa região experimentaram variação positiva no período, sendo as maiores variações atribuídas aos segmentos de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação

Tabela 14 – Brasil: indicadores de desempenho do comércio varejista segundo grupos de atividades PMC - (fev./06).

Atividades	Volume de Vendas		
	Indicador Mensal Taxa de Variação Fev.06./Fev.05	Acumulado Taxa de Variação	
		No Ano	12 Meses
COMÉRCIO VAREJISTA*	5,35	5,96	5,08
1. Combustíveis e Lubrificantes	-8,48	-8,55	-8,13
2. Hiper, Supermercados, Prods. Alimentícios, Bebidas e Fumo	7,27	6,01	3,46
2.1. Super e Hipermercados	6,88	5,35	2,53
3. Tecidos, Vest. e Calçados	4,83	6,59	6,41
4. Móveis e Eletrodomésticos	10,45	11,59	15,04
5. Artigos Farmacêuticos, Med., Ort. e de Perfumaria	3,95	6,36	6,94
6. Equip.e Mat.para Escritório Informática e Comunicação	43,78	74,10	64,14
7. Livros, Jornais, Rev. e Papelaria	-12,75	-3,17	0,21
8. Outros Arts. de Uso Pessoal e Doméstico	8,57	17,52	15,89
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	1,08	0,54	0,84
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	3,16	3,59	3,01
10. Material de Construção	-9,15	-5,40	-6,65

FONTE: IBGE. *Pesquisa mensal de comércio, (fev./06)*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2006.

Nota: (*) O indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 8.

Tabela 15 – Variação de volume de vendas no comércio varejista, por Unidade de Federação (fev./06)

Unidade de Federação	Variação		
	Mensal Fev.06/Fev.05	Acumulado	
		No ano	12 Meses
BRASIL	5,35	5,96	5,08
Maranhão	17,04	21,58	23,62
Piauí	13,10	20,99	24,10
Ceará	11,69	15,14	16,81
Rio G. Norte	11,98	19,94	23,43
Paraíba	10,57	18,42	28,57
Pernambuco	-0,66	5,82	12,57
Alagoas	11,91	8,88	14,24
Sergipe	0,07	18,78	29,07
Bahia	7,94	6,46	6,62

Fonte: IBGE. Pesquisa mensal de comércio, (fev./06). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2006.

(crescimento de 176,97%), móveis e eletrodomésticos (28,77%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (22,90%). Apenas dois ramos não obtiveram desempenho satisfatório: combustíveis e lubrificantes (queda de -4,44%) e Livros, jornais, revistas e papelaria (-11,44%).

A região metropolitana de Recife também apresentou um desempenho positivo das vendas do comércio varejista nos primeiros dois meses do ano (crescimento de 5,82%), devido, principalmente, à expansão dos negócios nos ramos de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (aumento de 118,30% nas vendas) e móveis e eletrodomésticos (18,59%). Vale notar, no entanto, o desempenho negativo das vendas dos segmentos de livros, jornais, revistas e papelaria (-6,59%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (-5,09%). Por outro lado, a região metropolitana de Salvador aparece na pesquisa do IBGE⁷¹ com a menor taxa de variação no volume de vendas no comércio varejista nos primeiros dois meses de 2006 (6,62%), observando-se que os melhores desempenhos estiveram associados aos ramos de Equipamentos e

materiais para escritório, informática e comunicação (expansão nas vendas de 89,25%) e de Móveis e Eletrodomésticos (23,31%). As reduções de vendas ocorrem apenas nos ramos de livros, jornais, revistas e papelaria (-24,69%) e de combustíveis e lubrificantes (-3,64%) (Tabela 16).

Com relação ao faturamento do comércio varejista, as informações oriundas da pesquisa do IBGE⁷² revelam pequena desaceleração na taxa de crescimento, que passou de 6,99%, em janeiro/06, caindo para 6,00% em fevereiro/06, ambas as taxas comparadas com o mesmo mês do ano anterior. No primeiro bimestre deste ano, a taxa acumulada indica uma variação líquida positiva de 6,52%, quando comparada aos dois primeiros meses do ano anterior. A maior expansão de receita nominal de vendas do comércio varejista foi verificada no Estado de Roraima, que registrou uma expansão de 40,65% no período. No Nordeste, o melhor desempenho em termos de receitas de vendas no comércio varejista foi verificado no Piauí, que experimentou incremento de 29,66% no faturamento do setor nos dois primeiros meses de 2006 (Tabela 17).

⁷¹ Id.

⁷² Id.

Tabela 16 – Variação de volume de vendas no comércio varejista, por atividade nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Salvador e Recife (Fev./06)

Atividades	Jan.- Fev.06 / Jan.- Fev.05			Fev./2006 / Fev./2005		
	Fortaleza	Salvador	Recife	Fortaleza	Salvador	Recife
Comércio Varejista	15,14	6,46	5,82	11,69	7,94	-0,66
Combustíveis e Lubrificantes	-4,44	-3,64	8,54	-21,89	-8,50	11,10
Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	22,04	8,52	4,16	16,07	11,52	0,64
Tecidos, Vestuários e Calçados	0,54	6,23	3,96	9,22	4,35	10,11
Móveis e Eletrodomésticos	28,77	23,31	18,59	42,02	10,85	12,88
Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	8,06	7,81	2,90	6,38	6,27	-6,04
Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	-11,44	-24,69	-6,59	1,70	-30,60	-30,00
Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	176,97	89,25	118,30	163,10	76,13	66,62
Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	7,67	13,18	-5,09	-5,36	6,11	-4,97

Fonte: IBGE. Pesquisa mensal de comércio (fev./06). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2006.

Tabela 17 – Variação da receita nominal de vendas no comércio varejista ampliado*, por Unidade da Federação (fev./06)

Unidade de Federação	Variação		
	Mensal	Acumulado	
	Fev.06/Fev.05	No ano	12 Meses
BRASIL	6,00	6,52	8,53
Maranhão	29,68	26,03	27,89
Piauí	21,99	29,66	32,60
Ceará	20,45	21,17	22,13
Rio Grande do Norte	16,69	23,91	29,85
Paraíba	21,07	23,64	28,76
Pernambuco	9,08	16,71	23,13
Alagoas	9,49	10,54	26,75
Sergipe	10,14	21,83	33,56
Bahia	15,95	11,39	11,08

Fonte: IBGE. Pesquisa mensal de comércio, (Fev./06). Disponível em:<www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2006.

Nota: (*) Inclui as atividades de Veículos e de Material de construção, além daquelas que compõe o varejo.

Visando levantar informações de natureza microeconômica, que possibilitem uma visualização sobre o nível de endividamento dos consumidores, o Etene, em parceria com as Federações de Comércio – Fecomércio de alguns Estados do Nordeste vem realizando estudos de natureza mensal, para construção de indicadores que retratem o perfil dos consumidores nordestinos. Assim, um dos resultados da pesquisa realizada na cidade de Maceió mostrou que a taxa de endividamento caiu em janeiro de 2006, relativamente a dezembro de 2005. Isso foi mais claro na faixa da população compre-

endida na faixa etária acima dos 18 anos. Também nessa faixa, constata-se que as mulheres estão mais endividadas que os homens. Além disso, observou-se que os indivíduos que ganham até 5 salários mínimos são os mais endividados enquanto os que ganham mais de 10 salários mínimos são menos endividados.

A pesquisa realizada em Maceió, mostrou também que cerca de 25% da renda dos consumidores da cidade estão comprometidos com o pagamento de dívidas, vulnerabilizando a renda dos consumidores, pois outras obrigações, como escola, alimentação, despesas domésti-

cas, como: água, luz, telefone, transporte etc. também, vão compor as despesas orçamentárias. Por conta disso, observou-se aumento da taxa de inadimplência em janeiro de 2006, relativamente a dezembro de 2005, atingindo principalmente os segmentos com renda familiar acima de 10 salários mínimos.

Na pesquisa de Fortaleza, alguns outros indicadores conjunturais relevantes foram levantados, como faturamento de vendas, inadimplência de cheques, volume de vendas a prazo com atraso e nível de emprego, dentre outros. O resultado da pesquisa mostrou, dentre outras coisas, que a inadimplência do consumidor com cheques no comércio de Fortaleza foi de 2,72%,

acima da média dos últimos dois meses (2,39%). Os setores que mais sofreram com a problemática da inadimplência de cheques em fevereiro foram: as lojas de tecidos, vestuários e calçados (5,21%), lojas de autopeças e acessórios (4,37%) e supermercados (3,19%).

Por outro lado, observou-se crescimento no atraso do pagamento de prestações por parte dos consumidores fortalezenses, principalmente dos clientes das lojas pertencentes aos ramos de lojas de eletroeletrônicos, óticas e cine-foto-som, supermercados, farmácias e perfumarias e concessionárias de veículos. A inadimplência com cheques ampliou-se em fevereiro de 2006, com uma variação de 2,72%, maior que a observada em janeiro (2,06%).

3.6 - Produção Agropecuária

3.6.1 - Agricultura

A estimativa de produção de grãos para o Brasil, na safra 2005/2006, é de crescimento, segundo o quarto levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab⁷³. A instituição aponta incremento na produção agrícola nacional na ordem de 7,6%, passando de 113,9 milhões para 122,6 milhões de toneladas (Tabela 18). Em valor absoluto, a variação é de 8,7 milhões de toneladas. Das principais culturas brasileiras, destaque para o milho e a soja, cujas variações estão estimadas em 16,7% e 11,2%, respectivamente. Apesar disto, as projeções reduziram-se comparativamente ao levantamento anterior, feito em fevereiro, em 2,9% para o milho e 1,7% para a soja. A cultura da soja é responsável por 46,7% do volume produzindo de grãos no país enquanto o milho representa 33,3%.

Dos produtos da lavoura brasileira que tiveram suas estimativas reduzidas, aparecem o algodão, tanto em caroço quanto em pluma, com queda de 25,0% e 22,8%, respectivamente; o arroz, com redução de 13,0%; o feijão 3ª safra, com redução de 13,2%, fazendo cair as estimativas totais para o feijão, cujo incremento será de 3,6%; a mamona (-47,5%) e o trigo (-16,6%).

Os levantamentos realizados para a safra 2005/2006 vêm reduzindo os valores estimados das produções das principais culturas brasileiras, apesar de ainda se situarem acima da safra anterior. Uma das principais causas para a queda nas estimativas é a irregularidade das chuvas nas principais regiões produtoras, casos das regiões Sul e Sudeste, e dos cerrados do Centro-Oeste e do Nordeste.

⁷³ CONAB. *Indicadores da Agropecuária*, Brasília, ano XV, n. 03, 2006.

Tabela 18 – Brasil: estimativa da produção de grãos. safras 2004/2005 e 2005/2006.(mil toneladas)

Produto	Safr		Variação	
	2004/2005	2005/2006	Percentual	Absoluta
Algodão-caroco (1)	2.178,90	1.596,20	-25,0	-532,7
Algodão-pluma	1.298,70	1.002,5	-22,8	-296,2
Amendoim Total	301,7	286,7	-5,0	-15,0
Amendoim 1a safra	244,4	229,1	-6,3	-150,3
Amendoim 2a safra	57,3	57,6	0,5	0,3
Arroz	13.227,40	11.504,40	-13,0	-1.723,0
Aveia	433,3	516,5	19,2	83,2
Centeio	3,4	6,6	94,1	3,2
Cevada	396,7	399,4	3,3	12,7
Feijão Total	3.045,60	3.123,40	2,6	77,8
Feijão 1a safra	1.101,20	1.140,90	3,6	39,7
Feijão 2a safra	984,5	1.149,40	16,7	164,9
Feijão 3a safra	959,9	833,1	-13,2	-126,8
Girassol	62,5	73,3	17,3	10,8
Mamona	209,8	110,2	-47,5	-99,6
Milho Total	35.006,70	40.851,60	16,7	5.844,9
Milho 1a safra	27.298,40	31.911,10	16,9	4.612,7
Milho 2a safra	7.708,30	8.940,50	16,0	1.232,2
Soja	51.452,00	57.206,60	11,2	5.754,6
Sorgo	1.568,00	1.708,10	8,9	140,1
Trigo	5.845,90	4.873,10	-16,6	-972,8
Triticale	220,5	306,3	39,9	38,9
Brasil (2)	113.892,40	122.562,40	7,6	8.670,0

Fonte: CONAB. *Indicadores da Agropecuária*. Brasília, Ano XV, n. 03, 2006.

Notas: (1) Produção de caroço de algodão.

(2) Exclui a produção de algodão em pluma.

No Sul, houve estiagem em algumas áreas do Rio Grande do Sul, com perda da produtividade do arroz, do milho e do feijão. Apesar disso, em virtude de outras áreas do Estado não terem sido afetadas e terem melhorado a produtividade nestas culturas, não houve redução do rendimento para o Estado, de um modo geral. Por conta de problemas climáticos na safra 2004/2005, o rendimento da lavoura de soja foi bastante afetado. Já para a safra 2005/2006, estima-se que o rendimento volte aos patamares históricos. Em virtude disto, a produtividade da soja no Rio Grande do Sul evoluiu em 228,0%, passando de 641 para 2.100 kg/ha. No Paraná, houve estiagem no início e

meio do plantio das lavouras e excesso de chuvas no período da colheita. A estiagem afetou a cultura do milho, com queda na produtividade em 5,8% para a 1ª safra. O feijão, como foi plantado antecipadamente, não sofreu queda de produtividade. Esses problemas climáticos afetaram também a cultura da soja, no que diz respeito à qualidade do grão e ao atraso da colheita, segundo a Conab⁷⁴.

A região Centro-Oeste sofreu com veranicos em algumas áreas de Goiás e Mato Grosso. As chuvas só começaram a cair, a partir da segunda semana de fevereiro. O prolongamento das chuvas até março ocasionou prejuízos na implantação da safrinha, o alongamento do ciclo das

⁷⁴ CONAB. *Avaliação da safra agrícola 2005/2006*: quarto levantamento mar./06. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/download/safra/levantamento_extra.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2006.

culturas, o atraso da colheita da safra de verão e o surgimento de pragas e doenças. As lavouras mais atingidas foram a de milho 1ª safra e a de soja, ocasionando queda de produtividade. O Estado do Mato Grosso do Sul também sofreu com a estiagem, o que prejudicou a lavoura da soja, de acordo com a Conab⁷⁵.

A região Nordeste foi a que mais sofreu com os problemas climáticos. A estiagem ocasionou a redução da produtividade da soja no Oeste Baiano em 10,5%, passando de 2.520 para 2.280 kg/ha. Para o feijão, a queda na produtividade foi ainda maior, de 52,5%, passando de 400 para 190kg/ha. As chuvas começaram a cair com atraso, o que vem afetando a colheita das lavouras de soja e, conseqüentemente, a produtividade. Para o Nordeste como um todo, a produtividade da lavoura da soja deve ficar em 2.375kg/ha, valor 13,0% inferior ao da safra anterior, que foi de 2.741kg/ha. O Estado da Bahia apresenta a pior situação, com queda de 17,0% na produtividade da soja, seguida do Piauí (-15,0%) e Maranhão (-3,0%), de acordo com a Conab⁷⁶.

No Nordeste, apenas o Ceará e o Rio Grande do Norte apresentam crescimento na produção de milho, de 38,0% e 24,3%, respectivamente. Os outros Estados reduziram sua produção, com destaque para Pernambuco (-39,2%), Alagoas (-23,7%), Piauí (-21,6%) e Bahia (-21,4%). É o resultado da menor produtividade nestes estados e da menor área plantada na Bahia.

Dados do quarto levantamento da Conab⁷⁷ apontam a Bahia como o segundo maior produtor de algodão, no Brasil, com 308,1 mil toneladas, valor 2,8% inferior à safra 2004/2005. Perde apenas para o Mato Grosso, cuja produção é de 456,9

mil toneladas, queda de 27,4% em relação à safra anterior. O Maranhão é o segundo produtor nordestino, com 6,3 mil toneladas, na safra 2005/2006, valor 17,3% inferior à safra anterior. Essas menores produções são resultados de redução da área plantada, inferior em 40,0% no Maranhão e 8,0% na Bahia. A produtividade nesses estados está em torno de 1.249kg/ha, no Maranhão e 1.356kg/ha na Bahia, valores que podem baixar ainda mais, em virtude do excesso de chuvas nos cerrados nordestinos, o que vem ocasionando o apodrecimento de alguns capulhos na parte inferior do algodoeiro.

Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, do IBGE⁷⁸, realizado em março de 2006, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas no País sofreu acréscimo de 8,5%, o que dá 121,97 milhões de toneladas. Em 2005, a produção chegou a 112,45 milhões de toneladas, diferença de 9,5 milhões de toneladas em relação a este ano. Destaque para os seguintes produtos: milho em grão 2ª safra (25,0% – de 7,7 milhões para 9,6 milhões de toneladas), café em grão (18,9% – de 2,1 milhões para 2,5 milhões de toneladas) e milho em grão 1ª safra (18,5% – de 27,2 milhões para 32,2 milhões de toneladas). Dos produtos que obtiveram desempenho negativo, destaque para a mamona, com queda de 32,6% (de 166,4 mil para 112,0 mil toneladas), e o algodão herbáceo, com queda de 21,9% (de 3,7 milhões para 2,8 milhões de toneladas). Os melhores desempenhos do milho, feijão e soja se dão pela recuperação das lavouras, que sofreram grandes danos na safra 2004/2005, motivada pela estiagem que assolou, principalmente, as regiões Sul e Centro-Oeste (Gráfico 12).

Quanto à participação regional, o Sul voltou a ser a principal região produtora de cereais,

⁷⁵ Id.

⁷⁶ Id.

⁷⁷ Id.

⁷⁸ IBGE. *Levantamento sistemático da produção agrícola (mar./06)*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/textolspa032006.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2006.

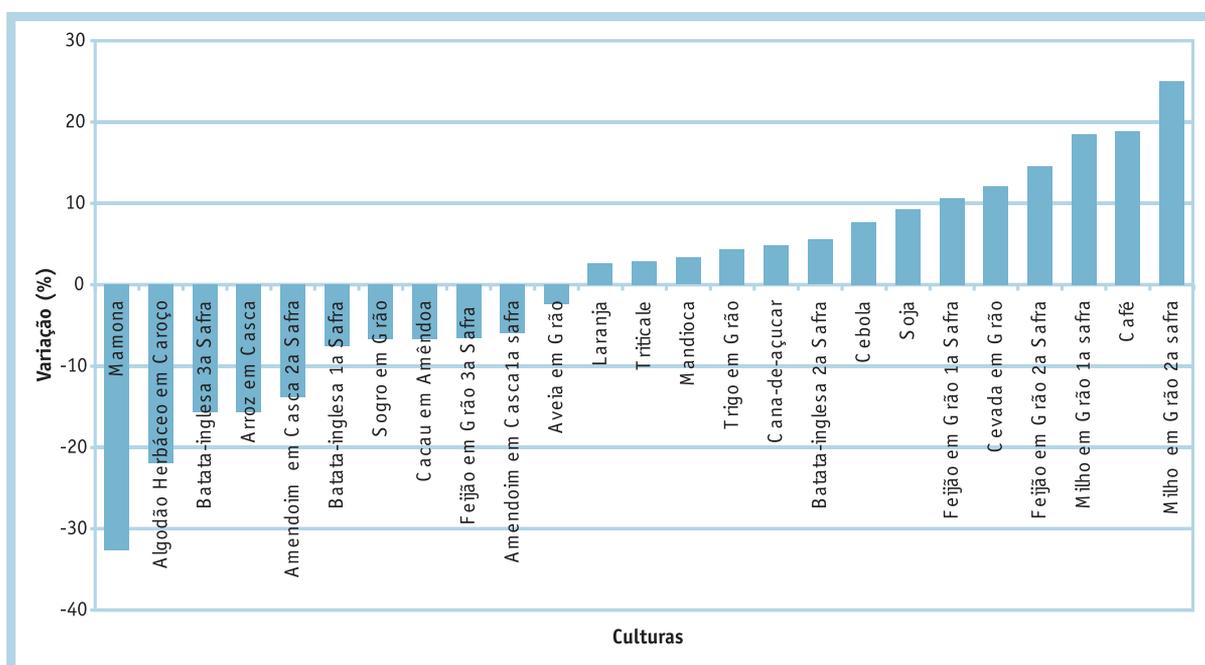


Gráfico 12 – Variação percentual da produção agrícola brasileira entre as safras 2005 e 2006

Fonte: IBGE. *Levantamento sistemático da produção agrícola (mar./06)*. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/textolspa032006.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2006.

grãos e oleaginosas, com 42,0% da safra brasileira. Em seguida, aparecem o Centro-Oeste, com 33,6%, o Sudeste, com 13,4%, o Nordeste, com 8,1%, e o Norte, com 3,0%, de acordo com levantamento do IBGE⁷⁹. A redefinição das posições por região deu-se por conta dos problemas climáticos mais severos no Centro-Oeste e Nordeste do país, que fizeram a produção declinar em 2,8%, passando de 42,9 milhões para 41,7 milhões de toneladas, no Centro-Oeste, conforme dados da Conab⁸⁰. A região Nordeste, que na safra anterior representava 8,9% da produção nacional, declinou sua participação para 8,1% (Gráfico 13).

A produção brasileira de café apresenta-se em expansão, dada a conjuntura favorável de bons preços no mercado internacional, as boas condições climáticas (excluindo-se a Zona da Mata mi-

neira) e a bianualidade da cultura. A produção nacional está prevista em 40,6 milhões de sacas de café beneficiado, para a safra 2006/2007, 23,3% superior à safra anterior, que ficou em 32,9 milhões de sacas. O principal estado produtor é Minas Gerais, com total de 20,1 milhões de sacas, em sua maioria do café tipo arábica. Apesar do crescimento de 32,1% dessa produção, o valor ficou inferior 9,2% em relação ao primeiro levantamento da Conab⁸¹ para o Estado, realizado em dezembro de 2005. A redução da estimativa foi ocasionada pela estiagem ocorrida na Zona da Mata mineira, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Agrícola (Cepea) da Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz (ESALQ)⁸². O Espírito Santo aparece na segunda posição em termos de produção, com total de 8,7 milhões de sacas. Este Estado é o maior produtor do café tipo robusta.

⁷⁹ Id.

⁸⁰ CONAB, op. cit.

⁸¹ CONAB. *Segunda previsão da safra de café 2006/2007*. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/download/safra/2%Levantamento-Safra_2006-07.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2006.

⁸² ESALQ. Café arábica: análise econômica mensal. *Informativo CEPEA*. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/indicador/cafe/arabica/files/2006/03mar.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2006.

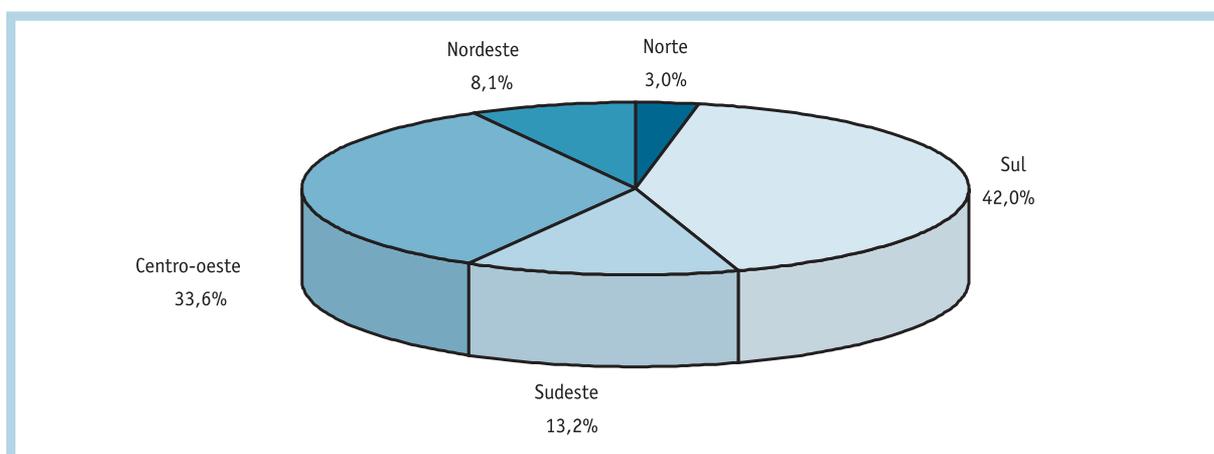


Gráfico 13 – Participação da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas segundo as grandes regiões brasileiras, na safra 2006

Fonte: IBGE. *Levantamento sistemático da produção agrícola (mar./06)*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/textolspa032006.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2006.

Estima-se que o Estado da Bahia seja o quinto maior produtor nacional de café na safra 2006/2007, sendo ultrapassado pelo Paraná, que obteve variação em sua produção de 55,4%, contra 20,8% da Bahia. A produção total da Bahia está estimada em 2,2 milhões de sacas. Este aumento é resultado da maior produtividade na lavoura, haja vista a área plantada ter aumentado apenas 0,96% entre 2005/2006 e 2006/2007. Novas tecnologias vêm sendo adotadas no Oeste Baiano para o café irrigado, aumentando a produtividade do cafeeiro. Constatou-se amadurecimento mais regular do fruto, resultando em maior aproveitamento da capacidade produtiva da planta.

Os preços do café no mês de março apresentaram-se retraídos, comparativamente ao mês de fevereiro, com queda de 5,7%, de R\$ 269,75 para R\$ 254,44, segundo o Indicador de Preços Cepea/Esalq⁸³.

A estimativa de produção da cana-de-açúcar, segundo o terceiro levantamento da Conab⁸⁴ para a safra 2005/2006, realizado em dezembro de 2005, apresenta variação positiva de 5,1%, passando de 415,7 milhões para 436,8

milhões de toneladas. O maior produtor nacional é São Paulo, com 265,5 milhões, seguido pelo Paraná, com 28,5 milhões; Minas Gerais, com 28,2 milhões; Alagoas, com 25,3 milhões; e Pernambuco, com 17,2 milhões de toneladas. Esta estimativa de produção é 12,2% inferior à primeira, realizada no mês de maio de 2005, decorrente da estiagem que atingiu as principais lavouras. A chuva começou a cair somente em abril, comprometendo a produtividade da cana-de-açúcar.

O principal destino da cana-de-açúcar, na safra 2005/2006, é o setor sucroalcooleiro, com 90,3% da produção nacional, dos quais 54,8% serão destinados à fabricação de açúcar e 45,2% irão para a produção de álcool. Serão produzidos 17,0 bilhões de litros de álcool, distribuídos em 53,6% para álcool anidro, 45,6% para álcool hidratado e 0,9% para álcool neutro. A maior participação do álcool hidratado justifica-se pelo aumento no uso de carro bicombustível, bastante impulsionado no último ano. Apesar da redução na estimativa de produção de cana-de-açúcar, o abastecimento

⁸³ Na página eletrônica da CEPEA/ESALQ, o indicador apresenta redução de 7,5%. Porém, de acordo com cálculos realizados, o indicador, na verdade, variou -5,7%, podendo ter ocorrido erro na digitação do valor pela CEPEA/ESALQ.

⁸⁴ CONAB. *Cana-de-açúcar: safra 2005/2006: terceiro levantamento (dez./05)*. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/download/safra/3%20levantamento%20de%20cana%20de%20acucar%20dez2005.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2006.

Tabela 19 – Café beneficiado, comparativo de produção, safras 2005/2006 e 2006/2007

UF/ Região	Produção (Mil sacas beneficiadas)						Var. % b/a
	Safr 2005/2006			Safr 2006/2007			
	Arábica	Robusta	Total (a)	Arábica	Robusta	Total (b)	
Minas Gerais	15.189	30	15.219	20.069	30	20.099	32,1
Sul e Centro-Oeste	6.750	-	6.750	10.614	-	10.614	57,2
Triângulo, Alto Paraíba e Noroeste	2.886	-	2.886	3.673	-	3.673	27,3
Zona da Mata, Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce, Central e Norte	5.553	30	5.583	5.782	30	5.812	4,1
Espírito Santo	2.056	6.014	8.070	2.167	6.501	8.668	7,4
São Paulo	3.223	-	3.223	4.407	-	4.407	36,7
Paraná	1.435	-	1.435	2.230	-	2.230	55,4
Bahia	1.407	405	1.812	1.691	498	2.189	20,8
Rondônia	-	1.772	1.772	-	1.826	1.826	3,0
Mato Grosso	40	270	310	39	239	278	-10,3
Pará	-	330	330	-	289	289	-12,3
Rio de Janeiro	288	10	298	255	9	264	-11,4
Outros	180	295	475	156	212	368	-22,5
Brasil	23.818	9.126	32.944	31.014	9.604	40.618	23,3

Fonte: CONAB. *Segunda previsão da safra de café 2006/2007*. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/download/safra/2ºLevantamento-Safra_2006-07.pdf>. Acesso em: 24 de abr. 2006.

interno não será afetado, tendo em vista haver oferta suficiente para atender a demanda interna, conforme a Conab⁸⁵.

Segundo o Cepea/Esalq⁸⁶, os preços do açúcar nas praças de Alagoas, Pernambuco e São Paulo apresentam-se crescentes. Este ciclo iniciou-se em abril de 2004, quando a saca de 50kg estava cotada em R\$ 30,79, em Alagoas, e R\$ 30,83, em São Paulo e Pernambuco. Em 2005, os valores para as mesmas praças foram, respectivamente, R\$ 38,96 e R\$ 40,12, crescimento de

26,5% e 30,1%. Em março de 2006, os preços alcançaram valores de R\$ 59,19 em Alagoas e R\$ 59,66 em São Paulo e Pernambuco, crescimento de 51,9% e 48,7%, respectivamente.

O álcool hidratado combustível estava cotado em março de 2006 a R\$ 1,21 o litro, valor 56,2% superior ao observado em março de 2005, de R\$ 0,77. De 2005 a 2006, o preço do álcool hidratado combustível cresceu a taxas médias mensais de 4,0%, conforme dados do Cepea/Esalq⁸⁷.

Tabela 20 – Cana-de-açúcar: comparativo de área, produtividade e produção: safras 2004/2005 e 2005/2006

Região/UF	Área (em mil ha)			Produtividade (em kg/ha)			Produção (em mil t)		
	Safra 04/05	Safra 05/06	Var. %	Safra 04/05	Safra 05/06	Var. %	Safra 04/05	Safra 05/06	Var. %
Norte	13,8	15,5	12,3	65.188	65.277	0,1	899,6	1.011,8	12,5
Nordeste	1.129,7	1.117,4	-1,1	57.573	54.921	-4,6	65.039,1	61.369,1	-5,6
Norte/Nordeste	1.143,5	1.132,9	-0,9	57.664	55.063	-4,5	65.938,7	62.380,9	-5,4
Centro-oeste	517,1	546,9	5,8	73.456	70.953	-3,4	37.982,3	38.807,1	2,2
Sudeste	3.517,4	3.737,3	6,3	78.636	81.765	4,0	276.592,1	305.580,4	10,5
Sul	447,4	460,1	2,8	78.639	65.237	-17,0	35.181,4	30.012,8	-14,5
Centro-sul	4.481,8	4.744,3	5,9	78.038	78.915	1,1	349.755,8	374.400,3	7,0
Brasil	5.625,3	5.877,2	4,5	73.897	74.318	0,6	415.694,5	436.781,2	5,1

Fonte: CONAB. *Cana-de-açúcar. safra 2005/2006. terceiro levantamento (dez./05)*. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/download/safra/3ºLevantamento%20de%20cana%20de%20acucar%20dez2005.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2006.

⁸⁵ Id.

⁸⁶ ESALQ. *Indicadores do açúcar*: indicadores mensais: exportação, mercados interno e externo de açúcar: São Paulo, Alagoas e Pernambuco. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/indicador/acucar/>>. Acesso em: 27 abr. 2006.

⁸⁷ ESALQ. *Indicadores do álcool*: indicadores mensais de álcool para São Paulo. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/xls/Sahicomensal.xls>>. Acesso em: 27 abr. 2006.

Além do clima, outro componente que vem preocupando os produtores rurais brasileiros é o preço das principais *commodities* nacionais. Na região do Oeste Baiano, maior área produtora de grãos no Nordeste, os preços estão bem retraídos para a soja, o milho e o algodão. Como observado no Gráfico 14, elaborado a partir de dados da Seagri-BA⁸⁸, percebe-se redução gradual no preço do algodão, no primeiro semestre de 2004, o qual alcançou o patamar de R\$ 74,58, a arroba, em abril daquele ano. Em março de 2006, a arroba de algodão estava cotada em média a R\$ 43,91, inferior 41,1%.

O arroz seguiu a mesma tendência, com picos de preços de R\$ 46,00/saca 60kg, em novembro de 2003, reduzindo progressivamente até agosto de 2005, com valor de R\$ 14,00/saca 60kg. Em março de 2006, houve uma melhora no preço médio da saca de arroz, cotado a R\$ 21,45, crescimento de 53,2%.

O milho vem apresentando variações decrescentes desde dezembro de 2002, passando de

R\$ 30,00, a saca de 60kg, para R\$ 17,00, em dezembro de 2003 e R\$ 13,00, em dezembro de 2004. A partir do segundo semestre de 2004, o preço tem se estabilizado, alcançando R\$ 13,50/saca 60kg, em dezembro de 2005. Em março de 2006, o preço médio da saca de 60 kg do milho alcançou R\$ 17,64, valor 30,0% superior ao do mesmo período de 2005, de acordo com a Seagri-BA⁸⁹.

Houve dois momentos de pico de preços para a soja, que chegaram a R\$ 47,00, a saca de 60kg; o primeiro, em dezembro de 2002 e o segundo, em novembro de 2003. Este ciclo não foi observado nos anos subsequentes. A partir de 2003, nota-se decrescente variação dos preços, mantendo-se atrativos até 2004, com média de R\$ 28,60 a saca, em dezembro daquele ano. Desde então, os preços não estão compensando a ampliação das lavouras. Em março de 2005, o preço médio estava em R\$ 28,71/saca, passando para R\$ 20,23, em março de 2006, variação de -29,5%, segundo a Seagri-BA⁹⁰ (Gráfico 14).

⁸⁸ BAHIA. Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. *Cotação agrícola*. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/cotacao.asp>>. Acesso em: 26 abr. 2006.

⁸⁹ Id.

⁹⁰ Id.

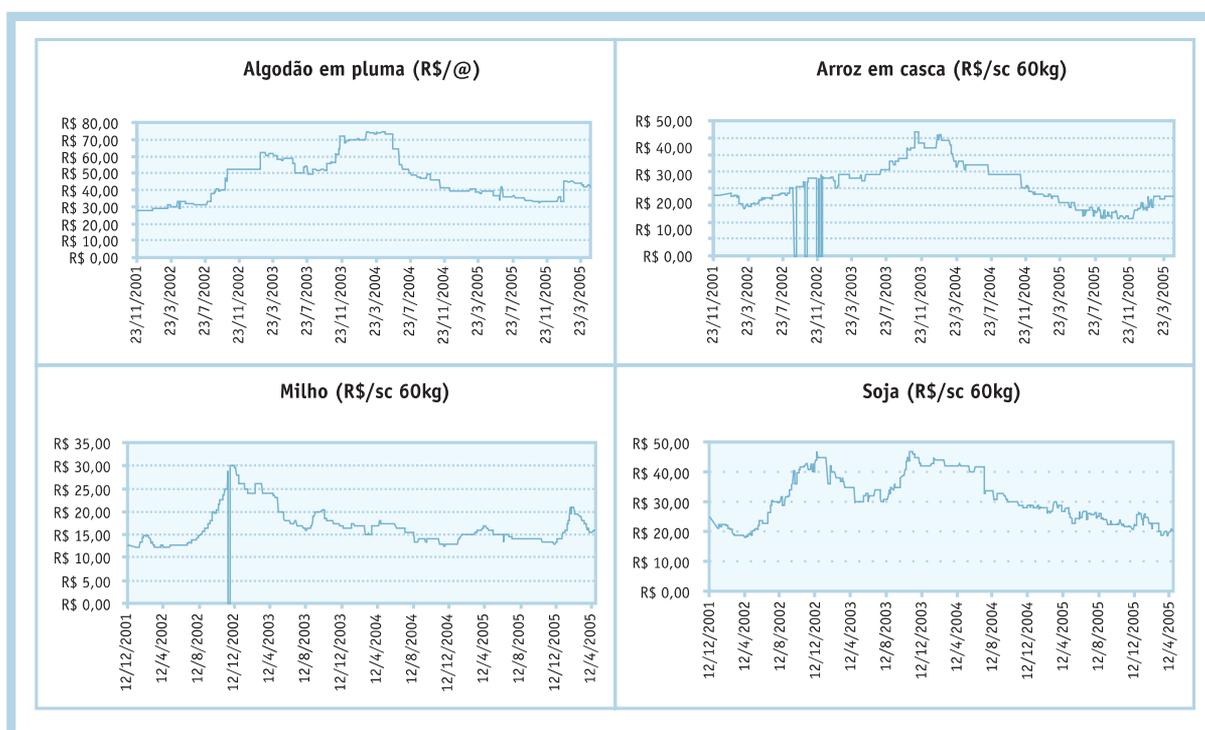


Gráfico 14 – Preços das principais commodities produzidas no Nordeste, Praça de Barreiras

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da SEAGRI-BA. BAHIA. Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. *Cotação agrícola*. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/cotacao.asp>>. Acesso em: 26 abr. 2006.

Nota: As linhas verticais apresentadas nos gráficos para arroz em casca e milho significam períodos sem levantamento da cotação.

3.6.2 - Pecuária

A sanidade animal continuou a ser o principal assunto da pecuária no primeiro trimestre de 2006. Após as más notícias do terceiro trimestre de 2005 – detecção de focos de febre aftosa no Mato Grosso do Sul, em outubro; e no Paraná, em dezembro – que resultaram no embargo à carne brasileira por vários países importadores, foi divulgada, em fevereiro/2006, a existência de um foco da febre na Argentina⁹¹ (Província de Corrientes). A reação foi o fechamento de vários mercados à carne argentina, inclusive o Brasil, com uma previsão de prejuízos da ordem de US\$ 350 milhões.

Outros focos foram detectados no Brasil, nas mesmas áreas anteriormente interditadas. Por isso, em março, a Rússia anunciou a pouca probabilidade de levantar o embargo à carne brasileira até junho deste ano⁹².

Por conta das graves conseqüências mercadológicas da febre aftosa, vêm aumentando os esforços dos Estados da região Nordeste para melhorar o seu *status* sanitário. Pernambuco foi declarado pelo Ministério da Agricultura como “zona de risco médio”, quando antes a sua classificação era “risco desconhecido”, mercê de não registrar casos de aftosa desde 1998 e ha-

⁹¹ AFTOSA: uma enfermidade capital que castiga a Argentina. Disponível em: <www.wharton.universia.net/index.cfm?fa=viewArticle&id=1117&language=portuguese>. Acesso em: 28 março. 2006.

⁹² RÚSSIA afirma que embargo à carne será mantido até junho. Disponível em: <www.agrolink.com.br/aftosa/not_detalhe_noticia.asp?Cod=38025>. Acesso em: 28 março 2006.

ver vacinado 93% do rebanho (total de 1,9 milhão de cabeças) na última campanha de vacinação (STAVINSKI, 2006)⁹³. O Estado do Ceará, que ainda se encontra no *status* “risco desconhecido” iniciou em março sua campanha de vacinação contra a aftosa. A meta é vacinar 2,2 milhões de animais e conseguir uma mudança no *status* até o final do ano (THOMASI, 2006)⁹⁴.

Ainda dentro do mesmo tema da sanidade animal, foi relatada a ocorrência de um foco de peste suína clássica em Cuitegi-PB, localizada a 100km da capital João Pessoa (CASTELO BRANCO, 2006)⁹⁵. Desde o ano 2000 não havia registro da doença no Estado. As conseqüências foram: 120 animais abatidos; 41 propriedades interditas; 650 animais sob suspeita. Uma força-tarefa de quinze técnicos e veterinários, trabalhando 24 horas por dia, foi formada para conter a disseminação da doença.

Os comentários acima reforçam pontos levantados nesta seção, na última BNB Conjuntura Econômica⁹⁶, sobre a necessidade de o Nordeste equiparar-se aos demais Estados brasileiros no que respeita à sanidade animal, mesmo que a importância relativa da pecuária para os Estados nordestinos não seja igual à dos demais do País. Além disso, os esforços têm de empreendidos numa ótica trans-estadual, à semelhança do que vem sendo feito nas regiões de fronteira, entre o Brasil, Paraguai e Argentina.

No mercado dos produtos agropecuários não faltam exemplos da utilização das questões sanitárias para a imposição de barreiras não-tarifárias, prejudicando os interesses de países e regiões emergentes. Em 17 de março, a União Européia (UE) embargou as importações de mel do Brasil, alegando a “não equivalência das medidas brasileiras com as européias no processo de controle de resíduos e qualidade do produto”⁹⁷. Tal medida foi adotada mesmo “sem nunca terem sido detectados problemas sanitários com o produto brasileiro”. O Brasil exportou 14,4 mil toneladas de mel para a UE em 2005, correspondentes a US\$ 18,9 milhões, dos quais US\$ 3,4 milhões e US\$ 3,05 milhões foram produzidos pelos Estados do Ceará e do Piauí, respectivamente, segundo e terceiro maiores exportadores do país. Em outras palavras, 44,8% do valor das exportações brasileiras de mel são gerados no Nordeste, por uma gama de pequenos produtores agora prejudicados pelo fato de que o governo brasileiro estava “desprevenido sobre as exigências técnicas da União Européia”, como reportou o jornal Valor⁹⁸. Segundo a Associação Brasileira dos Produtores de Mel, o governo tinha conhecimento das exigências européias desde 2003, mas não as teria repassado ao setor⁹⁹.

As maiores preocupações dos dois últimos trimestres e que deverão permanecer por todo o ano decorrem da chegada da gripe aviária à Europa, le-

⁹³ STAVINSKI, N. Pernambuco tem novo status: box in: febre aftosa: Paraná realiza nova inspeção do gado. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, b-11, 03 jan. 2006. Agronegócio.

⁹⁴ THOMASI, A. Sanidade animal: Ceará inicia vacinação contra aftosa. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, b-16, 21 mar. 2006. Agronegócio.

⁹⁵ CASTELO BRANCO, A. Suinocultura: Paraíba confirma foco de peste suína clássica e abate 120 animais. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, b-13, 13 mar. 2006. Agronegócio.

⁹⁶ BNB. *BNB Conjuntura Econômica*, Fortaleza, n. 6 e 7, set.-dez./2005. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Sobre_Nordeste/Estudos_e_Pesquisas/gerados/obras_cientificas_bnb.asp>. Acesso em: 17 abr. 2006.

⁹⁷ BARREIRAS sanitárias e fitossanitárias ao comércio internacional. Disponível em: <www.cepea.esalq.usp.br/sps/files/15mar%2006/0213%20a%2017-03.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2006.

⁹⁸ TRAVA da UE afetará preços do mel: tendências. Valor, São Paulo, b-14, 13 mar. 2006. Agronegócios.

⁹⁹ EMBARGO ao mel. *Jornal Globo*. Disponível em: <<http://jg.globo.com/JGlobo/0,19125,VTJ0-2742-20060413-161817,00.html>>. Acesso em: 28 abr. 2006.

vando a uma queda no consumo de carne de frango naquele continente e também no Oriente Médio.

Dada a importância do Brasil no quadro das exportações internacionais de frango, os reflexos sobre a atividade foram sentidos de imediato: há notícias de empresa que paralisou unidades (BUENO; ROCHA, 2006)¹⁰⁰; de pressão dos importadores para a renegociação dos contratos, além da queda dos preços do frango na Europa. Duas das maiores integradoras do País – Sadia e Perdigão – tiveram o preço de suas ações reduzido em bolsa (ROCHA, 2006)¹⁰¹.

Além da queda no abate de frangos, que em março teria chegado a 20% no Paraná (RIOS, 2006)¹⁰², já se observa o reflexo dessa crise sobre a demanda de rações. O Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (Sindirações) prevê queda de 1% no volume das vendas gerais de rações para aves no primeiro semestre deste ano. A Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte (Apinco) acredita que a produção do segmento não vai crescer em 2006. Por outro lado, a Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (Abef) estima dificuldades no primeiro semestre, mas um crescimento das expor-

tações de 5% no ano, em virtude das ações de esclarecimento aos consumidores de que não se contrai o vírus H5N1 ingerindo a carne e sim na lida com os frangos vivos (QUINTÃO, 2006)¹⁰³. Mesmo tendo conhecimento desse fato, frigoríficos americanos vão testar as aves antes do abate para aumentar a confiança dos consumidores no produto¹⁰⁴.

A Embrapa reconhece que a entrada da doença no Brasil poderia causar enormes prejuízos. Mas o caráter predominantemente industrial da avicultura brasileira, diferente da situação dos países que até agora registraram casos da gripe do frango, faz crer que o Brasil tem melhores condições de resposta, e, por isso, existiriam “poucas chances da Influenza Aviária se transformar num problema de saúde pública no Brasil. O contato entre humanos e aves no Brasil é bem menor do que em países como o Vietnã, em que as criações de fundo de quintal de galinhas, gansos, patos e marrecos são muito comuns” (EMBRAPA, 2005)¹⁰⁵.

Essa informação, se é tranquilizadora para a região Centro-Sul, talvez não o seja para o Nordeste, onde a criação doméstica de aves é bastante presente.

¹⁰⁰ BUENO, S.; ROCHA, A. A. Gripe aviária faz Avipal paralisar três unidades. Valor, São Paulo, b-12, 06 mar. 2006. Agronegócios.

¹⁰¹ ROCHA, A. A. Importador de frango quer rever contratos. Valor, São Paulo, b-12, 07 mar. 2006. Agronegócios.

¹⁰² RIOS, C. Gripe de aves: setor avícola busca solução para redução de receita. Gazeta Mercantil, São Paulo, b-12, 14 mar. 2006. Agronegócio.

¹⁰³ QUINTÃO, C. Insumos: gripe de aves reduz demanda por ração no 1º semestre. Gazeta Mercantil, São Paulo, b-12, 16 mar. 2006. Agronegócio.

¹⁰⁴ DOW JONES NEWSWIRES. Frigoríficos: americanos vão testar granjas para gripe de aves. Gazeta Mercantil, São Paulo, b-12, 06 jan. 2006. Agronegócio.

¹⁰⁵ EMBRAPA. Pesquisadora da Embrapa esclarece principais dúvidas sobre a gripe aviária. Brasília: Embrapa, 2005. Disponível em: <http://www.embrapa.br/noticias/banco_de_noticias/2005/folder.2005-08-15.0415022412/foldernoticia.2005-09-26.0161761690/noticia.2005-10-27.0890834072/mostra_noticia>. Acesso em: 28 abr. 2006.

3.6.3 - Agronegócio

A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)¹⁰⁶ divulgou, em meados de março deste ano, os números finais do desempenho do setor agropecuário e do agronegócio nacional, durante o ano de 2005.

O comportamento dos Produtos Internos Brutos de quase todos os segmentos ou elos dos agronegócios da agricultura e da pecuária, no último trimestre de 2005 foi de declínio (Tabela 21), exceção feita à indústria ligada à agricultura em outubro/2005, ao segmento básico da pecuária em outubro e novembro/2005 e ao agronegócio global da pecuária em outubro/2005. Tal comportamento refletiu-se sobre os segmentos da agropecuária como um todo (exceto para a indústria, em outubro/2005).

Ao longo de 2005, o PIB da indústria agropecuária teve um pequeno crescimento de 0,13%. O PIB dos demais segmentos foi menor que o de 2004. A redução foi maior para o segmento dos insumos (-10,2%), seguido pelos segmentos da produção ou básico (-9,79%) e da distribuição (-3,33%).

O resultado do setor de insumos da agropecuária foi determinado principalmente pelo desempenho ruim do segmento dos insumos agrícolas (redução do PIB em 15,1%), apesar de o segmento fornecedor de insumos pecuários também ter encolhido (-1,67%). Situação semelhante ocorreu com o segmento da produção agropecuária: tanto o produto da agricultura quanto o da pecuária foram menores em 2005 que em 2004, mas a queda na agricultura foi maior (-15,5% contra -1,49%).

Os fatores que contribuíram para a redução da renda em 2005 foram:

- a) perdas agrícolas decorrentes de condições climáticas desfavoráveis;
- b) queda dos preços das *commodities* no mercado internacional e;
- c) valorização da moeda nacional frente ao dólar, prejudicando as exportações.

Apesar de o agronegócio global incorporar as atividades “fora da porteira” (indústrias produtoras de insumos, indústrias de transformação dos produtos agropecuários e a atividade de distribuição), que, em tese, têm maior poder sobre os seus preços que o segmento da produção, a crise configurada por aquele conjunto de fatores terminou por refletir-se sobre o agregado, conforme se vê na Tabela 22 e no Gráfico 15.

O PIB do agronegócio brasileiro em 2005 teve uma queda de 4,7% em relação a 2004, o que significou uma perda de produto da ordem de R\$ 26,3 bilhões. Uma vez que o PIB da agropecuária reduziu-se em 9,8% – R\$ 16,6 bilhões – podemos dizer que 63,3% dessa perda se abateu sobre o elo da produção (agrícola e pecuária) e o seu complemento – 36,7% – sobre os demais elos do agronegócio (insumos, transformação e distribuição). Esses números confirmam a inserção desvantajosa do segmento produtivo: apesar de não ter participação majoritária no produto, finda por ter uma participação maior nas perdas.

Esta é a primeira vez nos últimos seis anos que o agronegócio brasileiro apresenta um desempenho negativo (Tabela 23 e Gráfico 16). Após registrar taxas positivas e crescentes de 1999 até 2002, o PIB do agronegócio brasileiro mudou de comportamento, passando a apresentar taxas positivas, mas declinantes em

¹⁰⁶ CNA. Indicadores rurais (jan.-fev./06). Brasília, 2006. Disponível em: <www.cna.org.br>. Acesso em: 17 abr. 2006.

Tabela 21 – Brasil: PIB do agronegócio: taxas de crescimento mensal. 2005 (%)

AGROPECUÁRIA					
2005	Básico (A)	Agronegócio Global (B)	Insumos	Indústria	Distribuição
Janeiro	-0,0321	0,2727	0,1056	0,4895	0,3626
Fevereiro	-0,5797	0,0354	-0,259	0,4715	0,1993
Março	-1,0094	-0,2381	-0,5282	0,294	-0,0534
Abril	-0,9382	-0,0852	-0,6123	0,5855	0,1018
Maio	-1,3559	-0,2597	-1,0602	0,6663	-0,0542
Junho	-1,3756	-0,4727	-1,4754	0,4002	-0,314
Julho	-0,9934	-0,5053	-1,1676	0,0622	-0,4834
Agosto	-1,1351	-0,61	-1,2289	-0,0863	-0,5385
Setembro	-1,1131	-0,8498	-1,3924	-0,5613	-0,7688
Outubro	-0,8033	-0,3762	-1,1709	0,0278	-0,2102
Novembro	-0,4507	-0,8531	-1,2079	-1,1223	-0,7661
Dezembro	-0,4624	-0,811	-0,656	-1,0759	-0,8508
Acum. no Ano	-9,7891	-4,6578	-10,1601	0,1301	-3,3326

AGRICULTURA					
2005	Básico (C)	Agronegócio Global (D)	Insumos	Indústria	Distribuição
Janeiro	-0,0898	0,3124	0,0614	0,5193	0,4178
Fevereiro	-0,9512	0,0031	-0,481	0,4997	0,2074
Março	-1,7166	-0,3817	-0,9011	0,3006	-0,1443
Abril	-1,6022	-0,1857	-0,9906	0,6096	0,0404
Maio	-2,1883	-0,3428	-1,6557	0,7512	-0,0662
Junho	-2,3271	-0,612	-2,23	0,4866	-0,3726
Julho	-1,5068	-0,5452	-1,6336	0,1539	-0,4811
Agosto	-1,8165	-0,7122	-1,8269	-0,0187	-0,5625
Outubro	-1,8897	-1,0717	-2,0515	-0,5656	-0,9198
Novembro	-1,5467	-0,5355	-1,8812	0,0515	-0,2752
Dezembro	-0,9134	-1,1436	-1,8837	-1,2175	-0,98
Setembro	-0,1009	-0,7125	-0,7114	-1,032	-0,6778
Acum. no Ano	-15,4612	-5,778	-15,0618	0,5165	-3,758

PECUÁRIA					
2005	Básico (E)	Agronegócio Global (F)	Insumos	Indústria	Distribuição
Janeiro	0,0523	0,1748	0,1823	0,3194	0,2342
Fevereiro	-0,0368	0,1151	0,1252	0,3106	0,1805
Março	0,0147	0,116	0,1134	0,2562	0,1584
Abril	0,0065	0,1613	0,0319	0,4476	0,2442
Maio	-0,1907	-0,0565	-0,0564	0,1791	-0,0265
Junho	-0,0702	-0,1331	-0,2239	-0,0988	-0,1784
Julho	-0,3049	-0,4087	-0,4104	-0,4707	-0,4887
Agosto	-0,2323	-0,3623	-0,2689	-0,4816	-0,4829
Setembro	-0,1007	-0,314	-0,3508	-0,5357	-0,4201
Outubro	0,1487	0,0058	-0,0676	-0,1108	-0,0607
Novembro	0,1317	-0,1609	-0,1774	-0,5627	-0,2758
Dezembro	-0,9127	-1,0434	-0,573	-1,3323	-1,244
Acum. no Ano	-1,4886	-1,8958	-1,6659	-2,0748	-2,3447

Fonte: CNA. *Indicadores rurais (jan.-fev./06)*. Brasília: 2006. Disponível em: <www.cna.org.br>. Acesso em: 17 abr. 2006.

Notas: (A) Somente o setor primário da agropecuária; (B) todo o Agronegócio da Agropecuária; (C) somente o setor primário da agricultura; (D) todo o agronegócio da agricultura; (E) somente o setor primário da pecuária; e, (F) todo o agronegócio da pecuária.

Tabela 22 – Brasil: PIB da agropecuária e do agronegócio em 2005 (R\$ bilhões a preços de 2005)

Atividades	Anos		Varição (%)
	2004	2005	2004/2005
Agricultura	100,78	85,2	-15,46
Pecuária	68,87	67,84	-1,5
Agropecuária	169,65	153,04	-9,79
Agronegócio	563,89	537,63	-4,66

Fonte: CNA. *Indicadores rurais (jan.-fev./06)*. Brasília: 2006. Disponível em: <www.cna.org.br>. Acesso em: 17 abr. 2006.

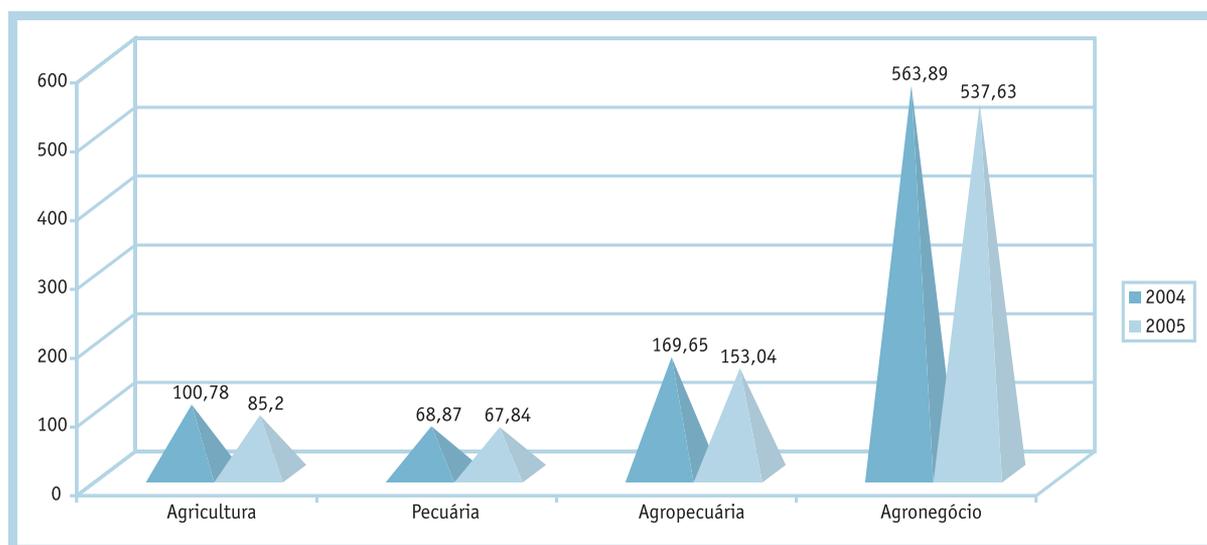


Gráfico 15 – PIB da agropecuária e do agronegócio (R\$ bilhões de 2005)

Fonte: CNA. *Indicadores rurais (jan.-fev./06)*. Brasília, 2006. Disponível em: <www.cna.org.br>. Acesso em: 17 abr. 2006.

2003 e 2004, culminando com a primeira queda real do PIB. Tal comportamento foi muito mais função do desempenho da produção agrícola, uma vez que o PIB da pecuária tem se apresentado mais estável.

O comportamento do Valor Bruto da Produção Agropecuária nacional, ou seja, do faturamento ou receita dos elos da produção agrícola e pecuária em 2005 confirma as informações anteriores (Tabela 24). O VBP da agricultura reduziu-se em 15,3%, o que significou uma perda de receita da ordem de R\$ 17,6 bilhões. Já o faturamento da produção pecuária caiu somente 0,7%, refletindo uma diminuição nas receitas de R\$ 513 milhões.

Em termos absolutos, as maiores quedas entre os produtos agrícolas foram registradas

para a soja (R\$ 10,3 bilhões); milho (R\$ 3,5 bilhões) e arroz (R\$ 2,1 bilhões), produtos que, em 2005 foram muito afetados pela questão cambial, pelas más condições climáticas e pela queda dos preços. Em termos percentuais destacaram-se a uva (-58,8%) e a cebola (-29,5%). Dentre os produtos agrícolas cujo VBP aumentou, destacam-se em termos absolutos a cana-de-açúcar (R\$ 809 milhões), o feijão (R\$ 323 milhões), a laranja (R\$ 310 milhões), a batata-inglesa (R\$ 262 milhões) e o café (R\$ 223 milhões). Em termos percentuais vale a pena citar a mamona (54,9% de aumento no VBP).

Entre os produtos pecuários, a carne bovina registrou uma perda de R\$ 1,9 bilhão (queda de 5,9% no VBP), já acusando as conseqüências dos focos de febre aftosa detectados no último tri-

Tabela 23 – Brasil: taxas de crescimento anual e PIB da agricultura, pecuária, agropecuária e agronegócio (2000 a 2005)

Taxas de Crescimento (%)						
Atividades	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Agricultura	-7,13	8,53	17,93	15,96	-1,74	-15,46
Pecuária	7,19	0,23	4,66	6,23	0,43	-1,49
Agropecuária	-0,9	4,62	11,94	11,85	-0,87	-9,79
Agronegócio	0,1	1,75	8,81	6,53	2,55	-4,66

PIB (R\$ bilhões de 2005)							
Atividades	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Agricultura	74,41	69,1	75	88,44	102,56	100,78	85,2
Pecuária	57,41	61,54	61,68	64,56	68,58	68,87	67,84
Agropecuária	131,82	130,64	136,68	153	171,14	169,65	153,04
Agronegócio	465,75	466,21	474,37	516,16	549,87	563,89	537,63

Fonte: CNA. *Indicadores rurais (jan.-fev./06)*. Brasília, 2006. Disponível em: <www.cna.org.br>. Acesso em: 17 abr. 2006.

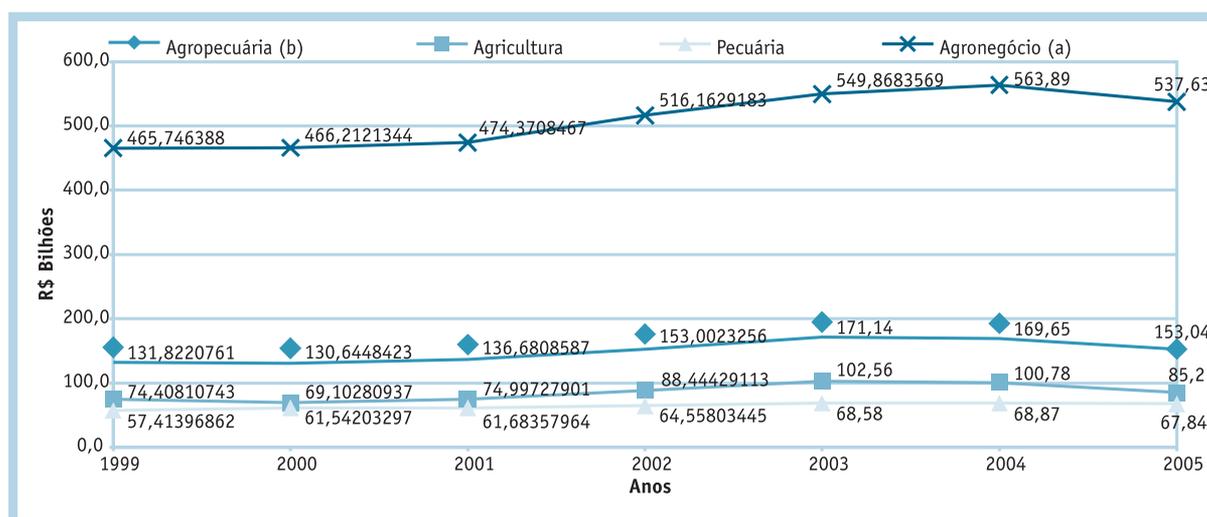


Gráfico 16 – Brasil: PIB da agricultura, pecuária, agropecuária e agronegócio (1999 a 2005)

Fonte: Elaboração dos autores.

mestre do ano, enquanto o VBP do leite teve um ganho de R\$ 812 milhões (aumento de 6,8%).

A estimativa do Valor Bruto da Produção da Agropecuária Brasileira e Nordestina (Tabela 25), elaborada de acordo com a metodologia apresentada na revista BNB Conjuntura Econômica¹⁰⁷, confirma a queda no que respeita ao Brasil, mas em percentual menor (-8,5%). O faturamento das atividades agropecuárias nordestinas em 2005, em lugar de queda, teria apresentado um crescimento de 2,6%. O desem-

penho regional destoa do nacional porque o VBP das lavouras permanentes regionais teria crescido 15% (contra a variação de -0,1% das lavouras permanentes nacionais) e o das lavouras temporárias teria caído bem menos que o das nacionais (-2,1% versus -16,5%). Além disso, o VPB da pecuária do Nordeste teria crescido 2,6% quando o VPB da pecuária nacional teria caído 0,1%.

A comparação dos resultados nacionais da Tabela 25 com aqueles gerados pela CNA deve ser

¹⁰⁷ BNB. BNB Conjuntura Econômica, Fortaleza, n. 6 e 7, set.-dez./2005. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Sobre_Nordeste/Estudos_e_Pesquisas/gerados/obras_cientificas_bnb.asp>. Acesso em: 17 abr. 2006.

vista com cautela, especialmente pela diferença no elenco de produtos incluídos¹⁰⁸. A não divulgação da pesquisa Produção Agrícola Municipal até a elaboração desta análise de conjuntura im-

pediu que fossem feitas as comparações 2005/2004, na Tabela 25, utilizando uma mesma fonte de quantidades e preços, o que permitiria tecer comentários com mais propriedade. ●

Tabela 24 – Brasil: valor bruto da produção agropecuária brasileira (VBP) (2004 e 2005)

Produtos	Produção			Preços Médios Reais (base Dezembro/2005, pelo IGP-DI)			Valor Bruto da Produção (VBP) R\$ milhões		
	Unidade	2004	2005	Unidade	2004	2005	2004	2005	Var. %
Agrícolas							115.594,70	97.957,60	-15,3
Algodão em caroço	mil t	3.409	3.427	kg	1,33	0,99	4.537,20	3.395,80	-25,2
Amendoim	mil t	217	302	kg	1,24	0,97	270	294,1	8,9
Arroz	mil t	12.829	13.227	kg	0,67	0,5	8.657,50	6.598,80	-23,8
Banana	milhões de cachos de 10 dúzias	685	690	dúzia	0,63	0,63	4.299,20	4.330,40	0,7
Batata-inglesa	mil t	3.046	3.138	kg	0,57	0,64	1.746,40	2.008,90	15
Cacau (em amêndoa)	mil t	195	215	15 kg	68,32	53,8	886,2	770,5	-13
Café beneficiado	mil sacas de 60kg	39.272	33.944	60 kg	230,26	281,27	9.042,70	9.266,20	2,5
Cana-de-açúcar	mil t	416.256	421.761	t	30,21	31,73	12.574,30	13.383,70	6,4
Cebola	mil t	1.113	1.061	kg	0,8	0,6	902,4	636,4	-29,5
Feijão	mil t	2.978	3.044	kg	1,23	1,31	3.650,40	3.973,40	8,8
Fumo	mil t	920	894	kg	4,43	4,49	4.070,90	4.020,00	-1,3
Laranja	milhões de caixas	448	438	cx	6,75	7,61	3.024,30	3.333,90	10,2
Mamona	mil t	107	210	kg	0,84	0,66	90,1	139,5	54,9
Mandioca	mil t	23.781	26.324	t	200,04	173,15	4.757,30	4.558,10	-4,2
Milho	mil t	42.129	34.977	kg	0,32	0,29	13.543,00	10.056,10	-25,7
Sisal	mil t	199	208	kg	0,86	0,93	171,7	194,5	13,3
Soja	mil t	49.793	51.090	kg	0,7	0,49	35.091,60	24.791,20	-29,4
Tomate	mil t	3.489	3.431	kg	0,97	0,94	3.383,80	3.216,50	-4,9
Trigo	mil t	5.851	5.846	kg	0,44	0,35	2.550,20	2.023,10	-20,7
Uva	mil t	1.283	1.246	kg	1,83	0,78	2.345,40	966,4	-58,8
Pecuários							70.317,00	69.804,10	-0,7
Carne bovia, eq.c	mil t	8.350	8.750	15 kg	57,6	51,71	32.062,60	30.166,30	-5,9
Frango	mil t	8.494	9.297	kg	1,93	1,82	16.422,10	16.900,20	2,9
Leite	milhões de litros	23.478	25.500	litro	0,51	0,51	11.928,50	12.740,20	6,8
Ovos	mil cx de 30 dúzias	66.318	68.442	dúzia	1,7	1,64	3.386,10	3.372,20	-0,4
Suíños	mil t	2.679	2.708	15 kg	36,49	36,7	6.517,60	6.625,20	1,7
Total							185.911,70	167.761,70	-9,8

Fonte: CNA. *Indicadores rurais (jan.-fev./06)* Brasília, 2006. Disponível em: <www.cna.org.br>. Acesso em: 17 abr. 2006.

¹⁰⁸ Id.

**Tabela 25 – Valor bruto da produção (VBP) agropecuária brasileira e nordestina (2004 e 2005)
(a preços de dezembro/2005)**

Produto	Unidade	Quantidade		Preço		Valor da Produção	
		2004	2005	2004	2005	2004	2005
Lavoura Temporária							
Brasil						98.149.394	81.914.970
Nordeste						12.097.110	11.839.039
Cana-de-açúcar	Mil t	65.499.357	60.446.583	0,04	0,03	2.592.114	2.075.131
Soja (em grão)	Mil t	3.659.065	3.957.654	0,62	0,43	2.276.175	1.701.791
Mandioca	Mil t	8.821.452	9.597.247	0,20	0,17	1.750.000	1.607.539
Feijão (em grão)	Mil t	797.063	948.944	1,19	1,39	945.710	1.314.287
Milho (em grão)	Mil t	2.898.693	3.003.756	0,34	0,41	990.375	1.231.540
Algodão herbáceo (em caroço)	Mil t	788.272	890.563	1,48	1,12	1.167.310	997.431
Arroz (em casca)	Mil t	1.174.559	1.203.169	0,66	0,62	776.796	745.965
Tomate	Mil t	503.891	513.271	0,61	0,99	308.186	508.138
Abacaxi	Milhões frutos	593.580	658.317	0,47	0,72	280.489	473.988
Melão	Mil t	320.819	320.819	0,84	0,84	269.219	269.219
Cebola	Mil t	205.992	219.535	0,70	1,03	143.420	226.121
Melancia	Mil t	180.630	180.344	0,55	0,95	99.540	171.327
Mamona (baga)	Mil t	517.452	517.452	0,26	0,26	132.826	132.826
Batata inglesa	Mil t	126.662	157.433	1,11	0,79	140.343	124.372
Fumo (em folha)	Mil t	25.585	31.163	2,24	2,78	57.382	86.633
Batata doce	Mil t	189.144	189.144	0,36	0,36	68.536	68.536
Sorgo granífero (em grão) (1)	Mil t	167.571	185.210	0,31	0,31	51.442	56.857
Fava (em grão)	Mil t	13.115	13.115	1,55	1,55	20.361	20.361
Alho	Mil t	7.042	7.497	2,04	2,04	14.391	15.321
Amendoim (em casca)	Mil t	15.734	10.459	0,67	0,99	10.514	10.354
Trigo (em grão)	Mil t	3.715	3.715	0,53	0,35	1.982	1.300
Lavoura Permanente							
Brasil						23.171.084	23.146.651
Nordeste						4.647.058	5.345.971
Banana	Mil t	2.354.759	2.320.158	0,38	0,40	896.558	939.112
Uva	Mil t	241.734	237.609	1,77	3,20	428.254	760.349
Café (beneficiado)	Mil t	135.220	135.040	2,93	4,69	396.446	633.338
Côco-da-baía	Milhões frutos	1.467.822	1.448.839	0,31	0,40	448.115	579.536
Cacau (em amêndoa)	Mil t	136.155	134.780	5,33	3,61	726.198	486.556
Laranja	Mil t	1.612.883	1.586.585	0,16	0,29	252.152	463.716
Mamão	Mil t	890.862	890.862	0,47	0,47	417.676	417.676
Manga	Mil t	610.177	610.177	0,47	0,47	284.011	284.011
Castanha de caju	Mil t	186.258	182.632	1,29	1,29	240.916	236.226
Sisal ou agave (fibra)	Mil t	199.135	199.322	1,00	0,92	198.952	183.376
Maracujá	Mil t	209.401	209.401	0,57	0,57	120.009	120.009
Goiaba	Mil t	216.445	216.445	0,45	0,45	97.731	97.731
Borracha (látex coagulado)	Mil t	23.975	23.975	1,48	1,48	35.405	35.405
Dendê (côco) (2)	Mil t	171.044	171.044	0,18	0,18	30.922	30.922
Limão	Mil t	75.217	75.217	0,40	0,40	30.383	30.383
Pimenta do reino	Mil t	3.865	3.489	3,19	4,76	12.310	16.608
Tangerina	Mil t	40.651	40.651	0,28	0,28	11.365	11.365
Urucum (semente)	Mil t	3.586	3.586	1,33	1,33	4.756	4.756
Palmito	Mil t	1.698	1.698	2,67	2,67	4.532	4.532
Algodão arbóreo (em caroço)	Mil t	2.902	2.902	1,28	1,28	3.707	3.707
Abacate	Mil t	9.074	9.074	0,35	0,35	3.190	3.190
Guaranã (semente)	Mil t	2.350	2.350	1,32	1,32	3.092	3.092
Marmelo	Mil t			3,70	3,49	244	244
Caqui	Mil t			2,58	2,42	133	133
Agricultura (lavoura temporária + permanente)							
Brasil						121.320.478	105.061.621
Nordeste						16.744.167	17.185.009
Pecuária							
Brasil						70.266.337	70.163.077
Nordeste						4.086.720	4.194.486
Pecuária							
Brasil						70.266.337	70.163.077
Nordeste						4.086.720	4.194.486
Carne bovina eq. c.	Mil t	695.743,0	748.807,8	3,84	3,45	2.671.653	2.581.365
Frango	Mil t	104.327,8	120.140,7	1,93	1,82	201.473	218.656
Leite	Milhões de litros	1.141,6	1.477,9	0,51	0,51	578.619	758.379
Ovos	Mil cx. De 30 dúzias	10.354,9	10.652,7	1,70	1,63	528.098	519.459
Suínos	Mil t	43.933,9	47.667,1	2,43	2,45	106.878	116.627
Agropecuária (agricultura + pecuária)							
Brasil						70.266.337	70.163.077
Nordeste						125.407.198	109.256.108
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura temporária						12,33	14,45
Lavoura Permanente						20,06	23,10
Agricultura						13,80	16,36
Pecuária						5,82	5,98
Agropecuária						10,87	12,20

Fonte: CNA. *Indicadores rurais (jan.-fe./06)*. Brasília, 2006. Disponível em: <www.cna.org.br>. Acesso em: 17 abr./2006

Notas: (1) Sorgo; alho; amendoim; batata-doce; aveia; cevada; mamona; fava; ervilha; malva; linho; centeio, rami e juta.

(2) Dendê; abacate, palmito, figo, urucum, pêra, guaraná, chá-da-índia, noz, algodão arbóreo, marmelo e tungue.

4 - EMPREGO E RENDIMENTO

4.1 - Emprego

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME)¹⁰⁹, do IBGE, para o agregado das seis regiões metropolitanas, revelou que a taxa de desemprego alcançou 10,1% em fevereiro, com aumento de 0,9 ponto percentual em relação a janeiro. Não se deve superestimar o significado desse resultado, já que elevações desse tipo são comuns em meses de fevereiro. Esse aumento é, portanto, compatível com o padrão de sazonalidade

da taxa de desemprego do País. Vale salientar que essa é a menor taxa observada para o mês de fevereiro desde o início da nova série, em outubro de 2002 (Gráfico 17).

Na comparação com fevereiro de 2005, todas as regiões metropolitanas, com exceção de Recife, registraram queda na taxa de desocupação. As maiores variações foram observadas em Salvador e em São Paulo.

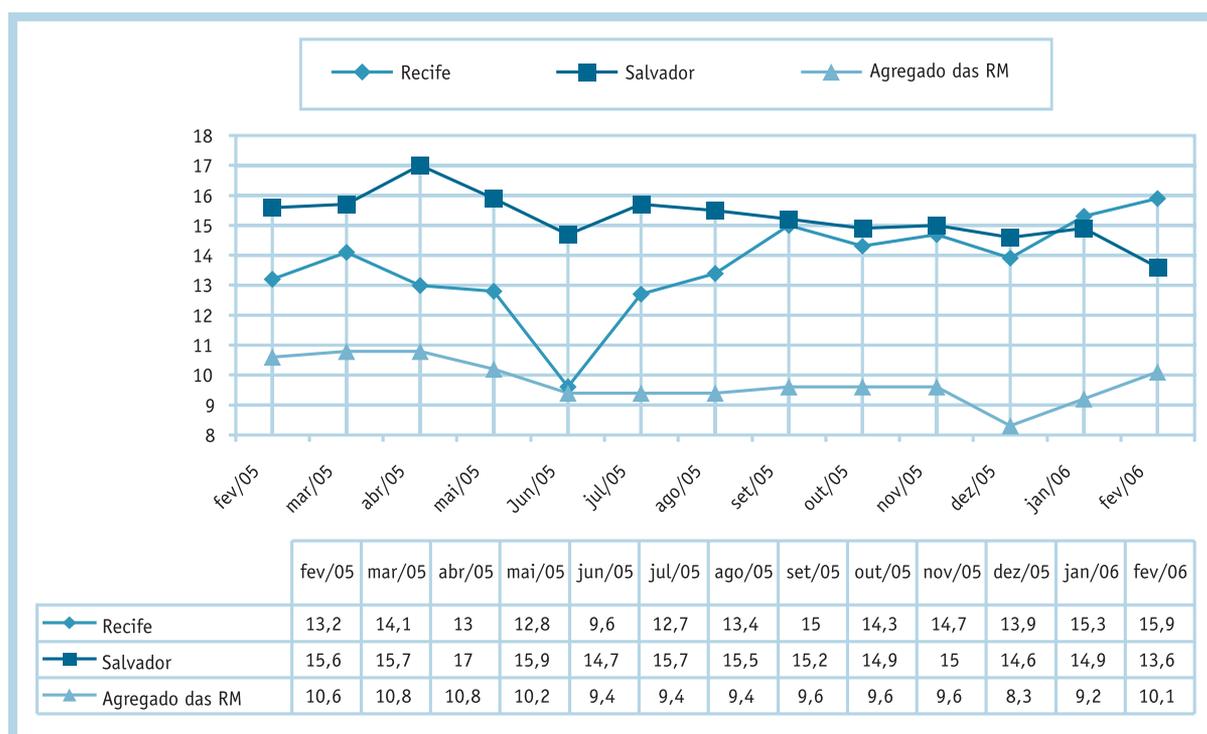


Gráfico 17 – Taxa de desocupação para o total das áreas cobertas pela PME, Recife e Salvador (Mar.05/Mar.06)

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

¹⁰⁹ IBGE. Pesquisa mensal de emprego (fev./06). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006.

Com relação ao número de pessoas desocupadas à procura de emprego, a PME¹¹⁰ constatou um crescimento de 9,5% em fevereiro de 2006 no contingente de pessoas procurando emprego, em relação ao mês anterior. A redução do número de trabalhadores temporários e o aumento do número de pessoas procurando trabalho estão entre os fatores determinantes a essa expansão. Já na comparação com o mesmo período do ano anterior, o quadro foi de estabilidade.

Apesar do crescimento do número de trabalhadores desocupados, não se constatou correspondente diminuição da população ocupada nas regiões pesquisadas pelo IBGE. A PME¹¹¹ estimou um total de 19,9 milhões de pessoas de 10 anos ou mais exercendo algum trabalho em fevereiro de 2006. Esse resultado significou um incremento de 2,5% em relação a janeiro de 2006, com a incorporação de 491 mil trabalhadores.

No Nordeste, as áreas metropolitanas de Recife e Salvador continuaram a assinalar taxas de desemprego superiores à média nacional. A região metropolitana de Salvador já não apresenta a maior taxa de desemprego entre as regiões investigadas pelo IBGE. O recuo de 3,5 pontos percentuais em relação a fevereiro de 2005 foi determinante para esse resultado. Comparativamente ao mês anterior, a taxa de desocupação manteve-se estável. Em contrapartida, Recife foi a única capital a registrar um crescimento da taxa de desocupação na comparação com fevereiro de 2005 – incremento de 2,7 pontos percentuais.

No recorte regional, Salvador registrou em fevereiro uma queda expressiva de 11,2% no número de pessoas desocupadas comparativamente a janeiro de 2006 e de 12,7% em relação a fevereiro de 2005, sendo a única região a assinalar movimentação negativa. Por outro lado, Recife apresenta em fevereiro do corrente ano uma estabilidade do número de pessoas deso-

cupadas, na comparação com o mês anterior e crescimento de 27,3% em relação a fevereiro do ano passado (Gráfico 18).

Já a população ocupada não se alterou nas regiões metropolitanas do Nordeste, pesquisadas pelo IBGE, na comparação com o mês anterior. Por outro lado, Salvador assinalou um crescimento de 3,3% no contingente de pessoas ocupadas, no confronto com fevereiro de 2005.

No que se refere às ocupações segundo os diferentes vínculos de trabalho, as informações das seis regiões investigadas revelam uma estabilidade dos empregos com carteira assinada no setor privado, no confronto com janeiro de 2006. Em contrapartida, os empregos sem carteira assinada no setor privado assinalaram queda de -3,4% nesse indicador. Comparativamente a fevereiro de 2005, o quadro foi de crescimento para os “com carteira” (5,1%) e de estabilização dos “sem carteira” (Gráfico 19).

Vale mencionar que a expansão do número de trabalhadores com carteira assinada tem sido superior à das modalidades consideradas informais (trabalhadores sem carteira e trabalhadores por conta própria), desde fevereiro de 2005.

Constata-se que Recife e Salvador apresentaram estabilidade no número de empregados com carteira em fevereiro de 2006, em relação a igual período do ano anterior. Entretanto, Recife se destaca com uma variação de 4,7% ante janeiro de 2006. Nas modalidades de inserção consideradas informais (trabalhadores sem carteira e trabalhadores por conta própria), observou-se uma estabilidade em fevereiro de 2006 na comparação mensal (mês/mês anterior) e anual (mês/mesmo mês do ano anterior), ao mesmo tempo em que cresce a participação dos trabalhadores com carteira assinada no total da população ocupada (Gráfico 20).

¹¹⁰ Id.

¹¹¹ Id.



Gráfico 18 – Evolução da população desocupada (em mil pessoas)

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE de Conjuntura Econômica.

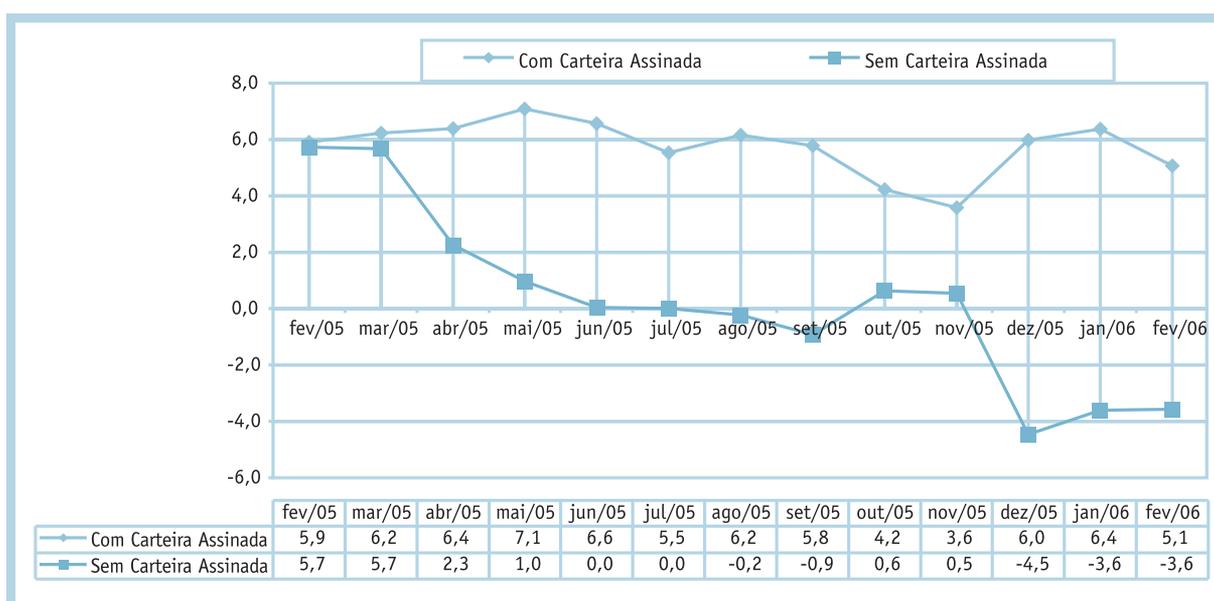


Gráfico 19 – Evolução da ocupação segundo as formas de inserção do trabalhador no mercado de trabalho: trabalhadores com carteira e sem carteira no setor privado (variação mês/ mesmo mês do ano anterior)

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE de Conjuntura Econômica.

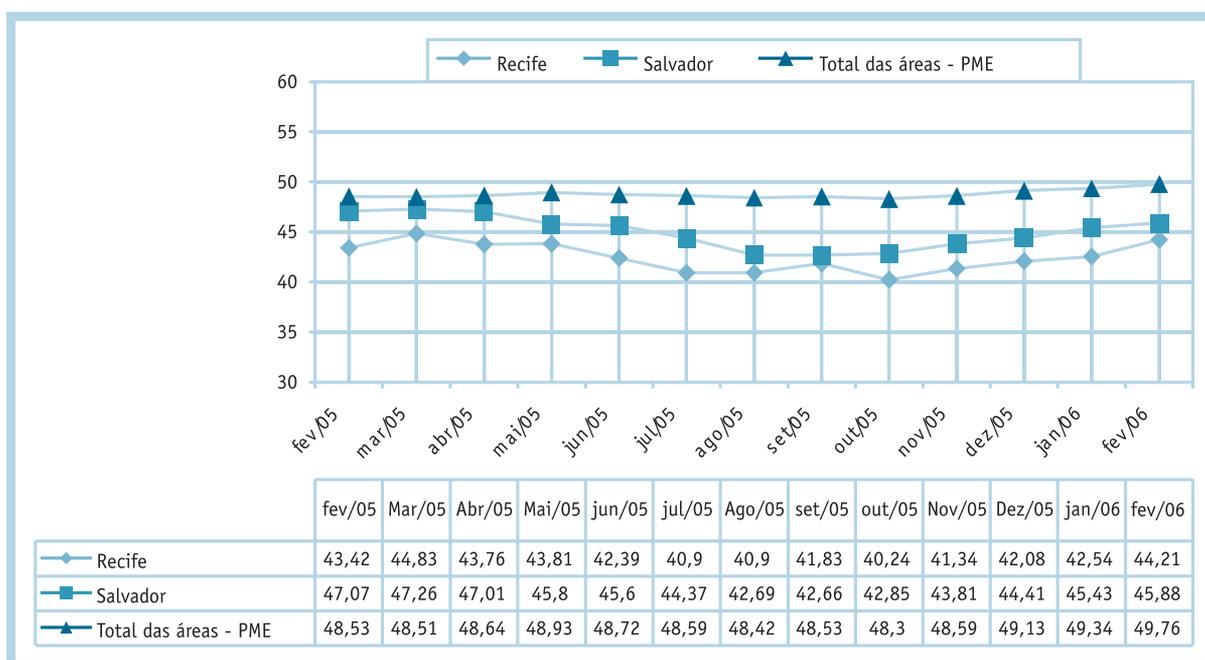


Gráfico 20 – Participação dos trabalhadores com carteira assinada no total da população ocupada (fev.05/fev.06)

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE de Conjuntura Econômica.

4.2 - Rendimento

Em fevereiro, o rendimento médio real habitualmente recebido¹¹² pelos trabalhadores das seis regiões metropolitanas pesquisadas pela PME¹¹³ foi estimado em R\$ 999,80 – crescimento de 1,1% em relação a janeiro último. Já na comparação com o mesmo mês de 2006, o rendimento médio aumentou 2,5%. Esse resultado ocorre após a queda de 1,2% em janeiro.

Vale salientar que, em 2005, o rendimento real médio teve uma evolução de 2,0%, após quedas reais de 0,7% em 2004 e 11,1% em 2003. Esse movimento de recuperação do rendimento, associado à elevação do emprego, permitiu um incremento de 5,0% da massa salarial¹¹⁴ (Gráfico 21).

No que se refere aos rendimentos reais, relativos às formas de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, os dados de fevereiro de 2006 revelam uma expansão de 1,4% nos trabalhadores com carteira assinada no setor privado e de 0,5% nos trabalhadores por conta própria, na comparação mês/mês anterior. Em contraposição, foi registrada retração de -2,4% nos rendimentos dos trabalhadores sem carteira assinada no setor privado.

Na comparação mês/mesmo mês do ano anterior, as modalidades de inserção consideradas informais registraram incrementos nos seus rendimentos médios, com destaque para o avanço de 3,5% dos rendimentos reais dos “sem carteira”. Já

¹¹² Para o cálculo do rendimento real do conjunto das seis regiões metropolitanas, o IBGE utiliza como deflator a média ponderada dos índices de preços dessas regiões. A variável de ponderação é a população residente na área urbana da região metropolitana.

¹¹³ IBGE, op. cit.

¹¹⁴ A massa salarial representa o produto do total de trabalhadores ocupados pelos rendimentos médios reais efetivamente recebidos.

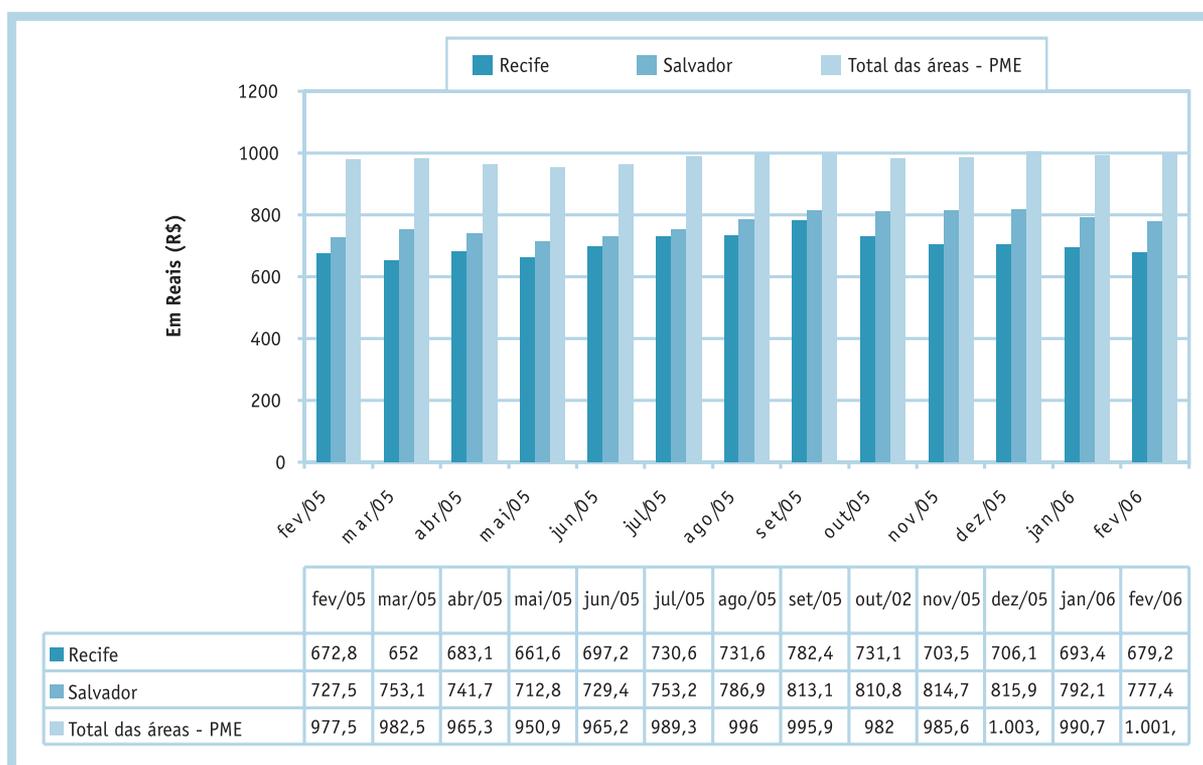


Gráfico 21 – Rendimento médio real habitualmente recebido para o total das áreas cobertas pela PME, Recife e Salvador (fev.05/mar.05)

Fonte: IBGE. *Pesquisa mensal de emprego*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 jan. 2006.
Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

o rendimento médio dos “com carteira” assinou uma estabilidade. Portanto, o aumento do rendimento médio está relacionado com a expansão dos rendimentos dos trabalhadores considerados informais (Tabela 26).

Com relação às regiões nordestinas investigadas, Recife exibe uma retração de 2,0% do rendimento real em relação ao mês anterior. Na comparação com fevereiro de 2005, ocorreu uma recuperação do poder de compra de 0,9%. Avaliando os rendimentos segundo os diferentes vínculos de trabalho, a categoria dos “com carteira no setor privado” registrou aumento do rendimento médio de 2,2% comparativamente ao mês anterior. Por outro lado, constatou-se uma diminuição dos rendimentos dos trabalhadores sem carteira de -3,8% na comparação mês/mês anterior.

Salvador registra uma queda de 1,9% do rendimento médio real em relação ao mês anterior, e um incremento significativo de 6,9% comparativamente a fevereiro de 2005. Segundo as modalidades de inserção, os dados apontam para uma expansão no rendimento dos empregados com carteira (4,3%) e dos empregados sem carteira (3,7%) e uma diminuição para os “por conta própria” (-2,8%).

A estabilidade do rendimento médio real dos trabalhadores “com carteira” decorre, principalmente, das conquistas salariais obtidas em 2005. Pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE)¹¹⁵ aponta para a continuidade da tendência favorável de recomposição do poder aquisitivo dos trabalhadores iniciada em 2004. Das 640 negociações coletivas entre entidades

¹¹⁵ DIEESE. *Negociação dos reajustes salariais em 2005*. Estudos e Pesquisas, ano 2, n. 18, mar. 2006. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: 20 abr. 2006.

Tabela 26 – Rendimentos médios habitualmente recebidos segundo setor e posição na ocupação: variação ante o mesmo mês do ano anterior (*)

Meses	Ocupados				
	Total	Setor Público	Setor Privado		Conta-Própria
			Com-carteira	Sem-carteira	
Média 2003*	-12,9	-7,2	-7,9	-7,5	-20,4
Média 2004	-0,7	-1,9	0,3	-0,2	-0,1
Média 2005	2,0	4,0	-0,8	5,1	1,8
Jan./05	2,2	4,1	-1,3	9,6	-1,1
Fev./05	2,6	7,1	-1,4	8,0	1,6
Mar./05	1,7	3,7	-0,8	6,4	-2,6
Abr./05	0,8	4,5	-2,6	4,0	-2,9
Mai./05	0,0	2,6	-1,7	-2,6	-4,2
Jun./05	-0,3	3,3	-2,0	0,0	-0,9
Jul./05	1,6	4,3	-1,0	3,8	0,7
Ago./05	3,7	5,6	1,9	5,4	4,2
Set./05	2,0	2,3	0,3	1,3	6,7
Out./05	1,8	1,3	-1,0	7,3	3,8
Nov./05	2,1	5,5	-0,4	4,1	5,2
Dez./05	5,8	3,9	0,7	13,5	11,5
Jan./06	2,3	2,7	0,0	4,3	5,7

Fonte: IPEA. *Boletim de Conjuntura* n.72 mar. 2006. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006.

(*) Média de março a dezembro.

representativas dos trabalhadores e dos empresários avaliadas, 72% conseguiram reajustes superiores à inflação acumulada no espaço de um ano – de acordo com o INPC-IBGE.

Em 16% das negociações, os reajustes corresponderam exatamente à inflação. Somente 12% das negociações foram insuficientes para recompor a inflação. Vale salientar que 88% do total obtiveram reajustes no mínimo igual à inflação. Esse resultado é o maior observado pelo Dieese¹¹⁶ desde o início da pesquisa

em 1996, superando os valores de 2004, quando 82% das negociações foram iguais ou superiores à inflação (Tabela 27).

Do ponto de vista regional, 60% de um total dos 128 acordos coletados na região Nordeste, conquistaram ganhos reais. Apesar dos números estarem abaixo dos registrados nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, é o melhor resultado observado pelo Dieese para a região Nordeste (Tabela 28).

Tabela 27 – Distribuição de reajustes salariais por região geográfica, em comparação com o INPC-IBGE Brasil, 2005

Variação	Região						Total
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Nacional*	
Acima do INPC-IBGE	43,5	60,2	80,5	81,1	69,2	78,3	71,7
Igual ao INPC-IBGE	30,4	16,4	12,2	11,5	20,7	17,4	16,3
Abaixo do INPC-IBGE	26,1	23,2	7,3	7,5	10,1	4,3	12,0
Total (n.)	23	128	41	227	198	23	640

Fonte: DIEESE. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: 19 abr. 2006.

Notas: (*) Nota inclui os resultados de acordos ou convenções coletivas de trabalho com abrangência inter-regional.

¹¹⁶ Id.

Tabela 28 – Distribuição de reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE Brasil, 2005

Variação	n.	%
Acima do INPC-IBGE	459	71,7
Mais de 5% acima	1	0,2
De 4,01% a 5% acima	3	0,5
De 3,01% a 4% acima	19	3
De 2,01% a 3% acima	53	8,3
De 1,01% a 2% acima	161	25,2
De 0,01% a 1% acima	222	34,7
Igual ao INPC-IBGE	104	16,3
De 0,01% a 1% abaixo	58	9,1
De 1,01% a 2% abaixo	12	1,9
De 2,01% a 3% abaixo	2	0,3
De 3,01% a 4% abaixo	2	0,3
De 4,01% a 5% abaixo	2	0,3
Mais de 5% abaixo	1	0,2
Abaixo do INPC-IBGE	77	12,0
Total	640	100,0

Fonte: DIEESE. Disponível em <www.dieese.org.br>. Acesso em: 19 abr. 2006.

4.3 – Considerações Adicionais sobre a Criação de Emprego Formal

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregos (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)¹¹⁷, o nível de emprego no primeiro bimestre de 2006 foi o maior já registrado nos últimos quatro anos. Ou seja, um total de 263.248 novos postos de trabalho, correspondendo um incremento de 1,01% se comparado com o mesmo período do ano passado, que registrou um aumento de 189.257 postos de trabalho. A expansão registrada, no período, confirma a tendência de crescimento do emprego formal no Brasil.

Os últimos doze meses registra a criação de 1.327.971 postos de trabalho formal. Já, em fevereiro de 2006, o nível de emprego formal apresentou o melhor resultado para o mês desde a criação da pesquisa. O saldo líquido foi de 176.632 empregos formais, um crescimento de 0,68% em relação ao mês anterior.

Todos os setores de atividade econômica obtiveram um desempenho positivo em fevereiro. Esse resultado esteve fortemente associado à conjuntura macroeconômica que propiciou novos investimentos e contratações e à presença de fatores sazonais. O Serviços foi o setor que obteve o maior número de empregos gerados, contabilizando 77.966. Tal desempenho deve-se a fatores sazonais relacionados ao início do período escolar e às atividades turísticas. É no setor agropecuário que se percebe a grande diferença entre o Nordeste e Centro-Sul. Neste, o patamar de 29.360 empregos, gerados por conta da antecipação da safra, compensa o déficit negativo da ocupação desse setor no Nordeste. Na Indústria de Transformação, observa-se uma retomada na criação de empregos formais — reflexo da redução da taxa Selic — com a geração de 23.558 novas vagas formais,

¹¹⁷ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. CAGED. Disponível em: <www.caged.com.br>. Acesso em: 21 mar. 2006.

Tabela 29 – Variação absoluta no acumulado do ano do emprego formal, segundo os setores de atividade econômica: Brasil.

Mês/ Ano	Total das Atividades	Extrativa Mineral	Ind. De Transf.	S.I.U.P	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária
Jan. a Fev./03	119.514	694	28.883	1.797	-13.064	11.167	61.274	9.729	18.884
Jan. a Fev./04	239.180	1.476	74.186	2.715	15.611	23.315	86.418	9.296	26.159
Jan. a Fev./05	189.257	1.821	33.654	4.521	8.789	19.833	105.161	12.827	2.640
Jan. a Fev./06	263.248	2.616	42.966	3.551	36.237	14.047	117.975	13.543	32.313

Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. CAGED. Disponível em: <www.caged.com.br>. Acesso em: 21 mar. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

que representa um aumento de 0,38% em comparação ao mês anterior. O resultado do setor de Construção Civil foi bastante influenciado pelo estímulo das medidas governamentais nesta área, bem como, os investimentos em infra-estrutura com a “Operação tapa-buraco”.

No que se refere ao acumulado no ano, todos os setores da economia apresentaram crescimento no nível de emprego no período, com destaque para os seguintes: Construção Civil (3,10% ou 36.237 vagas), seguido da Agropecuária (2,79% ou 32.313 vagas), e Administração Pública (2,34% ou 13.543 vagas).

Regionalmente, o emprego no Nordeste vem sendo incrementado por uma segunda onda de implantação industrial, a exemplo das indústrias de Camaçari-Bahia e outros investimentos no setor de turismo e infra-estrutura (ATTUCH; FALCÃO, 2006)¹¹⁸. A expansão industrial vem promovendo alterações no PIB, com repercussões a longo prazo na criação de novos postos de trabalho.

No curto prazo, entretanto, devido a fatores sazonais, com exceção da Bahia e Piauí, todos os demais estados da região Nordeste apresentaram perdas significativas de postos de trabalho em fevereiro. O saldo da Região ficou em -27.013 empregos celetistas, queda de 0,7% em relação a janeiro de 2006. Esta queda tem como uma das causas o ajuste sazonal motivado pela colheita de cana. A entressafra da cana-de-açúcar repercutiu em toda a cadeia agroindustrial

da Região. Os estados que mais eliminaram postos de trabalho foram Pernambuco e Alagoas, redução de 12.788 e 11.150 empregos formais, respectivamente (Gráfico 22).

Pelo quarto mês consecutivo, Alagoas registrou saldo negativo de 11.150 empregos com carteira assinada, correspondendo à variação de -4,59% em comparação a janeiro. Os setores que contribuíram para essa queda foram a Indústria de Transformação e a Agricultura, fechando, respectivamente, -11.784 e -315 postos de trabalho formal. Tal performance está vinculada à entressafra da cana-de-açúcar e aos seus reflexos na cadeia do agronegócio. No acumulado do ano, o Estado contabilizou a perda de 15.135 vagas, uma retração de 6,14%. Nos últimos doze meses, o Estado contabilizou a abertura de 5.825 postos de trabalho com carteira assinada.

Ao contrário da região Nordeste como todo, o nível de emprego formal na Bahia vem mantendo a trajetória positiva de criação de empregos com carteira assinada. Em fevereiro, foram criados 2.449 novos postos de trabalho formais, um acréscimo de 0,22% em comparação com o mês anterior. Os setores que contribuíram para a geração de novos postos de trabalho foram Serviços (0,38%) e Comércio (0,24%). No entanto, a Indústria de Transformação, a Administração Pública e os Serviços de Utilidade Pública apresentaram queda nas contratações no mês em análise. No acumulado do ano, o Estado contabilizou 9.443 novas vagas com carteira assinada, variação de 0,86% em relação ao perí-

¹¹⁸ ATTUCH, L.; FALCÃO, M. O nordeste tem força. Isto é dinheiro, São Paulo, n. 447, 12 abr. 2006.

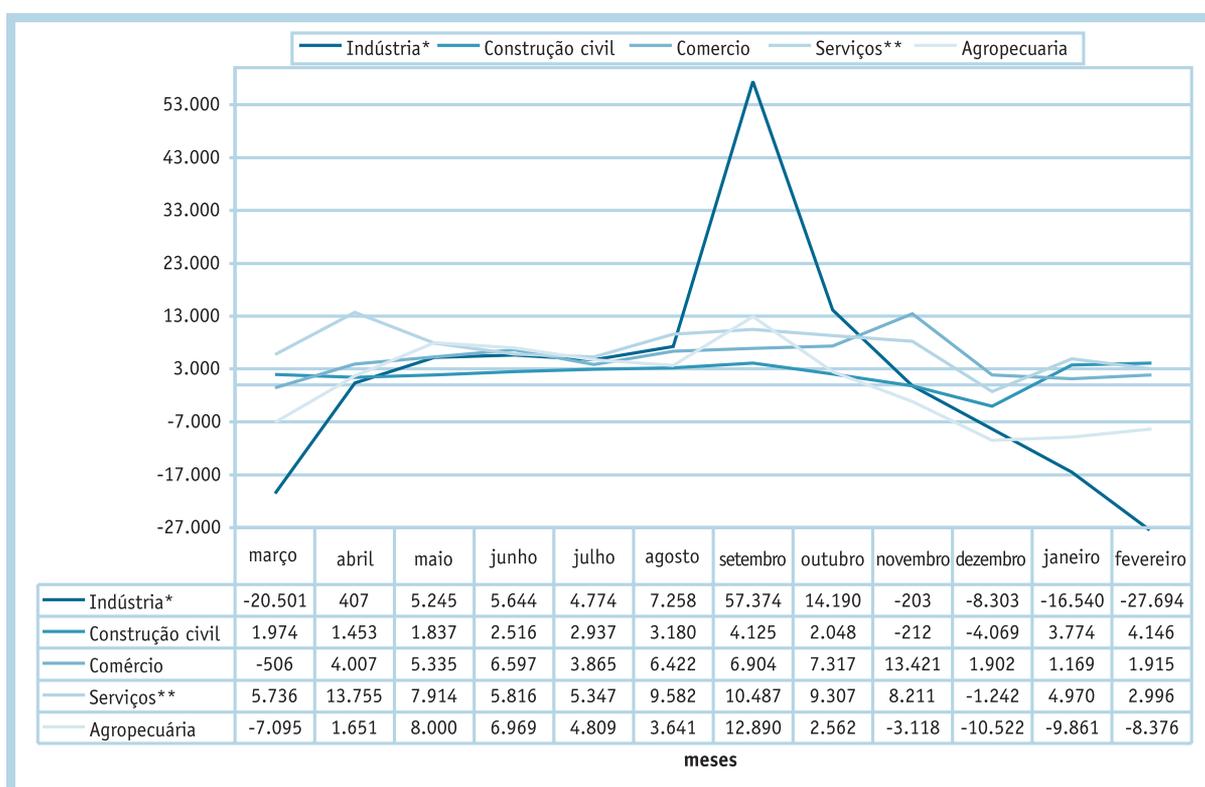


Gráfico 22 – Nordeste: evolução do emprego formal (12 meses)

Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. CAGED. Disponível em: <www.caged.com.br>. Acesso em: 21 mar. 2006.
Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Notas: (*) Inclui: Extrativa Mineral, Indústria de Transformação e Serv. Ind. Utilidade Pública.
(**) Inclui: Serviços e Administração Pública.

do anterior. Já nos últimos doze meses, foram registrados 65.401 novos empregos celetistas.

O Estado do Ceará, nos últimos 12 meses, registrou abertura de 29.018 vagas, registrando expansão de 4,62%. No Estado vem ocorrendo desde dezembro do ano passado, queda no nível de emprego. No primeiro bimestre, a variação acumulada foi -0,45% ou -2.898 vagas. O emprego formal em fevereiro reduziu-se em -0,08% em relação a janeiro, tendo uma redução de 494 postos de trabalho. No mês de fevereiro, os dois setores que mais contribuíram para a queda do número de postos de trabalho foram o da Indústria de Transformação (-1,05% ou -1.887 vagas) e a Agricultura (-2,87% ou -447 vagas). Já Construção Civil (+4,08% ou 1.160 vagas), o Comércio (+0,19% ou 244 vagas) e os Serviços (0,12% ou 313 vagas) incrementaram o nível de emprego.

Segundo o CAGED¹¹⁹, o Estado do Maranhão sofreu uma redução no nível de emprego de 0,15% em relação a janeiro, quando o Estado registrou saldo positivo de 533 novos postos de trabalho. Em fevereiro ocorreu uma diminuição de 366 empregos formais resultado esse, sensivelmente inferior ao registrado no mesmo mês de 2005, quando se verificou a geração de 425 vagas. No período janeiro-fevereiro, o estoque de emprego apresentou variação positiva de 0,07% ou 167 novos empregos formais. Setorialmente, o destaque negativo ficou por conta da Indústria de Transformação (-1,48% ou -378 postos) e os Serviços (-0,20% ou -200 postos). Por outro lado, o Comércio (0,25%) e a Agricultura (0,69%) foram responsáveis pelo incremento de 167 e 79 novos postos de trabalho, respectivamente. Cabe destacar que, entre os ramos de atividade, os piores desempenhos fica-

¹¹⁹ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. CAGED. Disponível em: <www.caged.com.br>. Acesso em: 21 mar. 2006.

ram por conta dos Serviços de Comércio e Administração de Imóveis (-604 vagas ou -2,49%). No que se refere aos últimos doze meses, o saldo líquido de emprego formal foi de 11.379.

No Estado da Paraíba, o emprego formal em fevereiro reduziu-se em -0,57% em relação a janeiro, correspondendo a -1.246 postos de trabalho, resultado ocasionado por fatores sazonais do complexo da agroindústria. No mês de fevereiro, os dois setores que mais contribuíram para a queda de postos de trabalho foram o da Indústria de Transformação (-0,80% ou -429 novas vagas) e a Agricultura (-16,98% ou -1.915 novas vagas). Já a Construção Civil (+3,62% ou 458 vagas), o Comércio (+0,32% ou 400 vagas) e os Serviços (0,57% ou 158 vagas) incrementaram o nível de emprego no Estado. No primeiro bimestre, a variação acumulada foi -2,98% ou -6.724 vagas. Nos últimos 12 meses o nível de emprego registrou abertura de 10.850 vagas, registrando expansão de 5,16%, vem ocorrendo desde dezembro do ano passado, queda no nível de emprego.

Segundo dados do CAGED¹²⁰, Pernambuco apresentou o segundo mês consecutivo de queda em fevereiro, variação de -1,66% em relação ao mês anterior, com perda de 12.788 postos de trabalho. Este resultado foi ocasionado principalmente pelo período de entressafra no Estado e diminuindo o desempenho das atividades sucroalcooleiras. Nos dois primeiros meses do ano o estoque de emprego sofreu uma redução de 23.004 postos, -2,94%. Os dados do CAGED¹²¹ revelam que, tanto no mês quanto no ano, Pernambuco registrou o pior desempenho da região. Em fevereiro, os setores que favoreceram esse resultado foram a Indústria de Transformação, com uma redução de 12.192 postos ou -8,00% e a Agricultura, que apresen-

tou queda no saldo líquido de 3.555 ou -6,71%. Dos setores que registraram saldo positivo destaca-se o de Serviços, responsável pelo incremento de 1.944 novos empregos. Entre os ramos de atividade, o pior desempenho ficou a cargo da Indústria de Produtos Alimentícios com a eliminação de 12.750 postos de trabalho, -16,64%. Entretanto, os Serviços de ensino, Serviços de Alojamento e alimentação contribuíram com 764, 454 e 344 novas vagas respectivamente. Esse fato ocorre devido o início do ano letivo e do turismo. Nos últimos doze meses, o Estado obteve o segundo melhor resultado, contabilizando 37.928 postos de trabalho formal.

Depois de dois meses sucessivos de queda no nível de emprego, o Estado do Piauí apresentou em fevereiro um acréscimo de 50 contratações ou incremento de 0,02%, em relação a janeiro. O setor de Serviços foi a atividade econômica que atingiu melhor resultado, criando 421 oportunidades de trabalho. Foram eliminados postos de trabalho nos setores da Indústria de Transformação (-1,42% ou 305 vagas), da Agricultura (-1,18% ou 47 vagas) e do Comércio (-0,04% ou 18 vagas). Apesar do crescimento ocorrido em fevereiro, no primeiro bimestre, a variação acumulada foi negativa (-0,16% ou -351 vagas). Nos últimos 12 meses, o emprego formal obteve expansão de 2,95% ou 6.138 vagas.

No Estado do Rio Grande do Norte, foram eliminados 2.375 postos de trabalhos formais pelo segundo mês consecutivo. Em termos relativos, essa queda corresponde a 0,85% em relação ao mês anterior. Setorialmente, Serviços (-2.175), Agricultura (-866) e Comércio (-191) registraram queda na criação de empregos formais. Por outro lado, a Construção Civil e a Indústria de Transformação abriram, respectiva-

¹²⁰ Id.

¹²¹ Id.

mente, 737 e 101 novas vagas com carteira assinada. No que se refere aos dois primeiros meses do ano, o Estado registrou a perda de 5.629 empregos com carteira assinada. Já nos últimos doze meses, foram contabilizados 14.311 novas contratações.

Sergipe não obteve o mesmo desempenho registrado em janeiro, quando o Estado obteve o melhor resultado em termos relativos da região com 943 postos criados, 0,6%. Para fevereiro, o nível de emprego apresentou uma queda de 1.093 postos de trabalho, variação de

-0,64%. No acumulado do ano, a variação acumulada foi de +0,38% ou 630 oportunidades de trabalho. Os setores responsáveis pela diminuição do nível de emprego formal foram, a Agricultura, -1.433 postos ou -17,59%, e a Indústria de Transformação, -816 postos ou -2,79%. Em contrapartida, Construção Civil (6,27%), Comércio (0,26%) e os Serviços (0,06%) foram responsáveis pela criação de 892, 99 e 41 novos postos de trabalho respectivamente. Nos últimos doze meses, foram criados 7.330 empregos celetistas. ●

5 - SETOR EXTERNO

5.1 - Balança Comercial Brasileira

As exportações, em fevereiro de 2006, somaram US\$ 8,750 bilhões, cifra recorde para esse mês. Sobre fevereiro de 2005, cresceram 12,8% e sobre janeiro de 2006, também, apresentaram crescimento, de 15,4%.

As importações totalizaram US\$ 5,929 bilhões, valor recorde para esse mês, superando as do mesmo período de 2005 em 19,1%, quan-

do atingiram US\$ 4,980 bilhões. Relativamente a janeiro de 2006 a elevação foi de 12,8%.

O saldo comercial de US\$ 2,821 bilhões é recorde histórico para meses de fevereiro. No acumulado do ano, o saldo comercial de US\$ 5,665 bilhões é, também, recorde para o período janeiro/fevereiro, e apresentou um crescimento de 14,1% relativamente ao mesmo período de 2005, conforme se vê no Gráfico 23.

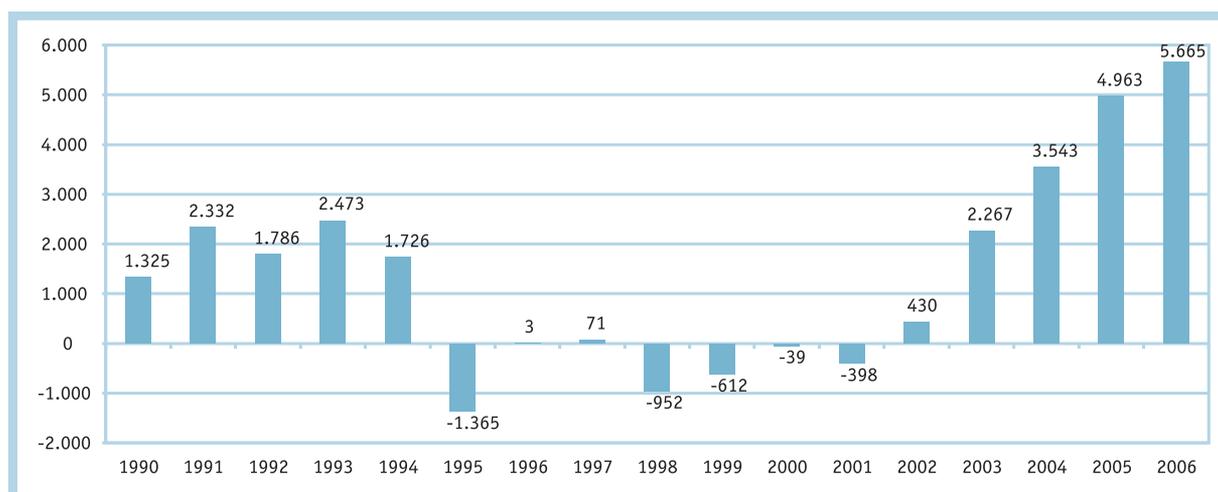


Gráfico 23 – Brasil: saldos dos primeiros bimestres da balança comercial (1990 a 2006) (US\$ milhões FOB)

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Aliceweb.

Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE de Conjuntura Econômica.

5.1.1 Exportações

Apesar da apreciação cambial, no acumulado do ano, as exportações somaram US\$ 18,021 bilhões, no primeiro bimestre, valor recorde histórico para esse período, com incremento de

15,6% sobre iguais meses de 2005 (variação pelo critério da média diária).

A decomposição das exportações por fator agregado revela que o crescimento está presen-

te em todas as classes de produtos, registrando-se aumentos de 12,1% para os produtos manufaturados, de 29,7% para os básicos e de 2,5% para os semimanufaturados.

A categoria de produtos básicos assinalou crescimentos mais expressivos nos seguintes produtos: óleos brutos de petróleo (+134,6%, para US\$ 956,5 milhões, Estados Unidos, Chile, Portugal e China); soja em grão (+109,2%, para US\$ 350,6 milhões, Holanda, Irã, China e Espanha); algodão em bruto (+64,3%, para US\$ 74,5 milhões, China, Indonésia, Paquistão e Argentina); minérios de ferro e seus concentrados (+53,4%, para US\$ 1,2 bilhão, China, Japão, Alemanha e Itália); caulim e outras argilas caulínicas (+27,2%, para US\$ 46,3 milhões, Bélgica, Estados Unidos, Holanda e Finlândia); carne de frango congelada, fresca ou resfriada (+20,3%, para US\$ 488,9 milhões, Japão, Arábia Saudita, Venezuela e Hong Kong); carne bovina congelada, fresca ou resfriada (+19,4%, para US\$ 335,3 milhões, Rússia, Egito, Itália e Holanda); e café cru em grão (+12,2%, para US\$ 411,6 milhões, Alemanha, Estados Unidos, Itália e Japão).

Nas exportações de produtos manufaturados, destacam-se os acréscimos nas vendas de: óleos

combustíveis (+256,1%, para US\$ 365,4 milhões, Bahamas, Cingapura, Paraguai e Chipre); ônibus (+152,1%, para US\$ 46 milhões, Chile, Nigéria, Guatemala e Venezuela); motores de pistão (+102,4%, para US\$ 25 milhões, Estados Unidos, Argentina, Espanha e Venezuela); motores, geradores e transformadores elétricos e suas partes (+82,6%, para US\$ 216,5 milhões, Estados Unidos, Equador, Cuba e Colômbia).

Quanto aos semimanufaturados, sublinham-se os desempenhos nas vendas externas, principalmente, de: alumínio em bruto (+60,5%, para US\$ 248,8 milhões, Japão, Suíça, Bélgica e Holanda); ligas de alumínio em bruto (+49,4%, para US\$ 91 milhões, Estados Unidos, Holanda, Colômbia e Nigéria); celulose (+25%, para US\$ 370,9 milhões, Estados Unidos, Holanda, China e Bélgica); couros e peles, depilados, exceto em bruto (+21,4%, para US\$ 240,7 milhões, Itália, China, Hong Kong e Estados Unidos); catodos de níquel (+22,4%, para US\$ 27,9 milhões, Japão, Estados Unidos, Índia e Coreia do Sul); ouro em formas semimanufaturadas para uso não monetário (+18,9%, para US\$ 67,2 milhões, Estados Unidos, Emirados Árabes, Cana-

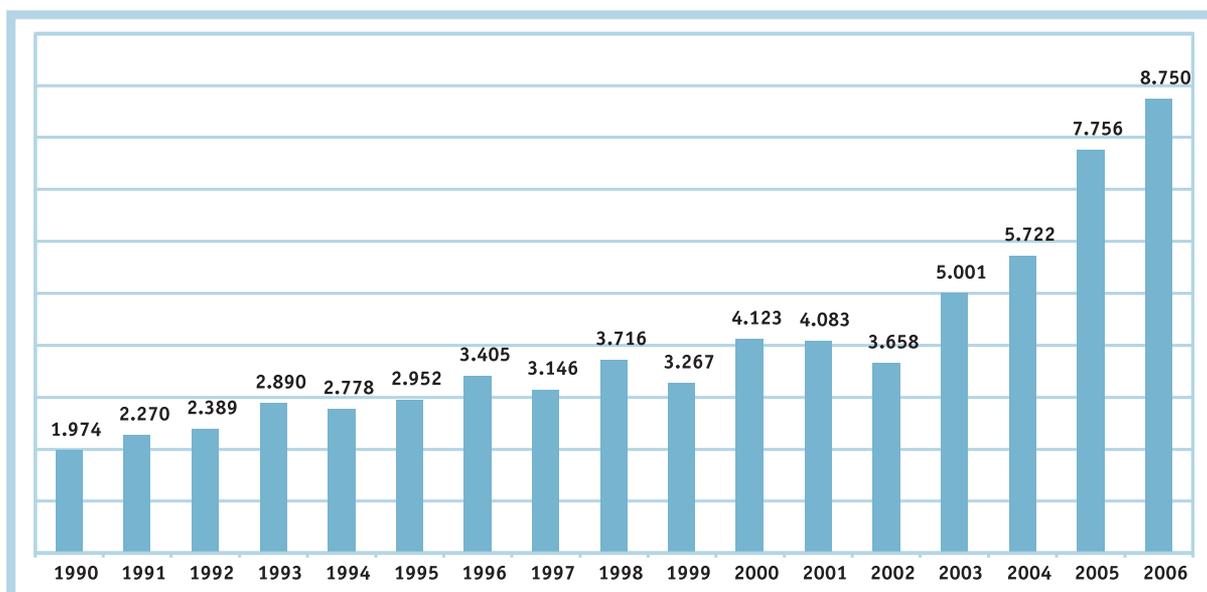


Gráfico 24 – Brasil: exportações (Fev. 1990 a 2006) (US\$ Milhões FOB)

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Aliceweb.

Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE de Conjuntura Econômica.

Tabela 30 – Brasil: exportação por fator agregado. (jan.-fev./2006/2005) (US\$ milhões FOB)

	Janeiro/Dezembro		Var.% 2006/06 p/média diária	Part. %	
	2006	2006		2006	2005
Básicos	4.829	3.629	29,7	26,8	23,9
Industrializados	12.721	11.269	10,1	70,6	74,1
Semimanufaturados	2.513	2.391	2,5	13,9	15,7
Manufaturados	10.208	8.878	12,1	56,6	58,4
Op. Especiais	471	302	52,1	2,6	2,0
Total	18.021	15.200	15,6	100,0	100,0

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Aliceweb.

Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE de Conjuntura Econômica.

Fonte: Fevereiro/2006: 18 dias úteis; Janeiro/2006: 22 dias úteis; Fevereiro/2005: 18 dias úteis.

dá e Reino Unido); e açúcar de cana em bruto (+6,2%, para US\$ 329,6 milhões, Rússia, Malásia, Nigéria e Arábia Saudita).

Como já foi comentado em outros números desta publicação, a apreciação cambial não re-

percuta com a mesma força em todos os setores exportadores, pois, aqueles com maiores elevações de preços no mercado internacional e os respectivos ganhos de produtividade puderam compensar, total ou parcialmente, as perdas advindas do comportamento do câmbio.

5.1.2 - Importações

No primeiro bimestre de 2006, as importações brasileiras somaram US\$ 12,356 bilhões, representando incremento de 17,7% relativamente aos dois primeiros meses de 2005 (pelo critério da média diária). No período, todas as categorias apresentaram ampliação nos gastos: bens de consumo (+29,2%), bens de capital (+23,4%), combustíveis e lubrificantes (+19,0%) e matérias-primas e intermediários (+12,8%), conforme Tabela 31.

Na categoria de bens de consumo, ampliaram-se as vendas de bens duráveis (+31,9%) e bens não-duráveis (+27,1%). Contribuíram para o aumento dos bens duráveis os seguintes produtos: máquinas e aparelhos para uso doméstico (+66,0%), automóveis de passageiros (+49,4%), móveis e outros equipamentos para casa (+39,7%), utensílios domésticos (+36,3%), objetos de adorno e uso pessoal (+15,6%) e partes e peças para bens de consumo duráveis (+10,6%). No rol dos bens não-duráveis, os principais acréscimos foram apontados em: vestuário e confecções (+60,2%), bebidas e tabacos (+49,9%), produtos farmacêuticos (+31,2%), produtos alimentícios (+21,3%) e produtos de toucador (+10,9%).

Quanto à categoria bens de capital, destaca-se o aumento nas aquisições de equipamento fixo de transporte (+144,7%), maquinaria industrial (+41,7%), máquinas e aparelhos de escritório e serviço científico (+40,7%), ferramentas (+17,0%), partes e peças para bens de capital para indústria (+15,5%), acessórios de maquinaria industrial (+8,5%) e equipamento móvel de transporte (+3,3%).

No que se refere a combustíveis e lubrificantes, o aumento das importações decorreu da elevação dos preços internacionais do petróleo e de carvão, e das maiores quantidades de óleos combustíveis.

O aumento dos gastos com matérias-primas e intermediários, categoria mais relevante dos produtos importados pelo Brasil – respondendo por 50,9% das compras totais nos dois primeiros meses de 2006 – deve-se, principalmente, ao crescimento de partes e peças para equipamentos de transporte (+43,3%), materiais de construção (+43,3%), alimentos para animais (+36,6%), produtos alimentícios (33,4%), pro-

Tabela 31 – Brasil: importação por categoria de uso (jan.-fev./2006/2005) (US\$ milhões FOB)

	Janeiro/Fevereiro		Var.% 2006/05 p/média diária	Part. %	
	2006	2005		2006	2005
Bens de Capital	2.578	2.037	23,4	20,9	19,9
Matérias-primas e Intermediários	6.294	5.440	12,8	50,9	53,1
Bens de Consumo	1.471	1.110	29,2	11,9	10,8
- Não-duráveis	808	620	27,1	6,5	6,1
- Duráveis	663	490	31,9	5,4	4,8
. Automóveis	141	92	49,4	1,1	0,9
Combustíveis e Lubrificantes	2.013	1.650	19,0	16,3	16,1
- Petróleo	1.074	1.193	-12,2	8,7	11,7
- Demais	939	457	100,3	7,6	4,5
Total	12.356	10.237	17,7	100,0	100,0

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Aliceweb.

Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE de Conjuntura Econômica.

duto minerais (+30,4%), partes e peças de produtos intermediários (+21,2%), produtos agropecuários não alimentícios (+14,5%), produtos químicos e farmacêuticos (+13,7%) e acessórios de equipamento de transporte (+4,8%).

No período janeiro-fevereiro de 2006, comparado com igual período de 2005, o crescimento

das importações brasileiras deveu-se à ampliação das aquisições de produtos de todos os principais blocos econômicos, com exceção apenas da África (-18,9%), destacando-se: Aladi, exclusive Mercosul (+64,3%); Ásia (+45,4%); Oriente Médio (+28,7%); Europa Oriental (+21,1%); Estados Unidos (+16,8%); Mercosul (+9,4%); e União Européia (+3,6%) (Tabela 32).

Tabela 32 – Brasil: importação: principais blocos econômicos (jan.-fev./2006/2005) (US\$ milhões FOB)

	Janeiro/Dezembro		Var.% 2006/05 p/média diária	Part. %	
	2006	2005		2006	2005
ÁSIA	3.173	2.127	45,4	25,7	20,8
- China	979	649	47,1	7,9	6,3
UNIÃO EUROPEIA	2.943	2.769	3,6	23,8	27,0
EUA (1)	2.165	1.808	16,8	17,5	17,7
ALADI	2.023	1.544	27,7	16,4	15,1
- MERCOSUL	1.152	1.027	9,4	9,3	10,0
- Argentina	1.008	908	8,2	8,2	8,9
- DEMAIS DA ALADI	871	517	64,3	7,0	5,1
ÁFRICA	848	1.019	-18,9	6,9	10,0
ORIENTE MÉDIO	400	303	28,7	3,2	3,0
EUROPA ORIENTAL	200	161	21,1	1,6	1,6
DEMAIS	604	506	16,4	4,9	4,9
TOTAL	13.356	10.237	17,7	100,0	100,0

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Aliceweb.

Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE de Conjuntura Econômica.

Fonte: (1) inclui Porto Rico.

5.2 – Balança Comercial Nordestina

A corrente de comércio nordestina — exportações mais importações — alcançou US\$ 2,9 bilhões nos dois primeiros meses deste ano, registrando um crescimento de 37,1% em

relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado superou a taxa de crescimento da corrente de comércio brasileira que foi de 19,4%, levando a um aumento da participação

do Nordeste na corrente de comércio do País, de 8,2% para 9,5% (Tabela 33).

As exportações da região Nordeste geraram uma receita cambial de US\$ 1,7 bilhão no primeiro bimestre de 2006, significando um crescimento de 24,4% sobre os valores observados no mesmo período de 2005, enquanto as exportações do Brasil apresentaram um crescimento de 18,6%, alcançando um valor total de US\$ 18,0 bilhões. O fato das exportações nordestinas terem crescido mais que as exportações do Brasil, no período em análise, acarretou um aumento da participação das exportações da Região nas exportações do País, de 8,8% para 9,2% (Tabela 34).

Já as importações nordestinas apresentaram um incremento de 59,7%, bem superior ao das suas exportações, no mesmo período, alcançando US\$ 1,2 bilhão. Tanto na análise mensal quanto na análise do acumulado do ano, verificam-se taxas de crescimento significativamente maiores do que as apresentadas pelo Brasil, relativamente ao mesmo período do ano anterior. Dessa forma, a região Nordeste elevou sua participação nas importações totais do País, de 7,4% para 9,8%, considerando o primeiro

bimestre de 2006 em relação ao mesmo período de 2005 (Tabela 35).

Enquanto o saldo comercial do Brasil permaneceu estável, o saldo do Nordeste apresentou recuo de janeiro para fevereiro deste ano. Em termos líquidos, o saldo comercial do Nordeste nos dois primeiros meses do ano foi positivo em US\$ 465 milhões, porém, inferior ao saldo obtido no mesmo período de 2005 (US\$ 588 milhões), fazendo com que a participação do Nordeste no saldo favorável da balança comercial brasileira se reduzisse de 11,8% para 8,2% (Tabela 36).

Analisando o desempenho das exportações nordestinas por classe de produtos, verifica-se que os produtos industrializados – compreendendo os manufaturados e os semimanufaturados – tiveram um crescimento de 26,1% no primeiro bimestre de 2006, com relação ao mesmo período de 2005. Dentre esses produtos, os semimanufaturados apresentaram maior incremento, 42,0%, contra os 18,3% dos produtos manufaturados. Já os produtos básicos apresentaram um crescimento de 28,8%.

Considerando as importações do Nordeste por fator agregado, verifica-se um incremento de 71,9% nas importações de produtos industrializa-

Tabela 33 – Corrente de comércio do Brasil e do Nordeste 2005 e 2006 (US\$ 1.000 FOB)

Período	Brasil	Nordeste	Part.% NE/BR 2006	Brasil	Nordeste	Part.% NE/BR 2005	Brasil	Nordeste
	2006	2006		2005	2005		Tx. de crescimento	Tx. de crescimento
							2006/2005	2006/2005
Janeiro	15.698.063	1.600.451	10,2	12.701.492	1.121.208	8,8	23,6	42,7
Fevereiro	14.678.640	1.274.696	8,7	12.736.481	975.955	7,7	15,2	30,6
Janeiro a Fevereiro	30.376.703	2.875.147	9,5	25.437.973	2.097.163	8,2	19,4	37,1

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 34 – Exportações do Brasil e do Nordeste 2005 e 2006 (US\$ 1.000 FOB)

Período	Brasil	Nordeste	Part.% NE/BR 2006	Brasil	Nordeste	Part.% NE/BR 2005	Tx. de crescimento	
	2006	2006		2005	2005		Brasil	Nordeste
							2006/2005	2006/2005
Janeiro	9.270.707	934.045	10,1	7.444.140	685.898	9,2	24,5	36,2
Fevereiro	8.750.217	736.127	8,4	7.756.287	656.728	8,5	12,8	12,1
Janeiro a Fevereiro	18.020.924	1.670.172	9,3	15.200.427	1.342.626	8,8	18,6	24,4

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 35 – Importações do Brasil e do Nordeste 2005 e 2006 (US\$ 1.000 FOB)

Período	Brasil	Nordeste	Part.% NE/BR 2006	Brasil	Nordeste	Part.% NE/BR 2005	Brasil	Nordeste
	2006	2006		2005	2005		Tx. de crescimento	Tx. de crescimento
							2006/2005	2006/2005
Janeiro	6.427.356	666.406	10,4	5.257.352	435.310	8,3	22,3	53,1
Fevereiro	5.928.423	538.569	9,1	4.980.194	319.227	6,4	19,0	68,7
Janeiro a Fevereiro	12.355.779	1.204.975	9,8	10.237.546	754.537	7,4	20,7	59,7

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 36 – Saldo da Balança Comercial do Brasil e do Nordeste 2005 e 2006 (US\$ 1.000 FOB)

Período	Brasil	Nordeste	Part.% NE/BR 2006	Brasil	Nordeste	Part.% NE/BR 2005	Brasil	Nordeste
	2006	2006		2005	2005		Tx. de crescimento	Tx. de crescimento
							2006/2005	2006/2005
Janeiro	2.843.351	267.639	9,4	2.186.788	250.588	11,5	30,0	6,8
Fevereiro	2.821.794	197.558	7,0	2.776.093	337.501	12,2	1,6	-41,5
Janeiro a Fevereiro	5.665.145	465.197	8,2	4.962.881	588.089	11,8	14,2	-20,9

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. Econômica.

dos na comparação de janeiro-fevereiro/2006 com igual período de 2005. Esse crescimento foi puxado pelo incremento de 73,9% nas importações de produtos manufaturados, seguido pelos produtos semimanufaturados, que se elevaram em 9,7%. Os produtos básicos apresentaram aumento de 20,2% no mesmo período (Gráfico 25).

A análise das exportações, por categoria de uso, mostra que o setor de combustíveis e lubrificantes apresentou expressivo incremento (84,6%) no acumulado deste ano em comparação ao mesmo período de 2005. Os setores de bens intermediários e de bens de capital registraram crescimento de 32,5% e 31,0%, respectivamente, enquanto o setor de bens de consumo apresentou queda de -2,6%, puxada pela queda no setor de bens de consumo duráveis (-16,4%) (Gráfico 26).

As importações da Região, segundo categoria de uso, mostram que o setor de combustíveis e lubrificantes apresentou crescimento de 68,7%, nos primeiros dois meses deste ano em relação a igual período de 2005. Os setores de bens inter-

mediários e o de bens de capital registraram incrementos de 65,1% e 47,1%, respectivamente. Já o setor de bens de consumo obteve crescimento de 18,4%, liderado pelos bens de consumo não-duráveis (26,0% de incremento), seguidos pelos bens de consumo duráveis, 13,3% de crescimento (Gráfico 27).

Verificando a pauta de exportação da região Nordeste, nos dois primeiros meses de 2006, verifica-se que os capítulos mais expressivos em termos de valor, de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM)¹²², são combustíveis, óleos e ceras minerais (US\$ 178,8 milhões); açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 153,2 milhões); produtos químicos orgânicos (US\$ 117,5 milhões); veículos automóveis, tratores, ciclos, etc. (US\$ 115,6 milhões); alumínio e suas obras (US\$ 113,4 milhões), e ferro fundido e aço (US\$ 101,9 milhões) (Gráfico 28).

Com relação aos principais destinos das exportações nordestinas, verifica-se que os dez maiores, no primeiro bimestre de 2006, foram Estados Unidos (20,7%), Argentina (9,0%),

¹²² A Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) é uma lista de produtos do mercado interno e/ou externo, ordenados segundo convenção internacional. Possui oito dígitos e uma estrutura de classificação que contém até seis níveis de agregação: capítulo, posição, subposição simples, subposição composta, item e subitem.

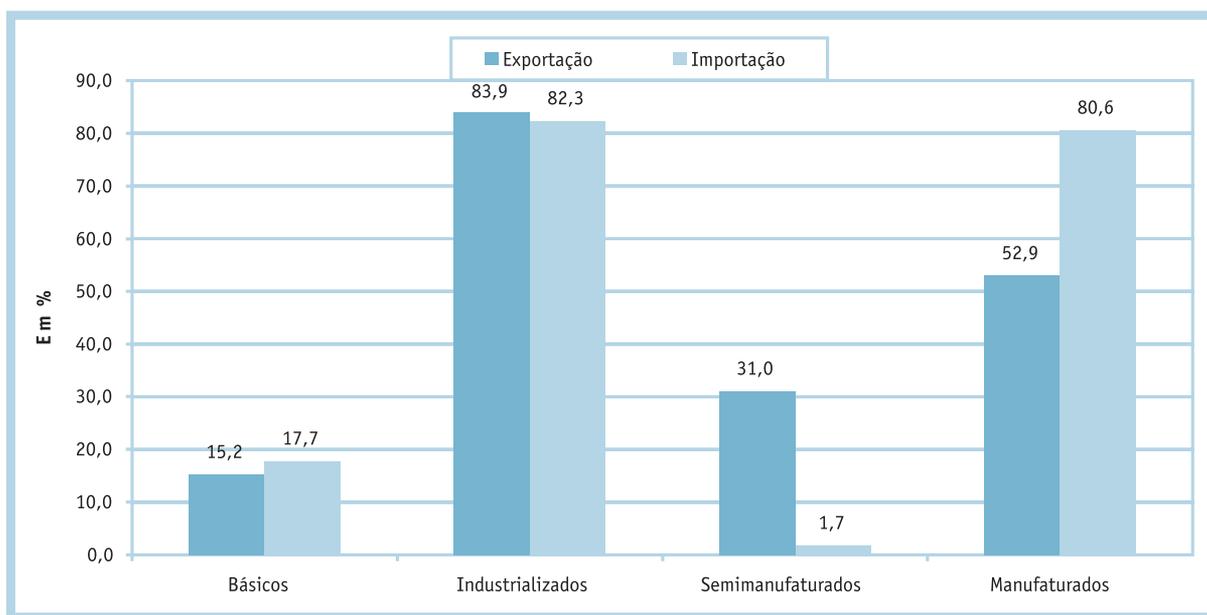


Gráfico 25 – Exportações e importações do Nordeste por fator agregado (jan-fev./06)

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB de Conjuntura Econômica.

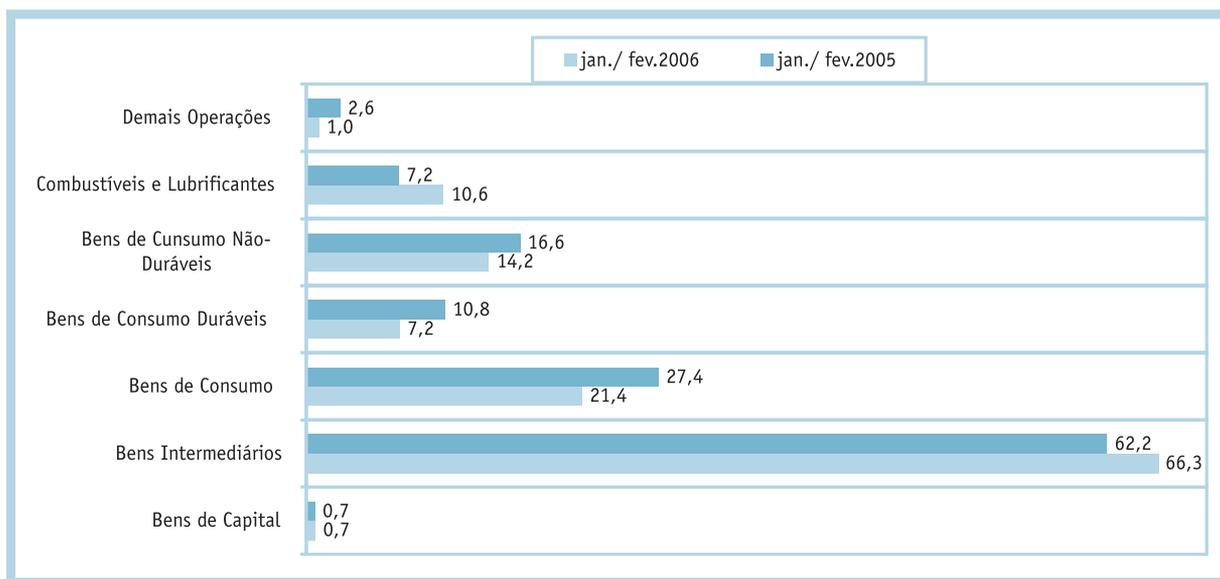


Gráfico 26 – Participação nas exportações do Nordeste por categoria de uso (jan.-fev./2006)

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB de Conjuntura Econômica.

Bahamas (8,9%), Holanda (6,7%), Federação da Rússia (5,4%), México (4,6%), Itália (4,0%), China (3,8%) Alemanha (2,7%) e Japão (2,5%), somando 68,3% das exportações do Nordeste. Enquanto por bloco econômico, as vendas internacionais nordestinas se distribuíram conforme o Gráfico 29.

A participação dos Estados no total das exportações da região é mostrado no Gráfico 30, tendo cada estado contribuído da seguinte maneira: Bahia (51,7%), Maranhão (16,0%), Ceará (9,5%), Alagoas (9,3%), Pernambuco (7,6%), Rio Grande do Norte (3,6%), Paraíba (1,5%), Sergipe (0,4%) e Piauí (0,4%). Se compararmos a participação

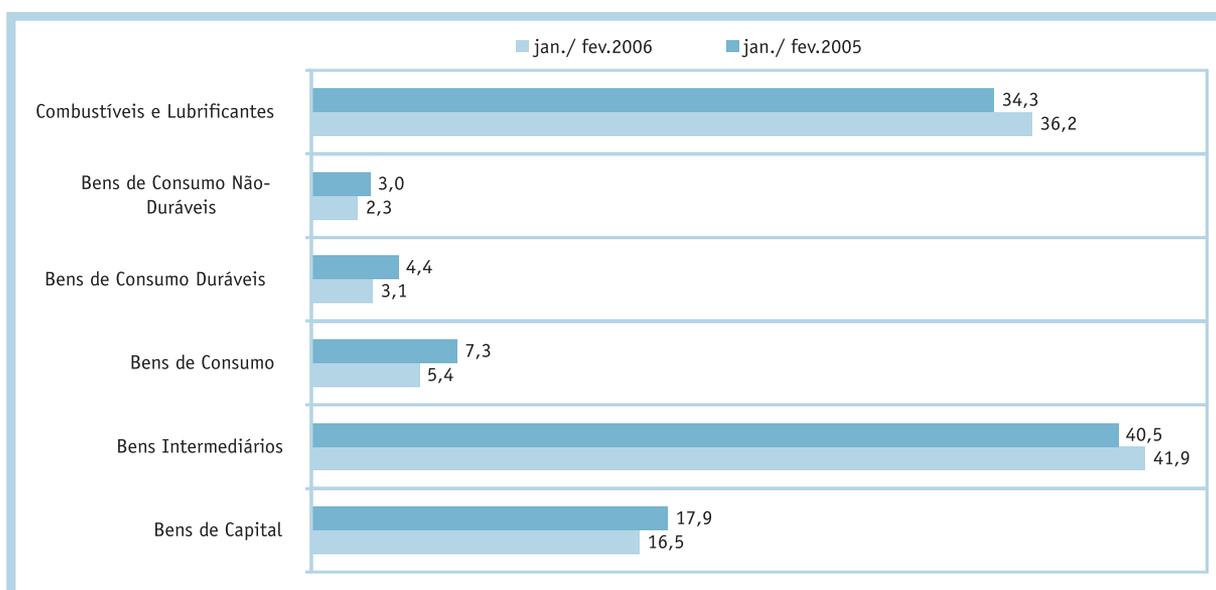


Gráfico 27 – Participação nas importações do Nordeste por categoria de uso (jan.-fev./2006)

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB de Conjuntura Econômica.

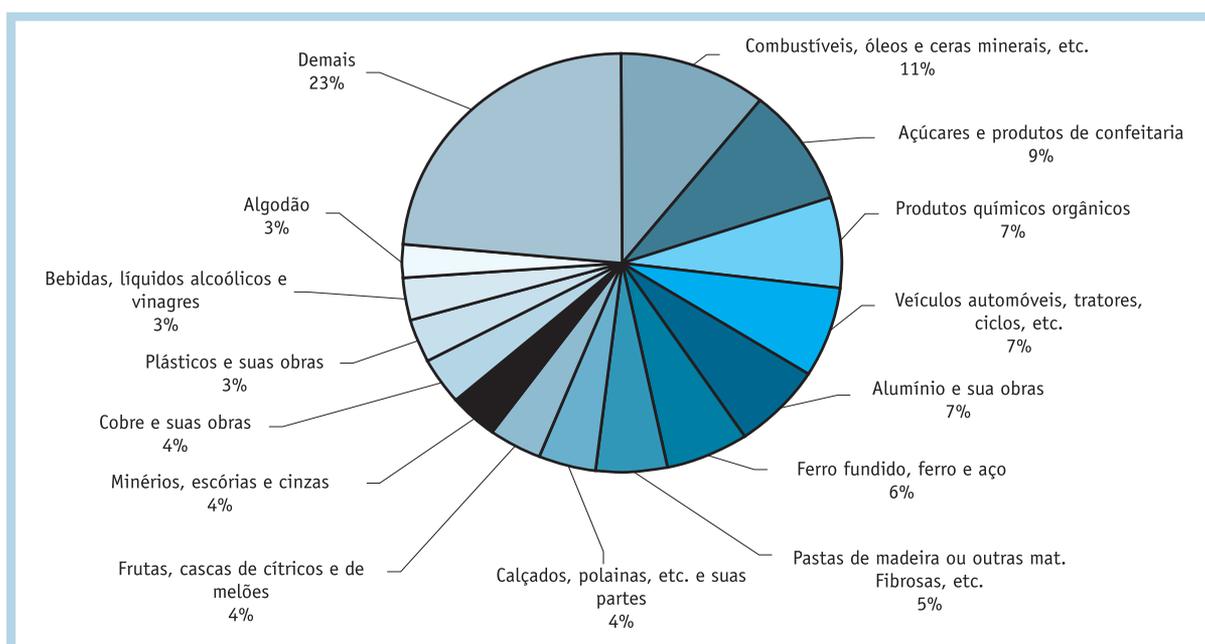


Gráfico 28 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Nordeste (jan.-fev./2006)

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Aliceweb. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE de Conjuntura Econômica.

dos Estados, com o mesmo período do ano passado, os estados de Alagoas e Sergipe subiram uma posição, apesar de Sergipe contribuir no geral menos do que o ano anterior (0,4%). Houve expansão das exportações em sete dos Estados nordestinos, na comparação com o mesmo período do ano passado. Apenas os estados do Rio Grande do

Norte e da Paraíba tiveram redução nas exportações de 16,65% e 31,08% respectivamente. Merece destaque a expansão das exportações no Maranhão (67,14%) e Alagoas (47,38%).

Na análise por Estado, a Bahia foi o Estado nordestino com o maior volume de exportação no primeiro bimestre de 2006, o volume total

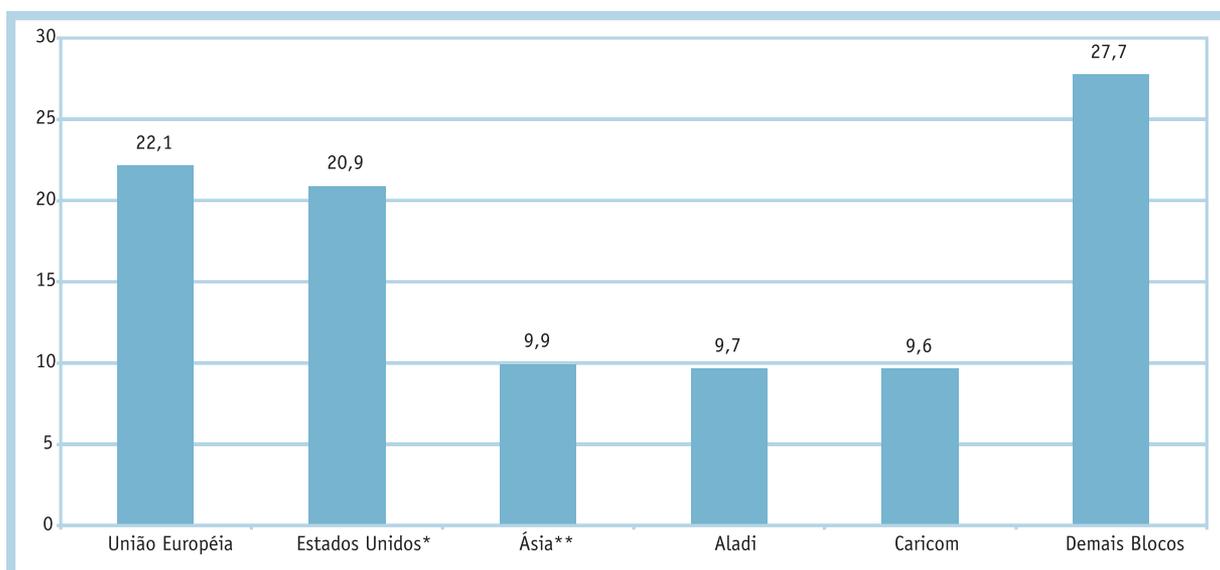


Gráfico 29 – Exportações do Nordeste por bloco econômico (jan.-fev/2006)

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB de Conjuntura Econômica.

Nota: (*) Inclusive Porto Rico;
(**) Exclusive Mercosul.

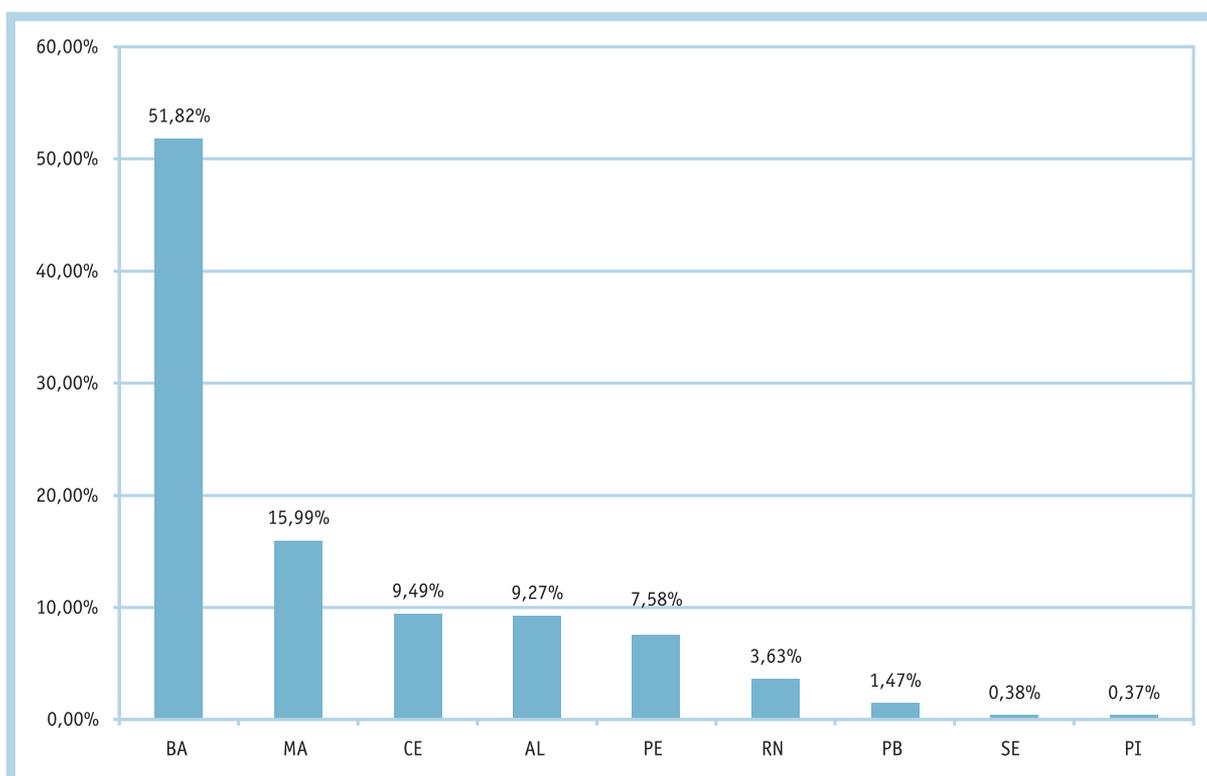


Gráfico 30 – Participação dos Estados nas exportações nordestinas

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Aliceweb. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE de Conjuntura Econômica.

das exportações no Estado foi de US\$ 865,4 milhões, este valor corresponde a mais da metade das exportações nordestinas, um aumento de 24,08% das vendas externas do mesmo pe-

ríodo do ano anterior. O Estado foi responsável pelo maior saldo comercial do Nordeste, contribuindo com um superávit de US\$ 323,4 milhões, ou 69,5% do total regional. Dentre os

produtos mais exportados, está o do capítulo de combustíveis, óleos e ceras minerais, etc., com 20% do total exportado, obtendo um aumento de 186% em relação ao ano de 2005. Já o capítulo de produtos químicos orgânicos teve uma queda de 27,71% (Gráfico 31).

O Maranhão destaca-se como o segundo estado nordestino em volume de exportação, com US\$ 267 milhões, sendo que os principais produtos exportados foram os do capítulo de alumínio e suas obras, com US\$ 108,7 milhões de vendas externas, representando 41% das exportações estaduais e incremento de 117% das exportações em relação ao mesmo período do ano passado, seguido de ferro fundido, ferro e aço atingindo US\$ 64,5 milhões das exportações do Estado (Gráfico 32). Apesar do aumento expressivo das exportações do Estado, ocor-

reu um déficit na balança comercial de US\$ 56,4 milhões, o maior de toda a Região.

No Ceará, as exportações, se comparadas com o mesmo período do ano passado, apresentaram um incremento de 15%, tendo o capítulo calçados, polainas, etc. e suas partes e peles (exceto peleteria), e couros, que juntos somaram US\$ 68,5 milhões, representando 43% das exportações do Estado. A castanha de caju, fresca ou seca, sem casca, representa 12,1% (US\$ 19,1 milhões) das exportações estaduais. No capítulo de peixes e crustáceos, moluscos, etc. predominam as exportações de camarões e lagostas com US\$ 10,6 milhões (Gráfico 33).

Alagoas foi o segundo Estado que mais expandiu suas exportações relativamente a 2005, com um valor total exportado de US\$ 154,8 mi-

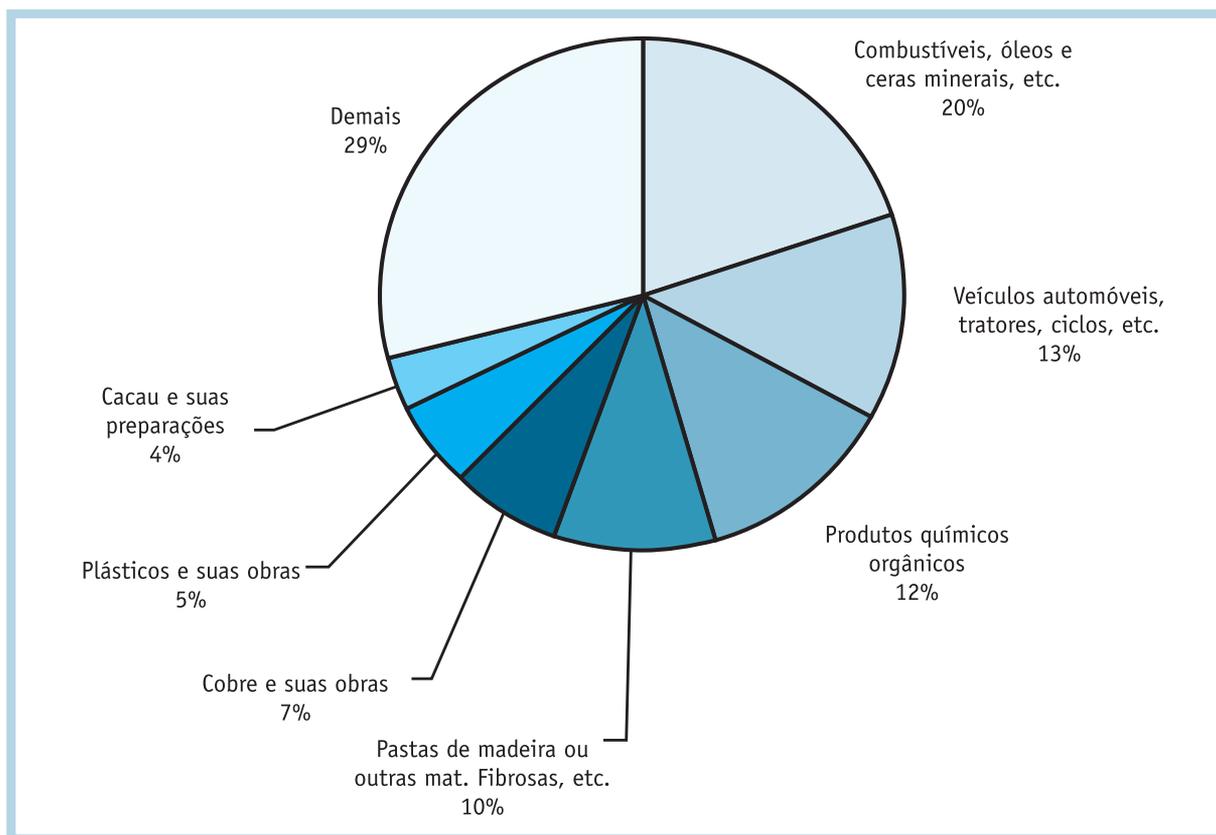


Gráfico 31 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado da Bahia (jan./fev./2006)

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Aliceweb. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE de Conjuntura Econômica.

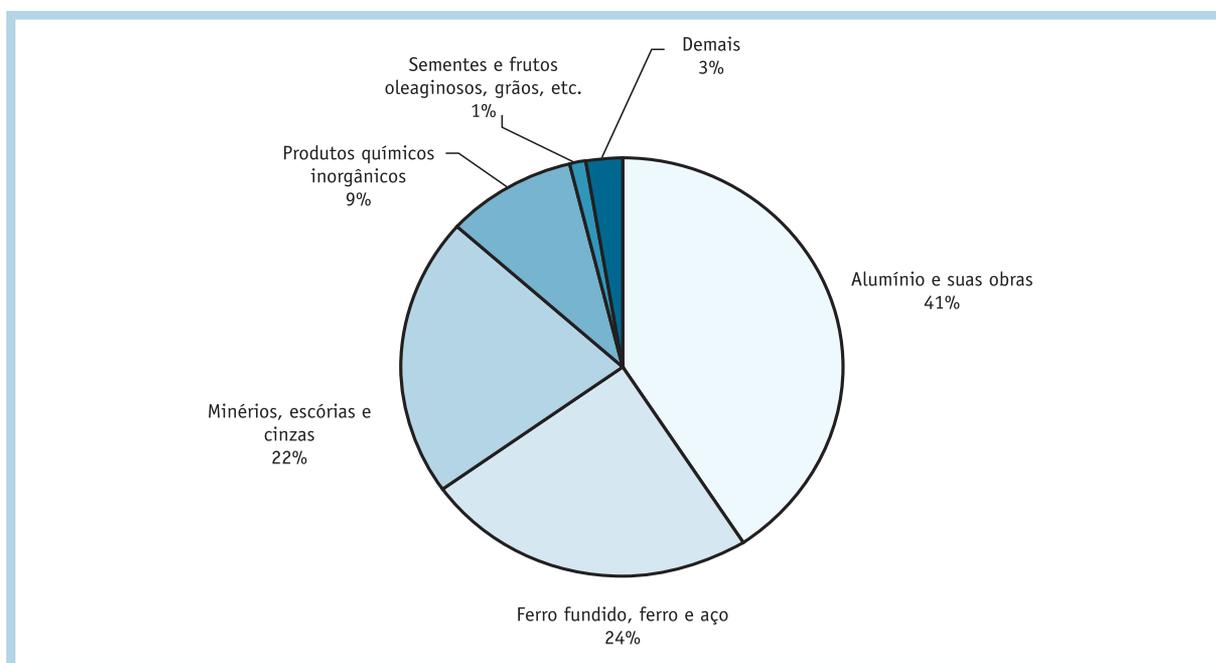


Gráfico 32 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado do Maranhão (jan.-fev./2006)

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Aliceweb. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE de Conjuntura Econômica.

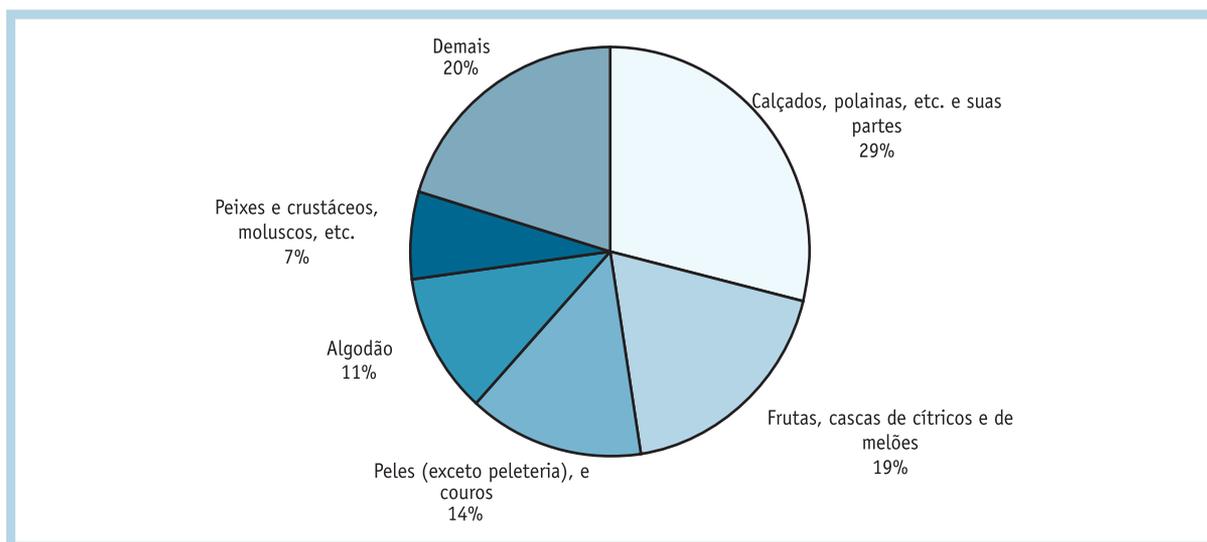


Gráfico 33 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado do Ceará (jan.-fev./2006)

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Aliceweb. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE de Conjuntura Econômica.

lhões, com destaque para o capítulo de açúcares e produtos de confeitaria que concentra o maior volume das exportações do Estado (US\$ 115 milhões) com uma participação de 74,3% (Gráfico 34). O Estado foi responsável pelo segundo maior saldo comercial do Nordeste, con-

tribuindo com um superávit de US\$ 137,1 milhões, ou 29,47% do total regional.

O valor das exportações do Estado de Pernambuco permaneceu praticamente o mesmo. Comparado com o período de janeiro a fevereiro

de 2005, o capítulo de Açúcares e produtos de confeitaria representam 24% das vendas externas do Estado (US\$ 30,9 milhões). Destacam-se também borrachas e suas obras (US\$ 11,2 milhões), bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (US\$ 8,6 milhões) (Gráfico 35). O Estado apresentou déficit em sua balança comercial de US\$ 11,2 milhões.

Apesar das exportações do Rio Grande do Norte terem diminuído no período, o saldo de sua balança comercial do Estado foi positivo e o quarto maior da Região (US\$ 39,5 milhões). Os principais capítulos de sua exportação, com destaque para o capítulo de frutas, cascas de cítricos e de melões com 41% do total das exportações (US\$ 28,6 milhões), pei-

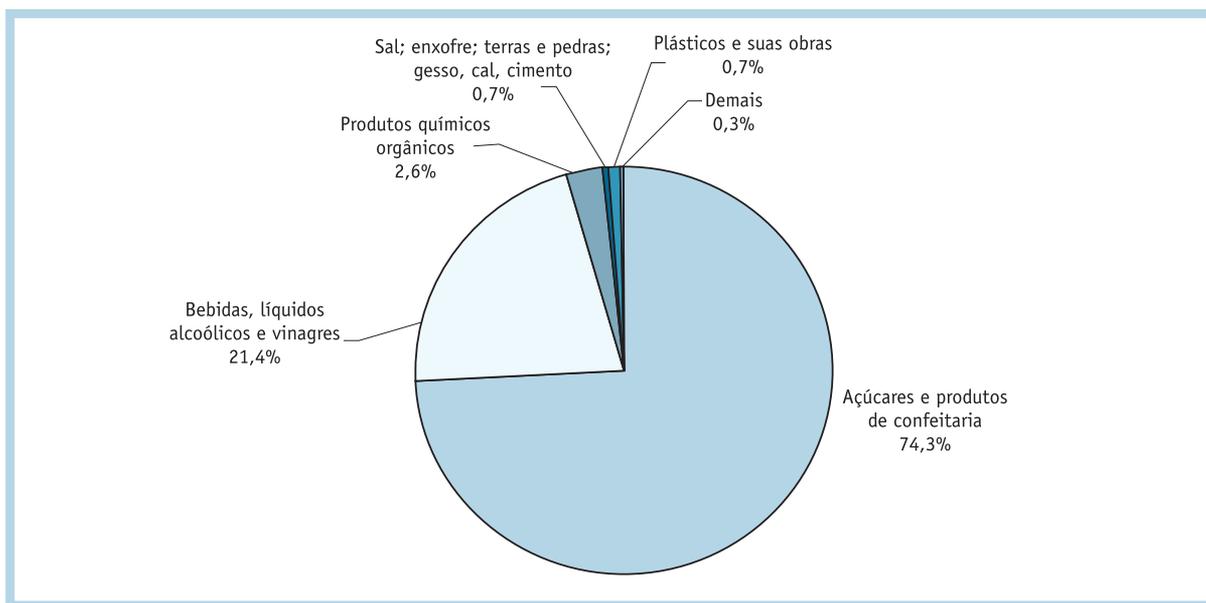


Gráfico 34 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado de Alagoas (jan./fev. 2006)

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Aliceweb. Disponível em: <<http://alicenseweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE de Conjuntura Econômica.

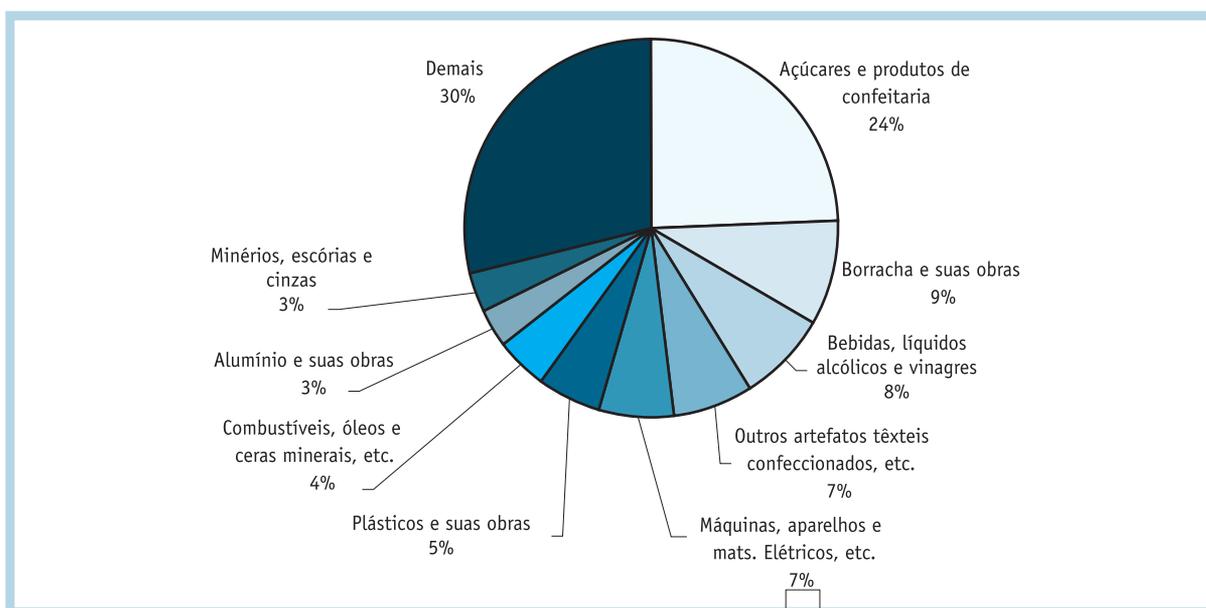


Gráfico 35 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado de Pernambuco (jan.-fev./2006)

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Aliceweb. Disponível em: <<http://alicenseweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE de Conjuntura Econômica.

xes e crustáceos, moluscos, etc (US\$ 7,6 milhões), bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (US\$ 7,5 milhões), açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 7,2 milhões), sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal, cimento (US\$ 2,4 milhões) (Gráfico 36).

O Estado da Paraíba também apresentou uma diminuição das exportações no período, porém diferentemente do Rio Grande do Norte cuja balança comercial apresentou déficit de US\$ 5,4 milhões. A pauta de exportações do Estado está concentrada em cinco capítulos, que representam cerca de 85% do valor total das exportações estaduais.

São eles: calçados, polainas, etc. e suas partes (US\$ 9,4 milhões), bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (US\$ 3,4 milhões), outros artefatos têxteis confeccionados, etc (US\$ 3,3 milhões), algodão (US\$ 2,7 milhões), sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal, cimento (US\$ 1,8 milhão) (Gráfico 37).

A balança comercial sergipana vem apresentando déficit desde julho de 2005, assim

como as exportações cujo valor diminuiu no primeiro bimestre de 2006 em relação aos dos últimos meses de 2005, e se comparada com o mesmo período do ano passado, as exportações aumentaram 8,78%. Na análise por capítulos, observa-se a importância do capítulo de preparações de produtos hortícolas, frutas, etc. representando 61% das exportações (US\$ 3,83 milhões). Entre os demais capítulos, destaque para calçados, polainas, etc. e suas partes e algodão, com 14% e 12% da participação nas exportações, respectivamente (Gráfico 38).

Embora seja o Estado com a menor participação nas exportações da região, o Piauí apresentou saldo positivo em sua balança comercial e um incremento de 4,33% nas exportações em relação ao mesmo período do ano passado. Nas vendas externas, se destacam os capítulos de gorduras, óleos e ceras, animais e vegetais US\$ 1,6 milhão, frutas, cascas de cítricos e de melões US\$ 1,5 milhão, produtos químicos orgânicos US\$ 903 mil (Gráfico 39).

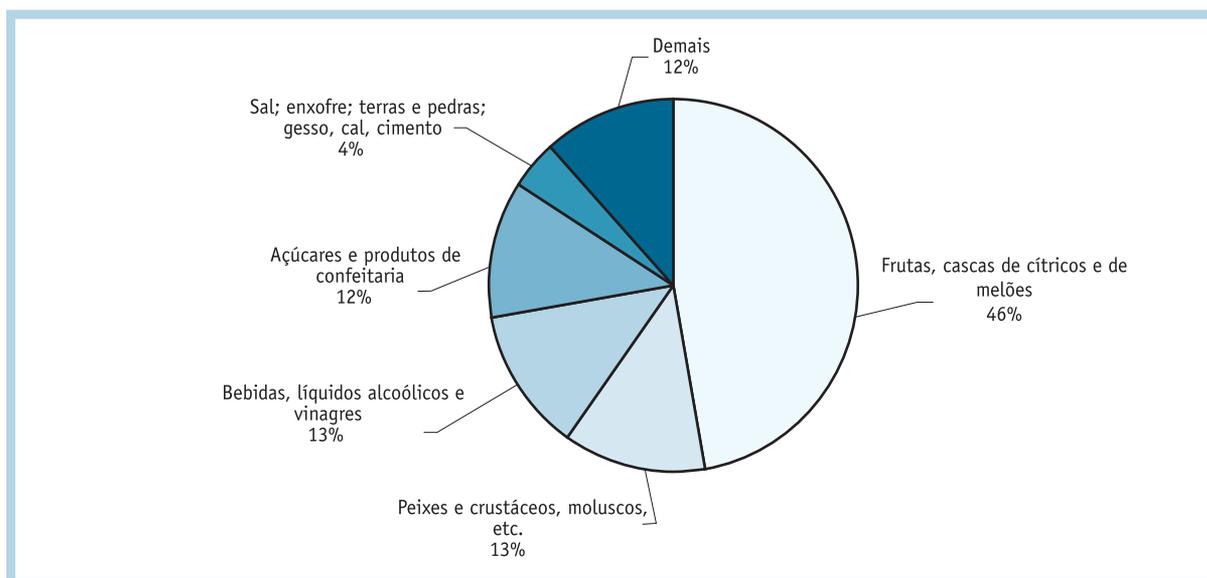


Gráfico 36 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado do Rio Grande do Norte (jan.-fev./2006)

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Aliceweb.

Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE de Conjuntura Econômica.

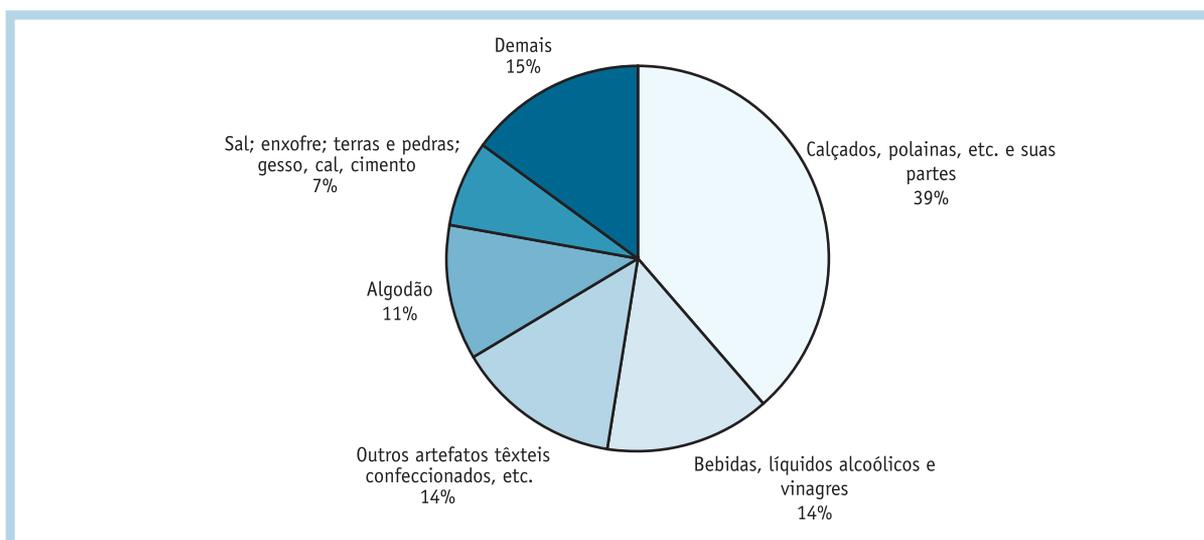


Gráfico 37 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado da Paraíba (jan.-fev./2006)

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Aliceweb. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE de Conjuntura Econômica.

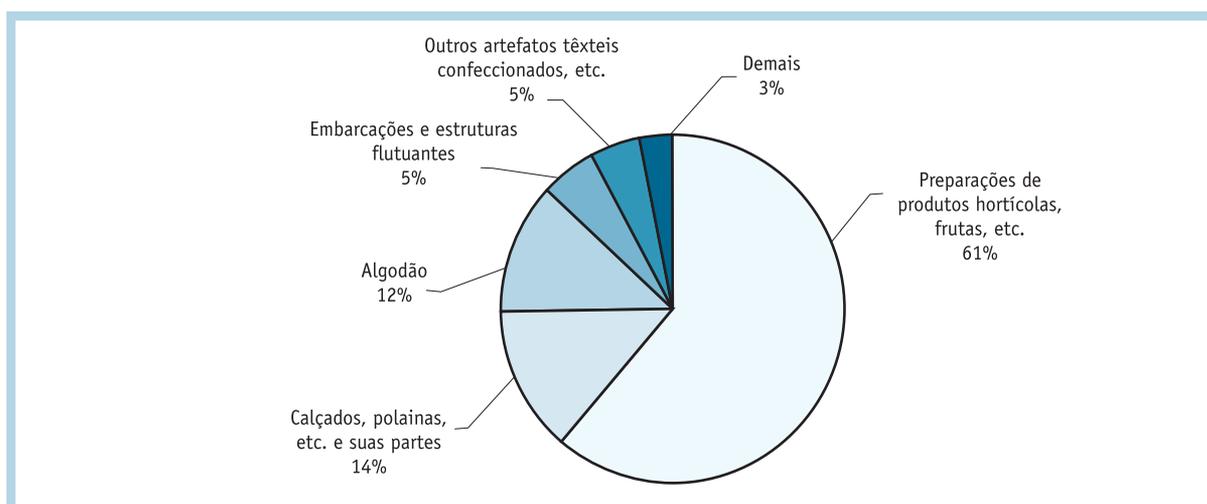


Gráfico 38 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado do Sergipe (jan.-fev./2006)

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Aliceweb. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE de Conjuntura Econômica.

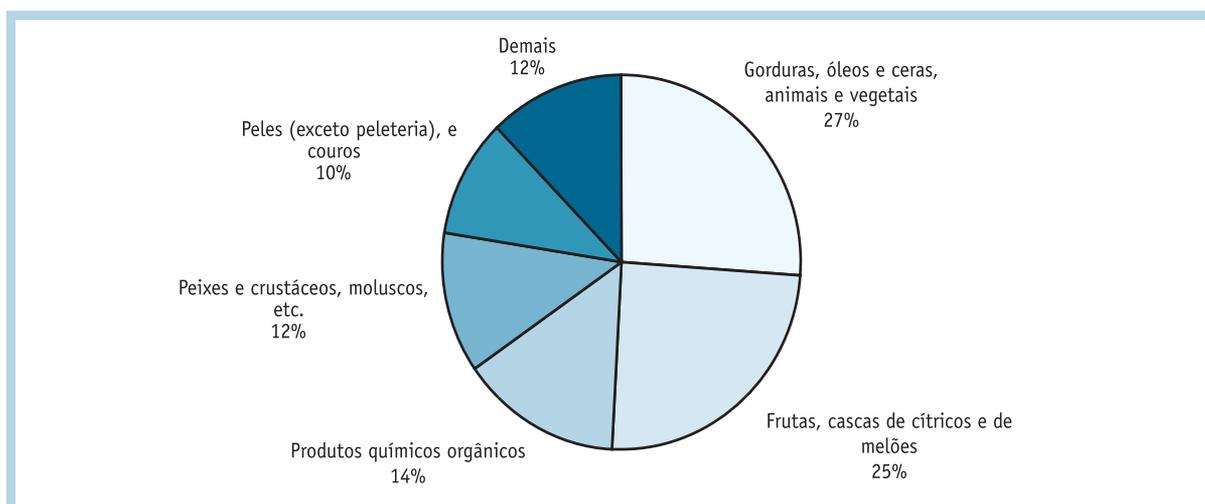


Gráfico 39 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado da Piauí (jan.-fev./2006)

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Aliceweb.

Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE de Conjuntura Econômica.

5.3 - Balanço de Pagamentos

O saldo em transações correntes voltou a assinalar um superávit em fevereiro de US\$ 725 milhões, após ter registrado um déficit de US\$ 452 milhões no mês anterior. Esse resultado afasta os receios de que as contas externas passariam a apresentar uma mudança de tendência. Em função do fraco desempenho do mês de janeiro, o saldo do primeiro bimestre foi de apenas US\$ 273 milhões, inferior aos US\$ 932 milhões no mesmo período de 2005. Assim, a relação transações correntes/PIB caiu de 0,76% no primeiro bimestre de 2005 para 0,21% no primeiro bimestre de 2006 (Gráfico 40).

A manutenção do superávit em conta corrente se deve, principalmente, ao saldo da balança comercial que atingiu o valor de US\$ 5,6 bilhões nos dois primeiros meses do ano. O bom desempenho da balança comercial se observa a despeito da valorização da moeda nacional. Esses resultados positivos ocorrem apesar do déficit registrado nas contas serviços e rendas, que cresceu 31,0% no acumulado do ano em relação ao mesmo período do ano anterior — totalizando US\$ 5,9 bilhões.

Grande parte desse incremento está relacionado com o fluxo negativo de US\$ 4,9 bilhões em rendas (pagamentos de juros, lucros, dividendos, salários etc). Somente as remessas de lucros relativos a investimentos diretos assinalaram um crescimento expressivo de 42,7% no primeiro bimestre em relação ao mesmo período do ano anterior.

No que se refere às contas capital e financeira, o primeiro bimestre do ano assinalou um superávit de US\$ 2,9 bilhões – montante inferior ao do mesmo período do ano passado, quando observou-se um ingresso líquido de US\$ 5,8 bilhões.

Os investimentos em carteira totalizaram US\$ 3,9 bilhões no acumulado do ano, comparativamente a US\$ 3,7 bilhões no mesmo período de 2005. Os investimentos líquidos em ações atingiram US\$ 2,7 bilhões no primeiro bimestre, sendo US\$ 2,4 bilhões com ações negociadas no País e US\$ 336 milhões relativos a ações negociadas no exterior.

Os investimentos de renda fixa assinalaram saldo positivo de 1,1 bilhão, apesar

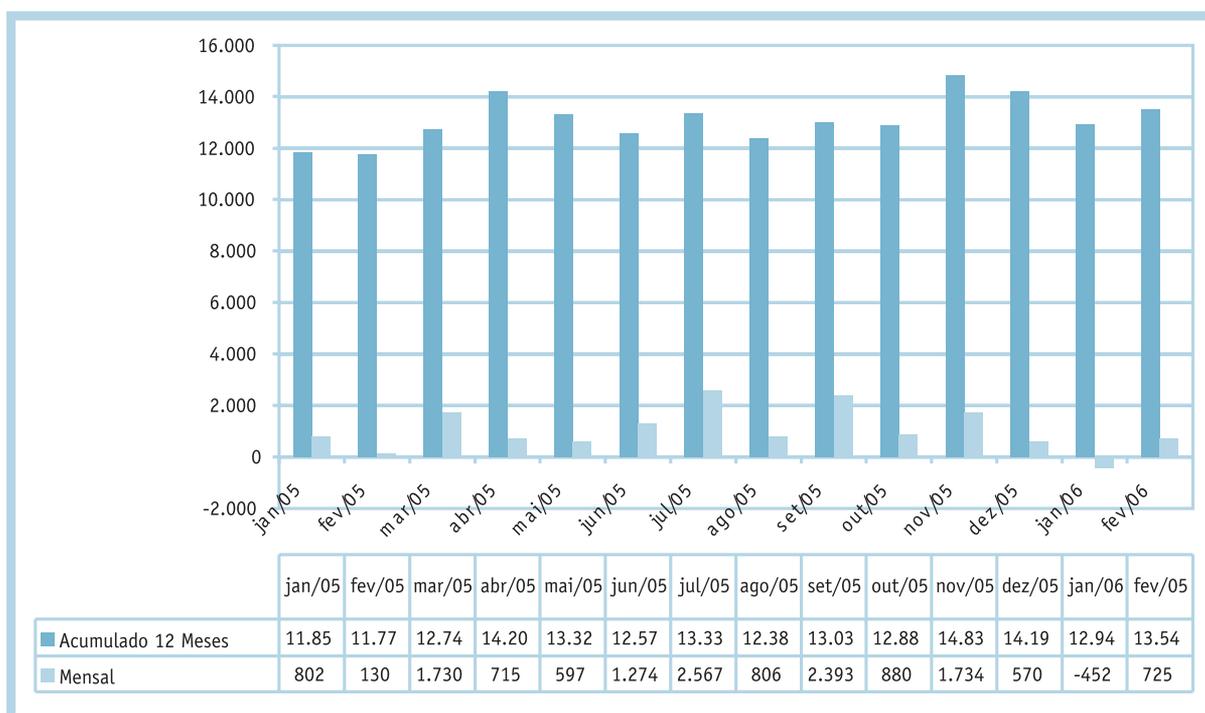


Gráfico 40 – Saldo de transações correntes (jan.05-fev.06)

Fonte: BACEN. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE de Conjuntura Econômica.

das amortizações referentes aos bônus emitidos pelo setor público (US\$ 2,8 bilhões) e aos títulos de curto prazo (US\$ 569 milhões) negociados no exterior.

No que diz respeito aos investimentos estrangeiros diretos (IED), o primeiro bimestre assinalou uma expansão de 13,8% nos ingressos de investimento direto estrangeiro, totalizando US\$ 2,3 bilhões, compreendendo US\$ 1,6 bilhão em investimentos na forma de participação de capital e US\$ 680 milhões em empréstimos intercompanhias. Esse crescimento possibilitou um aumento da relação IED/PIB, que atingiu 1,8% no acumulado dos dois primeiros meses do ano, contra 1,7% em igual período do ano anterior (Tabela 37).

Em termos de modalidade de implantação, as fusões e aquisições estão crescendo significativamente no início do ano. Dados da Thomson Financial reproduzidos pelo jornal Va-

lor Econômico¹²³ revelam que as operações de fusões e aquisições no primeiro trimestre já movimentaram cerca de US\$ 13,0 bilhões, praticamente o mesmo valor de todo o ano de 2005 (US\$ 14 bilhões). Desse total, uma parcela substancial representa aquisições de empresas nacionais por empresas estrangeiras.

No que tange à distribuição setorial, informações para o mês de janeiro de 2006¹²⁴ revelam que o Setor Industrial recebeu US\$ 808 milhões (57,1% do total) – valor 60,2% superior ao obtido pelo setor em igual período do ano anterior. Entre os setores beneficiados, destacam-se Celulose e Papel (US\$ 687 milhões), Produtos Têxteis (US\$ 404 milhões), Máquinas e Equipamentos (US\$ 96 milhões) e Metalurgia Básica (US\$ 85 milhões).

Já os investimentos direcionados para o Setor Serviços representaram 29,6% do total (US\$ 418 milhões) – crescimento de 80,3% em relação a janeiro de 2005. Os principais receptores foram Comércio (US\$ 207 milhões), Servi-

¹²³ FUSÕES já somam US\$ 13 bi este ano. Valor Econômico, São Paulo, n. 1485, 06 abr. 2006.

¹²⁴ INVESTIMENTO direto estrangeiro: projeção estável. Análise IEDI. 21 fev. 2006. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 19 abr. 2006.

Tabela 37 – Brasil: investimento direto (em US\$ milhões)

	2005*			2006*	
	Fev.	Jan.-Fev.	Ano	Fev.	Jan.-Fev.
Investimentos Diretos	779	1.955	12.676	-919	-607
Receitas	1.570	3.011	31.576	1.912	4.160
Despesas	791	1.057	18.900	2.831	4.767
Brasileiros no Exterior	-90	-133	-2.517	-1.778	-2.969
Estrangeiros no País	869	2.087	15.193	859	2.362

Fonte: BACEN. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

ços Prestados a Empresas (US\$ 64 milhões) e Correios e Telecomunicações (US\$ 49 milhões).

O Setor Agropecuário e Extrativista absorveu 13,3% do total (US\$ 188 milhões) no mês de janeiro de 2006, significando o triplo do resultado de janeiro do ano passado. Os ingressos se direcionaram prioritariamente para o segmento de Extração de Petróleo (US\$ 167 milhões) e Extração de Minerais Metálicos (US\$ 15 milhões).

Os investimentos brasileiros no exterior contabilizaram US\$ 2,9 bilhões em janeiro de 2006, frente a apenas US\$ 133 milhões em igual período de 2005 — expansão de 2.132%. Com o crescimento significativo das saídas de capital, o investimento direto líquido ficou negativo em US\$ 607 milhões.

Finalmente, podemos observar que o resultado global do balanço de pagamentos foi de

US\$ 3,4 bilhões no primeiro bimestre, apresentando uma queda de 49,2%. O déficit em conta corrente no mês de janeiro e o crescimento dos investimentos brasileiros no exterior foram determinantes para essa retração. Já as reservas internacionais, no conceito de liquidez internacional, totalizaram US\$ 57,4 bilhões em fevereiro de 2006, registrando um ligeiro aumento de 0,8% em relação a janeiro. Comparativamente a fevereiro de 2005, constata-se uma diminuição de 2,7%.

Em fevereiro, as reservas correspondiam a nove meses de importação – situação inferior à do mesmo mês de 2005, quando se situava numa posição equivalente a onze meses de importação. Essa queda é previsível, principalmente se considerarmos o crescimento das importações em função da valorização cambial (Tabela 38). ●

Tabela 38 – Reservas internacionais do Banco Central (em US milhões)

Fim de período	Liquidez internacional		Meses de importação
	Posição	Variação de posição	
jan/05	54.022	1.087	10
fev/05	59.017	4.995	11
mar/05	61.960	2.942	11
abr/05	61.591	-368	11
mai/05	60.709	-882	11
jun/05	59.885	-824	10
jul/05	54.688	-5.197	10
ago/05	55.076	388	9
set/05	57.008	1.932	10
out/05	60.245	3.237	10
nov/05	64.277	4.032	11
dez/05	53.799	-10.478	9
jan/06	56.924	3.124	9
fev/06	57.415	491	9

Fonte: BACEN. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE de Conjuntura Econômica.

6 - FINANÇAS PÚBLICAS

6.1 - Governo Federal

O superávit primário do setor público consolidado (governo central, empresas estatais, estados e municípios), em fevereiro de 2006, alcançou R\$ 4,73 bilhões, o maior já obtido para este mês desde 2003.

Nos dois primeiros meses deste ano o superávit primário somou R\$ 7,79 bilhões, o equivalente a 2,43% do produto interno bruto que, comparativamente ao desempenho verificado no ano passado, representa metade do que foi obtido nos dois primeiros meses de 2005 (R\$ 15,4 bilhões, ou 5,28% do PIB). No acumulado dos 12 meses até fevereiro, o superávit primário totalizou R\$ 85,9 bilhões (4,4% do PIB), proporção ligeiramente superior à meta de 4,25% mantida para 2006.

Mais uma vez, esse resultado positivo não foi suficiente para reduzir a relação dívida/PIB, que ficou estável, em relação a janeiro, em 51,7%. A dívida pública mobiliária federal interna alcançou R\$ 1,01 trilhão em fevereiro deste ano, enquanto o pagamento de juros nos dois primeiros meses do ano situou-se em R\$ 31,3 bilhões, correspondentes a 9,8% do PIB, contra 8,2% observado no mesmo período de 2005. A necessidade de financiamento público nos 12 meses, até fevereiro, subiu para R\$ 78,6 bilhões (4,0% do PIB).

O Governo Central (Tesouro, Banco Central e Previdência), por sua vez, teve superávit de R\$ 7,4 bilhões, equivalente a 2,33% do PIB. A contribuição mais expressiva para esse superávit

primário da União veio do Tesouro, com um saldo líquido positivo de R\$ 5,9 bilhões, enquanto a Previdência e o Banco Central apresentaram, respectivamente, déficit de R\$ 2,4 bilhões e superávit de R\$ 21,9 milhões. No entanto, esse superávit do Governo Central no primeiro bimestre de 2006, de R\$ 7,444 bilhões, foi 28,9% menor que o registrado em igual período de 2005, quando o saldo primário ficou em R\$ 10,482 bilhões. Com isso, o superávit do Poder Central representou 2,33% do PIB, contra 3,59% de igual período do ano passado.

As receitas do Tesouro Nacional registraram expansão nominal de 8,8% em 2006, relativamente ao mesmo período do ano anterior, sendo fator determinante para esse comportamento o expressivo crescimento na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados-automóveis, decorrente do crescimento de 18,9% das vendas para o mercado interno. Por outro lado, algumas medidas de desoneração tributária adotadas recentemente, como a correção da tabela do IRPF em 8%, redução de alíquotas do IPI sobre insumos da construção civil, alteração no prazo de recolhimento de tributos, etc, deverão ter seus efeitos sentidos mais ao longo deste ano.

Com relação aos gastos do Tesouro, observa-se um crescimento, em termos nominais, de 19%, em relação a 2005, o que pode ser explicado pelos incrementos das despesas com pessoal e encargos sociais (aumento de 2,3 bi-

lhões, ou 14,1%, sobre o observado em 2005) e gastos de custeio e capital, cujo crescimento foi de R\$ 3,4 bilhões (24,9%), relativamente aos dois primeiros meses de 2005. As transferências do Tesouro para Estados e municípios, por sua vez, se elevaram de R\$ 14,1 bilhões para R\$ 15,7 bilhões, devido ao comportamento na arrecadação de dois importantes tributos federais (IR e IPI), que servem de base de cálculo para essas transferências, bem como ao aumento de R\$ 378,9 milhões no repasse de *royalties* e da participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás natural.

Quanto à Previdência Social, observa-se que a arrecadação líquida cresceu 13,6% (R\$ 2,1 bilhões), enquanto que a despesa com benefícios previdenciários aumentou 14,5% (R\$ 3,1 bilhões). Com isso, a necessidade de financiamento do RGPS apresentou acréscimo de 16,6% (R\$ 1,0 bilhão). Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,19 ponto percentual em relação ao primeiro bimestre do ano passado, sendo insuficiente para cobrir o au-

mento de 0,33% nos gastos com benefícios previdenciários. Por essa razão, o RGPS apresentou déficit primário de 2,27% do PIB, ligeiramente acima (0,14%) do observado em 2005. Dentre os fatores que contribuíram para o aumento da receita previdenciária, destaca-se o comportamento do emprego formal, cujos dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)¹²⁵, apontam para a manutenção da tendência de expansão, indicando suave recuperação do mercado de trabalho.

De qualquer maneira, observa-se que os gastos públicos não param de crescer no Brasil, o que tem se verificado desde o ano de 1991, fato que certamente indica a má qualidade da política fiscal no Brasil. Mas o que tem prejudicado essa trajetória dos gastos públicos nos últimos anos, tem a ver justamente com o aumento dos gastos com benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cujas despesas com esse item atingiram 7,6% do PIB no ano passado, bem acima dos 3,4% de 1991. Outra fonte de pressão sobre os gastos públicos tem sido o

Tabela 39 – Resultado primário do Governo Central(*) Brasil (2005/2006) (R\$ milhões)

Discriminação do Resultado	Janeiro - Fevereiro	
	2005	2006
I. RECEITA TOTAL	76.686,4	84.145,6
I.1. Receitas do Tesouro	61.048,8	66.420,7
I.2. Receitas da Previdência Social	15.418,0	17.522,3
I.3. Receitas do Banco Central	219,6	202,6
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	14.095,1	15.708,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	62.591,3	68.437,3
IV. DESPESA TOTAL	52.108,5	60.990,9
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	15.863,0	18.101,8
IV.2. Benefícios Previdenciários	21.666,9	24.807,2
IV.3. Custeio e Capital	14.266,4	17.816,5
IV.4. Transferências do Tesouro Nacional ao Banco Central	114,2	68,5
IV.5. Despesas do Banco Central	198,1	196,9
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	10.482,8	7.446,4
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	3,59%	2,33%

Fonte: TESOURO NACIONAL. *Resultado do Tesouro Nacional*. Disponível em <www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: (*)Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complementada atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº110/2001.

¹²⁵ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. CAGED. Disponível em:<Acesso em: 19 abr. 2006.

crescimento das despesas assistenciais, como as ligadas à Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), que garantem um salário mínimo para quem não contribuiu com o INSS e tem mais de 65 anos ou é inválido. Os gastos com esses benefícios e com a renda mensal vitalícia (RMV), que ficaram em torno de 0,1% do PIB entre 1995 e 1998, atingiram 0,5% do PIB no ano

passado. Além disso, as demais despesas (pessoal, outras despesas correntes e investimentos) vêm apresentando crescimento acima do PIB. Diante disso, fica claro que os desafios para o próximo governo na área fiscal consistem em melhorar a qualidade dos gastos públicos, conter as despesas previdenciárias, reduzir a carga tributária e aumentar o investimento.

6.2 - Necessidades de Financiamento do Setor Público

Apesar da percepção largamente dominante na sociedade de que o governo tem promovido uma forte contenção de gastos para viabilizar a obtenção de superávits primários elevados, isso não tem sido suficiente para compensar as despesas decorrentes das obrigações com o pagamento dos juros. Na realidade, as necessidades de financiamento do setor público (receitas menos despesas mais o pagamento de juros) alcançaram R\$ 23.480,0 milhões, considerando os fluxos mensais acumulados nos meses de janeiro e fevereiro, representando 7,33% do PIB. O superávit primário gerou um saldo líquido positivo de R\$

7.795,0 milhões (2,43% do PIB), valor bem abaixo do necessário para pagamento dos juros, R\$ 31.276,0 milhões (9,77% do PIB). A maior contribuição para o superávit primário foi proveniente do Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e INSS) que gerou um saldo líquido positivo de R\$ 6.582,0 milhões, equivalente a 2,06% do PIB, situando-se abaixo do obtido no mesmo período de 2005 (R\$ 10.634,0 milhões, ou 5,28% do PIB). Já os governos estaduais e municipais geraram um superávit primário de R\$ 3.829,0 milhões, contribuindo com 1,1% para o superávit obtido nos primeiros dois meses iniciais de 2006.

Tabela 40 – Necessidade de financiamento do setor público: fluxos mensais.

Discriminação	R\$ Milhões			% do PIB		
	Jan./Fev.04	Jan./Fev.05	Jan./Fev.06	Jan./Fev.04	Jan./Fev.05	Jan./Fev.06
Nominal	10.903	8.569	23.480	4,18	2,93	7,33
Juros Nominais	21.148	23.988	31.276	8,11	8,21	9,77
Primário	-10.245	-15.419	7.795	-3,93	-5,28	-2,43
Governo Central (Governo Federal, BC e INSS)	-12.016	-10.634	6.582	-4,61	-3,64	-2,06
Empresas Estatais	5.210	920	2.616	2,00	0,31	0,82
Governos Regionais (Estados e Municípios)	-3.439	-5.704	3.829	-1,32	-1,95	-1,20

Fonte: BACEN. Boletim do Banco Central (mar./06). Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006

6.3 - Estados e Municípios Nordestinos

6.3.1 - Arrecadação de ICMS

Dentre as principais fontes de receitas dos estados nordestinos, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, ao lado das transferências da União, destaca-se pela elevada participação na composição das fontes de arrecadação dos estados e municípios nordestinos. Por conta disso, boa parte da capacidade de operacionalização das políticas públicas das unidades federativas, pode ser explicada pelo desempenho dessas duas fontes de receitas. No caso do ICMS, observa-se que no Nordeste a arrecadação desse tributo apresentou variação positiva de 13,7% nos primeiros dois meses de 2006, relativamente ao mesmo período de 2005, fato que pode estar indicando alguma recuperação da economia nordestina. O total de ICMS arrecada-

do no Nordeste alcançou R\$ 4.207,3 milhões, representando praticamente 14% da arrecadação nacional, o que posiciona a região no mesmo patamar de participação relativa, no contexto de todas as regiões do País (Gráfico 41).

Considerando o desempenho de todos os estados nordestinos, verifica-se que todos apresentaram desempenho satisfatório na arrecadação de ICMS nos primeiros dois meses de 2006, sendo as maiores variações observadas nos estados do Maranhão (29,1%), Paraíba (21,8%) e Ceará (18,7%). Apenas três estados apresentaram desempenho mais modesto que a média regional: a Bahia, que apesar de responder por mais de 30% da arrecadação regional desse tributo, registrou crescimento na arrecada-

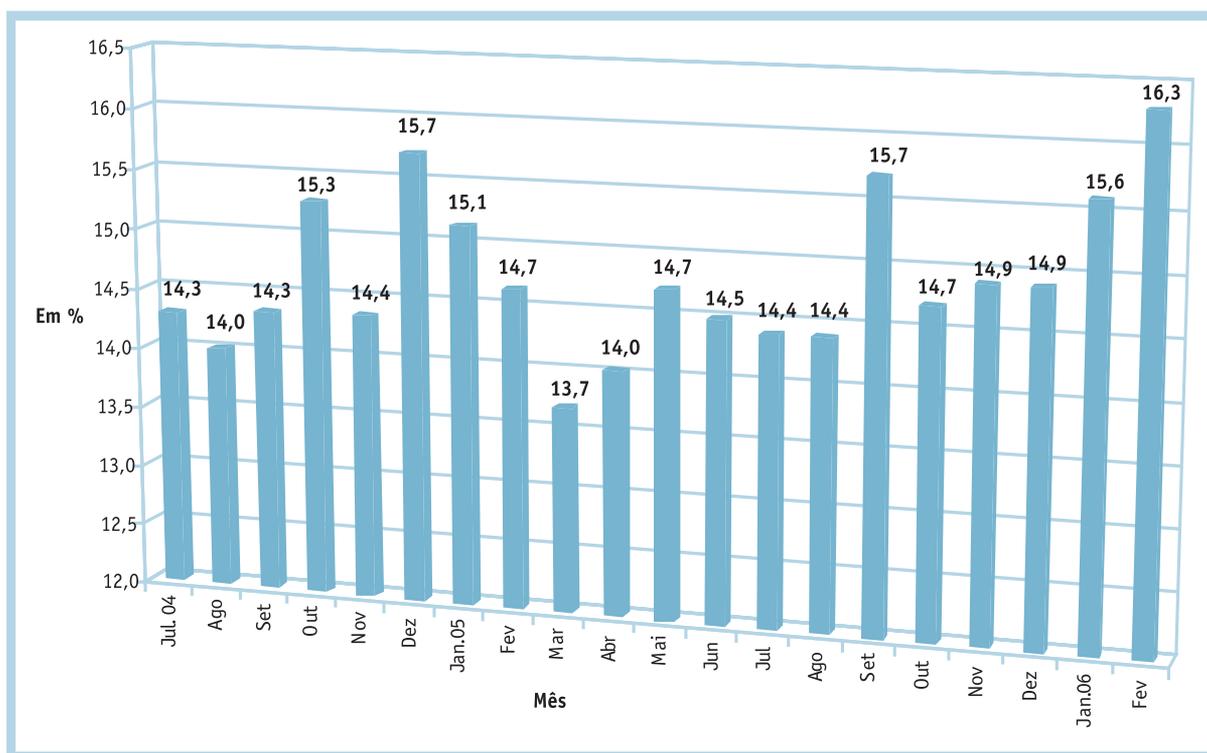


Gráfico 41 – Participação do Nordeste na arrecadação de ICMS no Brasil

Fonte: BACEN. Boletim do Banco Central (mar./06). Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006.

dação de apenas 7,2%; Pernambuco, cujo porte econômico também propicia uma expressiva arrecadação (19% do ICMS da região), mas teve uma variação de receita de ICMS de apenas 11,9%; e Sergipe, que registrou uma variação positiva de apenas 12,2% (Gráfico 42).

Vale observar que a carga tributária de ICMS (ICMS relativamente ao PIB) evoluiu de 6,70% em 1991 para 8,01% do PIB em 2005, o recorde da série. Na realidade, a carga do ICMS retomou o patamar dos 7% do PIB que havia sido perdi-

do em 1997, especialmente em função dos efeitos negativos da Lei Kandir sobre a arrecadação. A lei desonerou os bens de capital e as exportações de produtos primários e semi-elaborados. Essa recuperação está relacionada, em grande parte, ao esforço fiscal das administrações tributárias estaduais e em parte também à expansão dos serviços – e de suas tarifas – de comunicações e de energia elétrica no Brasil, bem como ao incremento do valor do consumo dos combustíveis no período.

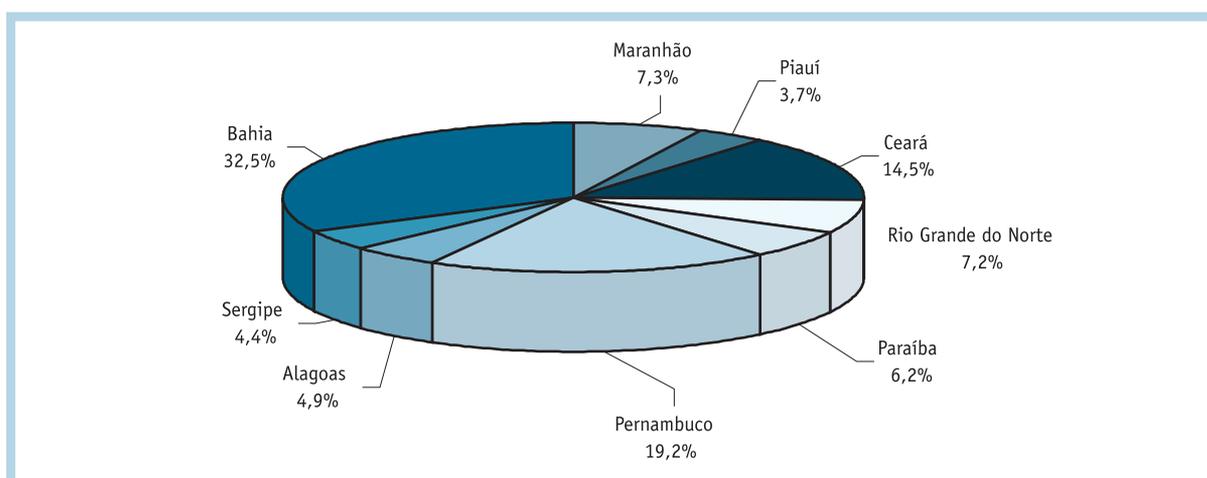


Gráfico 42 – Participação na arrecadação de ICMS dos Estados Nordestinos (jan.- Fev./06)

Fonte: BRASIL. Ministério da Fazenda. Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

Disponível em: <www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/Valores.asp>. Acesso em: 20 abr. 2006. Elaboração Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 41 – Nordeste: arrecadação do ICMS (valores em R\$ mil)

Discriminação	Jan.- Fev.		Jan.- Fev.		Var. (%) 2006/2005
	2005	%	2006	%	
Maranhão	237.583	0,96	306.761	1,16	29,12
Piauí	133.165	0,54	156.704	0,60	17,68
Ceará	515.134	2,08	611.271	2,32	18,66
Rio Grande do Norte	261.190	1,05	304.609	1,16	16,62
Paraíba	214.595	0,86	261.295	0,99	21,76
Pernambuco	719.987	2,90	805.783	3,06	11,92
Alagoas	178.708	0,72	207.119	0,79	15,90
Sergipe	164.574	0,66	184.706	0,70	12,23
Bahia	1.276.639	5,14	1.369.050	5,20	7,24
Nordeste	3.701.575	14,91	4.207.297	15,98	13,66
Brasil	24.818.677	100,00	26.333.896	100,00	6,11

Fonte: BACEN. Boletim do Banco Central (mar./06). Disponível em : <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006.

Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

6.3.2 - Transferências voluntárias

As informações disponíveis no Sistema SIAFI do Governo Federal, publicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional¹²⁶, revelam que a União repassou para os Estados e municípios do País, nos três primeiros meses do ano, o equivalente a R\$ 2.691,4 milhões, correspondentes a aproximadamente 41% do que foi repassado no decorrer de 2005 (R\$ 6.568,0 milhões). Essas transferências significam, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, “a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde”. Em termos globais, elas representaram, nesse primeiro trimestre de 2006, cerca de 11% de todas as transferências da União para os Estados e municípios. A maior parcela de transferências da União são relacionadas com as transferências constitucionais e legais, as quais absorveram 64% do total.

Vale observar que as informações disponíveis no endereço eletrônico do Tesouro¹²⁷, não permitem visualizar uma distribuição mais clara dos recursos em termos de estados e regiões. Isso ocorre devido ao fato de que quase todo o montante das transferências está relacionado ao item “Estado não-definido”, ficando apenas uma pequena parcela (cerca de 4%, ou R\$ 53,8 milhões) com valores distribuídos pelos estados e regiões do País. Se considerarmos que a mesma tipologia de distribuição para essa pequena parcela é válida para o total, podemos deduzir que o

Nordeste recebeu, de janeiro a março de 2006, aproximadamente 25% do total das transferências voluntárias da União para os estados, enquanto o Sudeste, que abriga os estados mais desenvolvidos do País, recebeu 35%.

Em termos de estados e municípios, as transferências foram preponderantemente dirigidas para os Estados, que absorveram 54% do total (R\$ 1.114,6 milhões), enquanto os municípios receberam os 46% restantes (R\$ 1.245,3 milhões). Desse total remetido para os governos municipais, o Nordeste foi contemplado com 38% dos recursos, enquanto os municípios das regiões Sul e Sudeste receberam 46%. No Nordeste, podemos estimar que a maior parcela das transferências foi para o Estado da Bahia, que recebeu 34% do total, enquanto os estados da Paraíba e Pernambuco, receberam, respectivamente, 15% e 13%. Ou seja, os municípios desses três estados foram beneficiados, conjuntamente, com 62% do total de recursos transferidos pela União no período de janeiro a março deste ano.

Em termos setoriais, grande parte das dotações remetidas pela União para os estados e municípios nordestinos foi proveniente dos Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Outra parcela expressiva dessas dotações foi alocada pelo Ministério de Minas e Energia (92% para os estados e 71% para os municípios), mas o quadro disponível no Tesouro, não esclarece a distribuição efetuada entre os estados e municípios do País.

¹²⁶ TESOURO NACIONAL. *Resultado do Tesouro Nacional (abr./06)*. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006.

¹²⁷ www.tesouro.fazenda.gov.br

6.3.3 - Transferências constitucionais

As transferências constitucionais representaram cerca de 64% das dotações enviadas pela União para os estados e municípios do País. A maior parte desses recursos está relacionada com o Fundo de Participação dos Estados – FPE e Fundo de Participação dos Municípios – FPM, que são distribuídos entre as unidades federadas de acordo com os critérios de renda, tendo como origem dos recursos, cerca de 44% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e do Imposto sobre a Renda – IR, de forma a compensar regiões desprovidas de recursos próprios para

promover o próprio desenvolvimento. Na realidade, o FPE e o FPM, juntamente com o ICMS, constituem as principais fontes de recursos dos estados e municípios do País, sendo essas transferências constitucionais, muito mais importantes para os estados e municípios do Nordeste.

De maneira geral, observa-se que nos dois primeiros meses de 2006, para os quais há estatística disponível, os principais estados receptores de transferências constitucionais da União foram São Paulo, Minas Gerais e Bahia, que receberam, respectivamente, R\$ 6.688,0

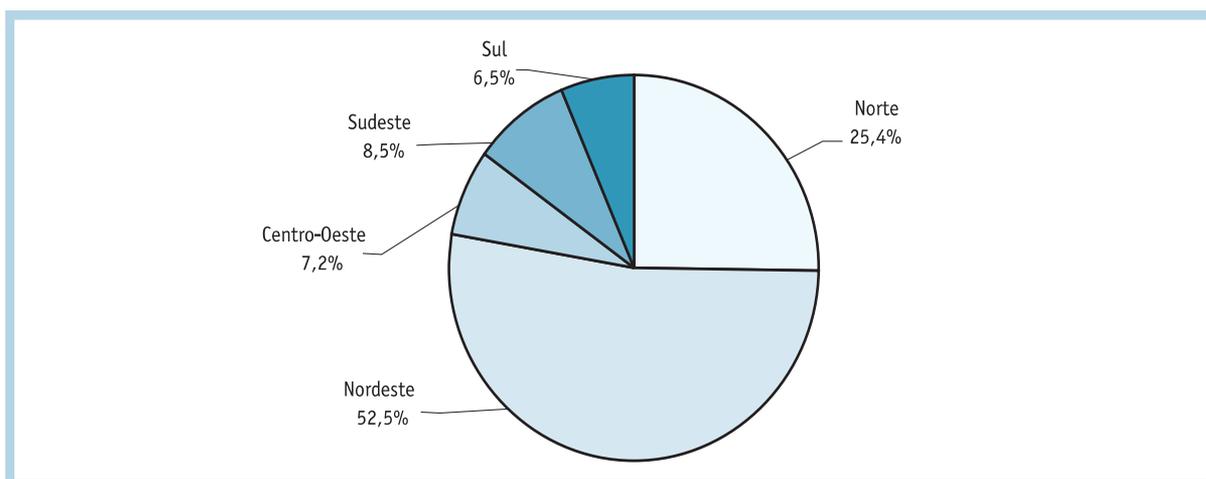


Gráfico 43 – Fundo de Participação dos Municípios: distribuição, participação (%) regional (jan.-fev./06)

Fonte: TESOURO NACIONAL. Disponível em <www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006.
Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 42 – Nordeste: Fundo de Participação dos Municípios - FPM (R\$ Mil)

UF	FPM			
	Jan.- Mar.2005		Jan.- Mar.2006	
	Valor	% Nordeste	Valor	% Nordeste
Alagoas	153.873	6,74	172.562.249	6,81
Bahia	577.312	25,28	641.057.434	25,31
Ceará	338.170	14,81	366.856.430	14,49
Maranhão	262.785	11,51	307.395.111	12,14
Paraíba	208.914	9,15	229.034.201	9,04
Pernambuco	327.229	14,33	350.194.988	13,83
Piauí	160.885	7,04	187.092.108	7,39
Rio Grande do Norte	160.535	7,03	177.544.950	7,01
Sergipe	94.060	4,12	100.794.151	3,98
Nordeste	2.283.763	100,00	2.532.531.622	100,00
Brasil	6.470.412.047		7.211.427.754	

Fonte: TESOURO NACIONAL. Disponível em:<www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 19 mar. 2006.
Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

milhões, R\$ 6.102,0 milhões e R\$ 5.646,0 milhões, correspondentes a quase 30% do total nacional. Na região Nordeste, além da Bahia, merecem destaque os estados do Maranhão (R\$ 3.429,0 milhões), Pernambuco (R\$ 3.272,0 milhões) e Paraíba (2.141,0 milhões).

Considerando as transferências relacionadas apenas com o FPE e FPM, as quais devem contribuir de modo mais incisivo para atenuar os problemas de desequilíbrios regionais existentes no País, observa-se que, de fato, as áreas mais pobres terminam sendo melhor contempladas na distribuição. Aliás, no caso dos municípios nordestinos, dificilmente eles sobreviveriam sem os repasses dos recursos do FPM.

No entanto, apesar desse pressuposto, observou-se que no primeiro trimestre de 2006, a região Nordeste foi contemplada com apenas 35% dos recursos do FPM (R\$ 2.532,5 milhões), enquanto os municípios das regiões Sul e Sudeste receberam, conjuntamente, 48,7% (ou R\$ 3.502,7 milhões) desse tipo de transferência. (Gráfico 43).

Na região Nordeste, as maiores dotações de FPM foram enviadas para municípios pertencen-

tes aos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, que absorveram R\$ 1.358,1 milhões, equivalentes a quase 20% do que foi distribuído no país e 54% do total regional repassado nos três primeiros meses de 2006. Convém salientar as expressivas taxas de crescimentos da receita nominal de FPM verificadas nos estados do Maranhão (17,0) e Piauí (16,3%).

Com relação ao FPE, o caráter redistributivo desse tributo tem sido muito mais explícito, uma vez que a região Nordeste foi contemplada com R\$ 3.613,3 milhões das transferências da União no período de janeiro a março de 2006, o que corresponde a mais da metade do que foi repassado para todos os estados no período. A Bahia foi o maior beneficiário desse tipo de transferência no período, recebendo R\$ 647,2 milhões, o que corresponde a 18% do total regional. Em seguida vêm os estados do Ceará, com R\$ 505,4 milhões (14%), Maranhão, R\$ 497,2 milhões (14%) e Pernambuco, R\$ 475,3 milhões (13%). No agregado, as dotações enviadas para esses quatro estados, através do FPE, alcançaram R\$ 2.125,2 milhões, o que equivale a 59% do recebido pela região Nordeste. ●

Tabela 43 – Nordeste: Fundo de Participação dos Estados - FPE (R\$ mil)

UF	FPE			
	2005		2006	
	Valor	% Nordeste	Valor	% Nordeste
Alagoas	256.873	7,93	286.560.996	7,93
Bahia	580.185	17,91	647.240.315	17,91
Ceará	453.030	13,99	505.389.143	13,99
Maranhão	445.700	13,76	497.212.707	13,76
Paraíba	295.699	9,13	329.874.752	9,13
Pernambuco	426.065	13,15	475.307.850	13,15
Piauí	266.833	8,24	297.671.856	8,24
Rio Grande do Norte	257.972	7,96	287.787.117	7,96
Sergipe	256.576	7,92	286.230.357	7,92
Nordeste	3.238.933	100,00	3.613.275.093	100,00
Brasil	6.174.674.733	-	688.319.903	-

Fonte: TESOURO NACIONAL. Disponível em <www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2006.
Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

